



Jessé Guimarães da Silva

O que a Rádio Santa Marta anuncia?

Produções radiofônicas no contexto de uma comunidade pacificada

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Psicologia Clínica pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Solange Jobim e Souza

Rio de Janeiro
Dezembro de 2013



Jessé Guimarães da Silva

O que a Rádio Santa Marta anuncia?
Produções radiofônicas no contexto de
uma comunidade pacificada

Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Doutor pelo
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
(Psicologia Clínica) da PUC-Rio. Aprovada
pela Comissão Examinadora abaixo
assinada.

Profa. Solange Jobim e Souza

Orientadora

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Profa. Maria Helena Rodrigues Navas Zamora

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Prof. Adair Leonardo Rocha

Departamento de Comunicação – PUC-Rio

Prof. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho

Instituto de Psicologia – UFRJ

Profa. Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro

Instituto de Psicologia – UFRJ

Profa. Denise Berruezo Portinari

Coordenadora Setorial de Pós-Graduação e Pesquisa do Centro de
Teologia e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2013.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, da orientadora e da universidade.

Jessé Guimarães da Silva

Graduou-se em Psicologia pela UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) em 2003. Coursou Especialização em Formação em Gestalt-Terapia – indivíduo, casal e família, pelo IGT (Instituto de Gestalt-Terapia), entre os anos de 2005 e 2008. Coursou Mestrado em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro entre os anos de 2006 e 2008. Atua como psicólogo no Presídio da Marinha do Brasil e leciona disciplinas de Psicologia na Estácio de Sá. Profissional associado do Programa de Formação em Direitos da Infância e da Juventude - Pró-Adolescente da UERJ.

Ficha Catalográfica

Silva, Jessé Guimarães da

O que a Rádio Santa Marta anuncia? Produções radiofônicas no contexto de uma comunidade pacificada / Jessé Guimarães da Silva ; orientadora: Solange Jobim e Souza. – 2013.

136 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2013.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Morro Santa Marta. 3. Rádio Santa Marta. 4. Unidade de Polícia Pacificadora. 5. Governamentalidade. 6. Gestão de vida. I. Souza, Solange Jobim e. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Para minha querida esposa, Christine,
e meus pais, Edegar e Rute,
pelo extenso apoio e motivação.

Agradecimentos

A Deus pela fidelidade e misericórdia com que me acompanhou e permitiu a concretização de mais um passo importante em minha vida.

À minha orientadora Solange Jobim e Souza que, mesmo com todos os percalços e incertezas que marcaram as minhas caminhadas no doutorado, buscou me auxiliar com suas interrogações acerca das pistas observadas no campo de pesquisa, assim como da escrita e das reflexões.

Ao meu co-orientador Pedro Paulo Gastalho de Bicalho pela pronta disponibilidade em aceitar o convite para integrar a parceria na orientação dessa tese, condição que culminou na abordagem do tema com maior propriedade.

À PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Aos participantes (produtores e ouvintes) da Rádio Santa Marta por concederem entrevistas para a realização dessa pesquisa.

Aos demais interlocutores que, no decorrer de minhas visitas, contribuíram na produção desse texto.

Às crianças do Santa Marta que sempre foram solícitas a este “perambulante perdido” que vos fala e me conduziram, muitas vezes, pelos caminhos irregulares do morro com vistas ao encontro de um novo entrevistado, ou de um ponto de referência.

Aos professores Maria Helena Zamora, Adair Rocha, Rosa Pedro, Marcelo Santana e Maria Inês por atenderem a este convite para integrarem parte de minha banca.

Aos meus colegas dos grupos de pesquisa dos professores Solange Jobim e Pedro Bicalho por compartilharem conhecimentos durante as reuniões e pelas sinceras expressões de solidariedade em diversos momentos.

À Joyce Barros pelo apoio de grande valia na transcrição das entrevistas realizadas para essa tese, o que, sem a sua participação, significaria alguns passos a mais na caminhada.

Aos colegas de profissão que integram – ou que um dia fizeram parte – do Programa Pró-adolescente da UERJ e que tanto me incentivaram nesta caminhada: Leila, Juliane, Márcia, Analícia, Andréia, Laura, Camila, Thaís, Leidiane e Rafael.

A outros colegas de profissão que sempre buscaram saber sobre a evolução deste trabalho: Jaqueline, Tatiana, Ana Paula, Mônica, Permínio, Cristiane Fiaux, Soninha e Laura.

Aos comandantes que dirigiram o Presídio da Marinha e que foram benevolentes ao me concederem *day off* a fim de continuar minhas atividades do doutorado,

assim como ao demais oficiais de Praça D´armas que sempre me apoiaram nos momentos em que, entre uma “faina” e outra, precisava me retirar para minha sala a fim de ler um texto ou digitar a tese.

Aos colegas da Universidade Estácio de Sá que, mesmo acompanhando de longe os últimos momentos desses longos anos de doutorado, permaneceram na torcida.

A todos os familiares que foram pacientes ao escutarem, por diversas vezes, a justificativa pela minha ausência ou atraso a algum evento de família em decorrência de minha infinita reclusão atrás de um livro ou do computador.

Resumo

Silva, Jessé Guimarães da Silva; Jobim e Souza, Solange (Orientadora). **O que a Rádio Santa Marta anuncia?** Produções radiofônicas no contexto de uma comunidade pacificada. Rio de Janeiro, 2013. 136p. Tese de Doutorado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente trabalho objetivou investigar as produções oriundas de uma rádio comunitária, intitulada Rádio Comunitária Santa Marta, situada em uma favela de mesmo nome, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, no contexto de práticas policiais conduzidas a partir do ingresso do dispositivo Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). A pesquisa apoiou-se nas análises desenvolvidas a partir de observações realizadas junto às produções radiofônicas promovidas pelos moradores da localidade por intermédio da Rádio Santa Marta, 103,3 FM. Com base no pensamento de Michel Foucault, a presente pesquisa conduziu a reflexão sobre os modos de resistência suscitados não apenas a partir das programações regulares da rádio, mas também por ações coletivas (fóruns, debates a céu aberto, manifestos, eventos festivos). Ações estas responsáveis em fazer frente ao programa de segurança pública no que diz respeito às práticas de combate ao crime, assim como aos regimes de gestão governamental destinados à regulamentação de práticas e discursos na favela. Ao longo de aproximadamente 3 (três) anos de investigação, foi realizado extenso acompanhamento junto às diferentes produções da Rádio Santa Marta, o que foi possível com o uso do recurso de diário de campo. Posteriormente, entrevistas foram feitas individualmente com os participantes da rádio, incluindo os responsáveis pela programação e seus ouvintes, contabilizando um total de 10 (dez). A partir da referida metodologia, buscou-se pesquisar as tensões envolvendo os modos de gestão de vida no interior da favela com base nas produções discursivas autorizadas pelo dispositivo rádio.

Palavras-chave

Morro Santa Marta; Rádio Santa Marta; Unidade de Polícia Pacificadora; Governamentalidade; Gestão de vida.

Abstract

Silva, Jessé Guimarães da Silva; Jobim e Souza, Solange (Advisor). **What Radio Santa Marta announces?** Radio productions in the context of a peaceful community. Rio de Janeiro, 2013. 136p. Doctoral Thesis – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This study aimed to investigate the production originated from a community radio, community radio titled Santa Marta, located in a slum of the same name, in the southern city of Rio de Janeiro, in the context of police practices conducted from entering the Unit device Pacifying Police (UPP). The research was based on analyzes developed from observations made with the radio productions promoted by local residents by Radio Santa Marta, 103.3 FM. Based on Michel Foucault, this research led to reflection on the modes of resistance arising not only from regular radio schedules, but also by collective actions (forums, debates in the open, manifest, festivities). Responsible for these actions to tackle the public safety program with respect to the practices of combating crime, as well as to government management regimes for the regulation of practices and discourses in the slum. Over approximately three (3) years of research, extensive monitoring was conducted among the different productions of Radio Santa Marta, which was possible using the journaling feature field. Subsequently, interviews were conducted individually with the participants of the radio, including those responsible for programming and its listeners, accounting for a total of 10 (ten). From the above method, we sought to investigate the tensions involving management modes of life within the favela based on discursive productions authorized by radio device.

Keywords

Santa Marta; Radio Santa Marta; Pacifying Police Unit; Governmentality; Management of life.

Sumário

1. Introdução	12
2. Como sintonizar uma rádio chamada Santa Marta	15
2.1. Por que a rádio?	15
2.2. A Rádio Santa Marta	16
2.3. O que a Radio Santa Marta faz falar?	18
3. Entre regulações e resistências: reflexões sobre jogos de poder	23
3.1. A distribuição e as formas de poder	25
3.2. Resistências por intermédio da rádio	38
4. Regulações em um campo afora: produções radiofônicas, práticas policiais e uma política de remoção	47
4.1. Os primeiros contatos	48
4.2. A Rádio Santa Marta	52
4.3. Vamos “escutar” a rádio de outros modos – as entrevistas e o uso do gravador	55
4.4. As negociações pelo campo afora	67
4.5. A rádio em diferentes perspectivas	71
4.5.1. Transformações e manutenções nas práticas policiais	72
4.5.2. Reflexões acerca da (int)e(r)rupção da rádio	79
4.5.2.1. A política de remoção no Morro Santa Marta	86
4.5.2.2. Uma rádio que fala... demais	97
5. Considerações finais	110
6. Referências bibliográficas	115

Lista de abreviaturas

Apafunk – Associação dos Profissionais e Amigos do Funk

GPAE – Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais

EMOP – Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro

IBPS – Instituto Brasileiro de Pesquisa Social

IPP – Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos

PATAMO – Patrulhamento Tático Móvel

PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

SESEG – Secretaria de Estado de Segurança

SMO – Secretaria Municipal de Obras

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

1

Introdução

Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de
hábito como coisa natural, pois em tempo de
desordem sangrenta, de confusão organizada, de
arbitrariedade consciente, de humanidade
desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve
parecer impossível de mudar.
(Bertold Brecht)

A presente tese objetiva investigar as produções radiofônicas elaboradas a partir da Rádio Santa Marta, 103,3 FM, particularmente acerca dos modos de atuação policial legitimados pela implementação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). O que se busca é situar os conflitos e tensões fomentados pela existência da rádio, além de observar possíveis sentidos atribuídos e negociações voltadas para a manutenção ou transformação de certos modos de ser no Morro Santa Marta, localizado em Botafogo, Rio de Janeiro, a partir da ocupação da polícia militar nesta localidade.

A presente indagação tem como contexto a implementação de uma política de segurança pública, adotada no município do Rio de Janeiro, desde 2008, que consiste no ingresso de efetivo policial militar no interior de favelas, com o intuito de reprimir as práticas criminosas e, subsequentemente, assegurar a oferta e regularização de serviços públicos diversos (luz, água, saneamento básico). Estratégia que, além do Morro Santa Marta, estende-se a mais 38 unidades policiais responsáveis estender suas ações a centenas de favelas, sob a premissa de reduzir o caráter impositivo, violento e arbitrário das ações policiais.

Sob esse pano de fundo trata-se de produções radiofônicas que, em um contexto de pacificação, revelam diferentes efeitos, sinalizam controvérsias, resistências, manutenções, intermitências. Uma rádio expressa em uma grade de programação, nos programas previamente estipulados, mas também a partir de práticas que produzem cerceamentos e interrupções – seja por intermédio da retirada do transmissor, do anonimato assegurado ao tratar de determinados temas, da impossibilidade de afirmar certas verdades.

Neste sentido, mais do que retratar diretrizes legais e leis produzidas pelo poder público, a implementação de forças policiais como dispositivo de segurança, a partir dos discursos e silêncios produzidos pela Rádio Santa Marta, nos aponta pistas sobre as práticas adotadas no interior da favela. O que faz com que a presente investigação retrate um conjunto de desvios e intermitências produzidas ao longo do percurso metodológico trilhado, caminhos investigativos marcados muito mais pela angústia reflexiva do que pela linearidade e regularidade dos pensamentos.

A partir dessa perspectiva, ao conduzir algumas reflexões no âmbito da Psicologia, pode ser possível pensar nas formas singulares que assinalam tensões diante dos regimes de poder instalados neste território. São modos de singularização que, ao se oporem aos modos de controle e de regulação social, se mostram como meios de viabilizar espaços de vida, de criação e liberdade.

Dessa forma, os capítulos da tese serão dispostos da seguinte forma: o segundo capítulo se destina a apresentar os objetivos geral e específico da tese, além de problematizar, com base em visitas preliminares ao campo, as produções radiofônicas no contexto de implementação da Unidade de Polícia Pacificadora. A partir dos registros feitos no diário de campo serão apontados alguns conflitos e impasses produzidos pela rádio acerca das práticas policiais adotadas no Morro Santa Marta, de modo a pontuar o foco do presente trabalho.

A seguir, o terceiro capítulo tem como finalidade a reflexão acerca dos jogos de poder sinalizados pelas diferentes formas de comunicação popular e local, assim como os modos de resistência sugeridos pela referida rádio. Inspirado nas reflexões de Michel Foucault, o objetivo é pensar a rádio em meio aos efeitos de um programa de segurança pública voltado não apenas para a atuação sobre o cometimento de atos criminosos, mas também para a regulação dos modos de viver dentro da favela. Além das práticas ilegais, trata-se de mecânicas do poder que intervêm junto à gestão das condutas, dos comportamentos, assim como da segurança enquanto fenômeno coletivo a ser regulado e assegurado pelo poder estatal.

À luz dessas reflexões, no quarto capítulo serão abordados o percurso metodológico adotado na presente investigação e as reflexões sobre as produções radiofônicas no contexto de pacificação. As etapas constituintes da metodologia implementada são as seguintes: 1) as primeiras visitas ao Morro Santa Marta,

seguidas de registros de diário de campo; 2) os diferentes encontros realizados no contexto dos programas da Rádio Santa Marta; e, por fim, 3) as entrevistas feitas com alguns dos responsáveis pelas diferentes produções da rádio.

As próximas páginas serão destinadas a algumas considerações acerca das produções e olhares sugeridos por esse dispositivo radiofônico acerca dos modos de regulação implementados no interior do Santa Marta. Particularmente, serão tratados dois aspectos importantes acerca das produções radiofônicas: 1) a rádio enquanto dispositivo que fazia falar as controvérsias referentes às transformações e manutenções presentes nas práticas policiais adotadas no Morro Santa Marta; e 2) efeito das ações de cerceamento que, direta e indiretamente, surgiam associadas ao contexto de pacificação.

Por fim, o sexto capítulo será voltado a tecer considerações finais acerca das reflexões produzidas nesta tese de doutorado. Serão feitos alguns comentários a partir das observações feitas junto ao campo de pesquisa à luz das reflexões teóricas conduzidas ao longo dos capítulos anteriores.

2

Como sintonizar uma rádio chamada Santa Marta

Os 'ricos' querem a paz para continuarem ricos,
nós queremos a paz para continuarmos vivos.
(Frase desenhada em um dos muros situado à
entrada do Santa Marta)

O objetivo do presente capítulo é tecer alguns apontamentos iniciais acerca das produções suscitadas por uma rádio comunitária, localizada no Morro Santa Marta, zona sul do Rio de Janeiro, em um contexto de implementação de um programa de segurança pública do estado. Denominado de pacificação¹, tal programa consiste no ingresso e permanência de um efetivo policial a partir da instalação da chamada Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). A finalidade deste programa é fazer frente às práticas criminosas, assim como possibilitar um maior acesso às políticas sociais – advindas de órgãos do Estado e de entidades não-governamentais –, a aproximação entre polícia e população local e a manutenção de uma ordem local (Cunha & Mello, 2011).

2.1

Por que a rádio?

A escolha do Morro Santa Marta como campo de pesquisa, em meados de 2009, teve como justificativa, primeiramente, o fato de ter sido a primeira localidade a receber uma unidade policial. Aparentemente, tal fato sinalizava a existência de possíveis conflitos e tensões fomentados a partir da entrada e estabelecimento de um conjunto de ações por parte da Polícia Militar. Esta intervenção, a princípio, foi planejada e conduzida sem um envolvimento direto da população local. Em segundo lugar, destaca-se que a presente escolha se deu, principalmente, pelo fato de que as atividades de transmissão da Rádio Santa Marta tiveram início em 12 de setembro de 2010, momento este em que já tinham sido iniciadas as ações policiais na favela. Deste modo, o fato da criação da rádio ter ocorrido em meio ao desenvolvimento do programa de pacificação sugeria

¹Ver Decreto No. 41.650, de 21 de janeiro de 2009, da Secretaria de Estado de Segurança (SESEG).

uma série de negociações e resistências em termos da produção de outros modos de comunicação, de intervenção das questões locais, de problematização das demandas internas.

Neste sentido, a rádio servia de objeto de análise para o presente estudo não apenas pelas diversas produções e programas veiculados, mas, principalmente, pelos debates e conflitos proporcionados em torno da implementação e condução de práticas policiais no interior do Santa Marta. O foco de interesse dizia respeito ao que vinha sendo veiculado nos diferentes programas transmitidos (temas debatidos, músicas selecionadas, organizações e entidades com diferentes espaços na grade de programação), assim como nos bastidores desta rádio – as conversas que ocorriam na antessala do estúdio, os cartazes colados no Plano Inclinado² informando algum evento da rádio em especial, as mensagens postadas no site da rádio³, entre outros.

Dito de outro modo, a materialidade da rádio não se resumia apenas ao áudio que chegava às casas dos seus ouvintes, mas incluía todos os discursos e relações que reforçassem as tensões em torno da viabilidade de uma rádio comunitária em um contexto de ocupação policial permanente. Incluía também os diferentes cerceamentos e interdições que afetavam a rádio, cenário onde se permitia existir um conjunto de conflitos referentes às diferentes regulações geridas pelo aparato policial e as possibilidades de se colocar em questão as gestões dos modos de viver produzidas no interior do Santa Marta. Partindo deste ponto, o objetivo deste capítulo é descrever alguns discursos presentes na favela, suscitados por uma rádio comunitária – a Rádio Santa Marta – em meio às tensões e conflitos que surgiam junto às distintas atividades da unidade policial.

2.2

A Rádio Santa Marta

A Rádio Santa Marta, 103, 3 FM, fundada em 12 de setembro de 2010, tinha como sede um imóvel, situado próximo à estação 2 do bonde, no qual

²Plano inclinado é um pequeno bonde localizado no Morro Santa Marta que, por intermédio de uma linha férrea, permite o trânsito das pessoas entre o plano mais baixo do morro e o seu topo.

³Ver www.radiosantamarta.com.br.

funcionava o projeto Visão da Favela Brasil⁴. Resultante da ação de moradores do Santa Marta, a rádio era um veículo pelo qual se tornava possível a oferta de diferentes serviços aos moradores. A partir da doação de um transmissor, o que viabilizou o seu funcionamento⁵, pode ser verificada uma ampla variedade de ações realizadas em nome da rádio. No âmbito destas ações podem-se destacar anúncios acerca da falta de água em certas ruas, as campanhas de vacinação no posto de saúde, as instruções sobre as mudanças na leitura do medidor de luz, o apoio prestado aos novos garis para a realização da coleta de lixo, a realização de eventos religiosos e culturais, entre outros.

O amplo acesso dos moradores à rádio e o vasto número de informes noticiados sinalizavam a relevância deste veículo de comunicação dentro do Morro Santa Marta. As redes sociais⁶, assim como as ligações telefônicas e até mesmo os pequenos bilhetes de papel, eram os meios pelos quais moradores e demais ouvintes entravam em contato com os locutores a fim de repassarem os seus recados. O interesse dos ouvintes era variado e ia desde os pedidos de música e avisos de objetos perdidos na favela, até a indicação de temas para fóruns e alertas de que a transmissão da rádio apresentava problemas, incluindo ainda, elogios e palavras de incentivo.

Além dos noticiários e da participação do público, é importante mencionar que a programação da rádio mostrava uma diversidade de temas e assuntos. Assim como os programas musicais tinham o seu destaque na rádio – funk, samba, pagode, gospel e jazz –, outros horários eram dedicados a entrevistas sobre temas afetos à saúde, educação e política, voltados ao público jovem e adulto, assim como ao público infantil também eram dedicados assuntos de interesse. Entre os responsáveis pelos programas da rádio existiam músicos, comerciantes de

⁴Esta entidade era dedicada à realização de eventos relacionados à prática do hip-hop a fim de promover, junto aos jovens e adultos, a reflexão e o debate crítico sobre temas atuais (democratização dos meios de comunicação, política educacional). Essas ações contavam com o apoio de diferentes instituições, entre elas, a Associação de Moradores, além da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania da ALERJ, a Justiça Global, o Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH), a Fundação Heinrich Bull, o Grupo ECO, a Ação Mundo Solidário (ASW) e a Anistia Internacional. Ver <http://www.visaodafavelabrasil.com.br>.

⁵Ao longo da pesquisa, com base em relatos, observa-se que a ideia de produzir uma rádio comunitária parece remontar a décadas passadas. Como pode ser assinalado nos anos 60, com a criação de uma rádio amadora, chamada “Boca de Ferro”, que, através de alto-falantes, transmitia diversas músicas, além de outros usos. Anos depois, mais especificamente na última década, o projeto parece ter sido retomado. Ideal partilhado com outros moradores, além de entidades, como o projeto Visão da Favela e a ONG Promundo, responsável pela cessão de um transmissor, o que possibilitou a fundação de uma nova rádio, em 2002, chamada Som da Casa FM 106,1.

⁶Ver <http://twitter.com/radiosantamarta>.

variados ramos (bar, farmácia), além daqueles que atuavam junto a projetos sociais, dentro e fora da favela.

2.3

O que a Radio Santa Marta faz falar?

Conforme anteriormente mencionado, com base no texto a seguir serão apresentados, a partir das provocações de uma rádio comunitária circunscrita em um contexto de implantação de uma política de segurança pública, alguns apontamentos iniciais acerca das produções radiofônicas suscitadas. Em linhas gerais, os aspectos a serem salientados serão os seguintes: as possibilidades de novos sentidos produzidos acerca das ações policiais adotadas naquele território, as controvérsias atinentes à permanência da violência nas abordagens policiais, as práticas policiais como modos de controle e, por fim, as formas de resistência diante do programa de pacificação. De modo geral, no contexto da tese, observar a rádio enquanto objeto de estudo permitiu apontar elementos que ajudaram a pensar sobre as possibilidades de produções radiofônicas no contexto de um conjunto de práticas policiais implantadas neste território.

Acerca do primeiro aspecto, a Rádio Santa Marta parecia sugerir outras perspectivas possíveis para pensar as ações policiais realizadas naquela localidade. O atual programa do governo estadual parecia defender uma atuação policial diferenciada – baseada na produção de relações estreitas com os moradores e no seu subsequente apoio na identificação das demandas da localidade, além da diminuição de tensões e conflitos e do favorecimento de políticas sociais (Rocha et al, 2009; Farias, 2010; Schneider, 2011). Contudo, verificaram-se algumas críticas acerca da presença policial e das abordagens realizadas na comunidade. A expressiva presença de traficantes na localidade e o seu poderio bélico, entre outros fatores, não pareciam suficientes para justificar tais ações. Diferente de legitimarem o ingresso e a permanência do efetivo policial, tais estratégias, a partir das produções radiofônicas, figuravam muito mais como um risco à segurança da população local, haja visto o enfoque nas ações de combate adotadas dentro do programa. Neste sentido, a Rádio Santa Marta produzia outros sentidos acerca do programa de segurança pública tomado,

muitas vezes, como estratégia necessária para o fim da violência na favela e a definitiva retomada de território até então “dominado”.

Embora as ações policiais fossem tomadas como modos de abordagem abusivas e impositivas, observavam-se, a partir da Rádio Santa Marta, certas controvérsias acerca da permanência e das mudanças destas características. Em relação ao segundo aspecto mencionado, as produções radiofônicas sinalizavam, por vezes, questionamentos acerca da necessidade de manter um efetivo policial permanente no interior da favela, tendo em vista a promoção de formas coercitivas de controle. As críticas pareciam pontuar as incoerências existentes entre as intervenções policiais mais brandas, assinaladas no programa de segurança pública, e a manutenção das práticas violentas legitimadas pela mesma entidade. Somado a isso, tais incômodos pareciam aumentar com o expressivo investimento do Estado na implementação de um efetivo militar em detrimento de uma atenção especial às distintas demandas (a respeito de moradia, condições de saneamento básico, limpeza pública) suscitadas pela rádio.

De outro modo, acerca da presença policial, outros efeitos também podiam ser percebidos a partir da rádio. A respeito de possíveis transformações nas práticas policiais, alguns discursos pontuavam a existência de distinções nos modos de atuação, antes e depois da pacificação. Enquanto que antes era possível a identificação de ações policiais ostensivas e desrespeitosas, com o programa de pacificação a aproximação com os moradores e a implementação de ações preventivas passaram a favorecer mudanças significativas. Além disso, tais discursos reforçavam a existência de instrumentos disponibilizados à população – tais como a denúncia ao comando da UPP, por exemplo – em casos de ocorrências de abuso de poder por parte de policiais.

O terceiro aspecto trata das práticas policiais como modos de regulamentação no cotidiano dos moradores do Santa Marta. O contexto de desenvolvimento e ampliação de um programa de segurança pública nesta localidade – legitimado pelo poder público e instrumentalizado a partir da presença militar –, sugeria certas imposições e censuras sobre as diferentes práticas identificadas na favela. É possível situar um destes cerceamentos a partir da interrupção das atividades regulares da Rádio Santa Marta, ocorrida em 2011, com base em decisão judicial. Sob a justificativa de que o funcionamento da rádio descumpria as normas de funcionamento do Serviço de Radiodifusão

Comunitária⁷, funcionários da ANATEL e policiais federais apreenderam o transmissor, o que repercutiu na paralisação da programação radiofônica.

O desfecho inesperado da transmissão da rádio comunitária fez surgir diversos discursos acerca de ações impositivas que produziam interdições naquela localidade. A impossibilidade de um coletivo de falas, de comunicações compartilhadas, parecia fomentar o questionamento crítico acerca das imposições e ações unilaterais presentes naquele morro. Não obstante a necessidade do cumprimento das exigências técnicas e burocráticas, este acontecimento sinalizava os riscos que a Rádio Santa Marta sofria ao produzir debates e reflexões sobre temas considerados polêmicos – a remoção dos moradores que residiam na parte alta do morro sob a alegação de que se encontravam em área de risco, por exemplo. A rádio, nestes termos, parecia ocupar um lugar não legitimado, marginalizado, em desacordo com os modos de regulamentação adotados naquele território. A abrupta interrupção da Rádio Santa Marta explicitou, assim, uma série de efeitos, diretos e indiretos, provocados a partir da ocupação militar.

Por fim, os sentidos suscitados acerca das práticas policiais e as controvérsias em torno das formas de controle e de violência, a partir da rádio, nos auxiliaram a entender melhor as formas de resistência frente à implementação de novas regras e normas a serem seguidas no interior do Santa Marta. Os modos de resistência, nas produções radiofônicas, passaram a reverberar, de maneira mais intensa, a partir das ações desencadeadas pelo término das atividades da Rádio Santa Marta. Entre as medidas tomadas para dar continuidade à transmissão de sua programação, destacam-se a realização de programas radiofônicos a céu aberto e pela internet, a solicitação de apoio a pessoas ligadas ao poder executivo a fim de interceder junto ao Ministério das Comunicações, a elaboração de abaixo-assinado e a produção de eventos com a finalidade de arrecadar fundos para a aquisição de um novo transmissor.

Entre outras formas de resistência que continuaram sendo produzidas, além da finalização das atividades regulares da Rádio Santa Marta, pode ser destacada também a elaboração da Cartilha Popular do Santa Marta – Abordagem Policial, lançada em 18 março de 2010, sob a organização do Visão da Favela Brasil. O objetivo do documento era transmitir algumas orientações acerca dos

⁷Lei Nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

deveres e limites das ações policiais, tais como, o mandado de busca e apreensão, além de informar nomes e contatos de instituições do poder público e entidades civis que atuavam na esfera da defesa dos direitos humanos⁸. Com o apoio de diferentes entidades⁹, a cartilha parecia interpelar e produzir outros modos de ser dentro da favela diante das práticas institucionalizadas e adotadas não apenas pela Polícia Militar, mas também por todo o aparato estatal presente.

A cartilha, a partir das produções radiofônicas, parecia retomar o conjunto de direitos a serem respeitados dentro do morro e salientar os deveres atribuídos às diferentes entidades atuantes naquela localidade. Assim como foi possível também perceber que a cartilha trazia à tona e problematizava certas naturalizações em torno das práticas criminosas comumente identificadas no interior da favela. A mera categorização do que poderia ser considerada uma “atitude suspeita”, uma “prática de atos libidinosos” ou um “flagrante delito”, não legitimava, por si só, a aplicação de ações coercitivas e autoritárias. Contra a produção de certas noções – tais como crime, criminoso, áreas de risco –, verificou-se uma preocupação em trazer à tona a (des)construção de certas verdades e normas sociais impostas junto ao contexto econômico-social presente na favela. Os discursos em torno da cartilha, mais do que repassar informações importantes, pareciam suscitar análises acerca das diferentes condições nas quais os moradores viviam – moradia, emprego, urbanismo etc. –, assim como dos processos que acabaram, muitas vezes, produzindo criminalizações acerca da pobreza e da favela.

Com esses fatores, percebeu-se que a Rádio Santa Marta favorecia o aparecimento de conflitos acerca dos modos de abordagem policial presentes no processo de pacificação. Ela sinalizava uma série de discursos que tencionavam, a todo o momento, as atuações abusivas e impositivas desencadeadas pela polícia e as reafirmações em torno do surgimento de novas modalidades de intervenção policial – caracterizadas, muitas vezes, por uma escuta mais atenciosa às demandas da localidade, por exemplo. Diferente de decifrar os limites entre as práticas ostensivas e de proximidade, o que parecia estar em questão eram

⁸ Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM), Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública, Grupo Tortura Nunca Mais e Rede Contra a Violência.

⁹ Além da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania da ALERJ, a Justiça Global, o Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH), a Fundação Heinrich Bull, o Grupo ECO, a Ação Mundo Solidário (ASW) e a Anistia Internacional.

diferentes jogos de poder envolvendo (des)legitimações em torno de continuidades e rupturas nas práticas policiais.

Com base nestes apontamentos observou-se que a Rádio Santa Marta suscitava diferentes sentidos acerca das práticas policiais acionadas a partir da UPP. Perspectivas que colocavam em questão o ingresso e a permanência naquela localidade, ações que iam desde a intervenção junto ao cometimento de crimes e contravenções até a regulação e controle de espaços e práticas distintas. Modos de abordagem policial, cujos processos de ruptura e de continuidade, de ampliação de seus focos de atuação eram tensionados a partir de produções radiofônicas que não se restringiam às falas transmitidas pelo dial¹⁰, mas apareciam transversalizadas nos atos em espaços abertos, nos bastidores dos programas, nos comentários na antessala etc.

A partir desta estratégia investigativa as próximas páginas serão conduzidas a fim de indagar as produções radiofônicas da Rádio Santa Marta e os modos como eram tensionadas as formas de abordagem policial autorizadas com base nas atuações da UPP. Para tanto, antes de busca mais elementos, a partir da investigação do campo de pesquisa propriamente dito, no capítulo seguinte serão sugeridas algumas aproximações teóricas que servirão de base para o aprofundamento das análises acerca das produções radiofônicas e dos diferentes apontamentos sobre a atuação policial no Santa Marta.

¹⁰Dispositivo utilizado para fazer a sintonia de uma frequência de comunicação por rádio, televisão, ou outro equipamento.

3

Entre regulações e resistências: reflexões sobre jogos de poder

O presente capítulo tem por objetivo iniciar algumas reflexões teóricas acerca das produções radiofônicas, promovidas pela Rádio Santa Marta, no contexto de pacificação do morro. O intuito é indagar os fenômenos suscitados pela rádio em meio a um programa de segurança pública que visava minimizar os níveis de criminalidade na localidade e dar início, subsequentemente, a uma série de projetos sociais para a população local. Nestes termos, a Rádio Santa Marta revelava um emaranhado de tensões e conflitos pertinentes às práticas policiais investidas no morro. Ações expressas enquanto formas de poder que atuavam ao nível dos comportamentos e atitudes, assim como da gestão da vida. Para esta finalidade, serão apresentadas algumas análises sobre as produções radiofônicas, oriundas a partir do Santa Marta, no contexto de jogos de poder que envolviam a intervenção de estratégias do aparato estatal e as diferentes formas de negociação.

Conforme tratou-se no capítulo anterior, com base nas produções suscitadas pela Rádio Santa Marta, foram salientados os seguintes aspectos: a produção de sentidos sobre as ações policiais, as continuidades e rupturas das abordagens policiais violentas, os modos de controle presentes nas práticas policiais e as formas de resistência em meio à implementação de um aparato militar na favela. Contexto este forjado por relações ambíguas, por jogos de poder que se redistribuíam, se interpunham, faziam existir lutas, estratégias e táticas, e atuavam junto aos corpos, assim como às forças e multiplicidades (Foucault, 1979).

A partir de lutas e relações presentes em diferentes níveis, foi possível perceber, inicialmente, a existência de distintas relações que atuavam produzindo regulações em torno das realizações de eventos (culturais, religiosos, sociais), que iam desde a liberação de documentação exigida para utilização de espaço público até o respeito às normas atinentes à lei do silêncio, por exemplo. Controles sobre práticas que, assim como essas, embora não estivessem incluídas no rol de atividades tradicionalmente tratadas pela polícia, a partir da implementação do

processo de pacificação de Santa Marta apontavam para o desenvolvimento de regimes disciplinares sobre os modos de viver naquela localidade. Modos de gestão sobre os homens amparados por normatizações das práticas adotadas naquele território e pela presença de um sistema minucioso de coerções disciplinares, responsáveis por produzir sociabilidades (Foucault, 1979).

Estes regimes também incluíam arranjos de poder em um âmbito mais amplo, na medida em que a implantação e permanência de intervenções policiais, assim como os projetos sociais que vinham na esteira da ocupação militar, acionavam determinados fenômenos no campo da segurança pública. Fatores como o controle da criminalidade, além da redução dos índices de homicídio e garantia de oferta de serviços públicos às chamadas camadas mais pobres, entre outros, figuravam como fenômenos responsáveis por fazer existir massa populacional a ser atendida nas suas demandas. Uma população que passava a existir em razão de diferentes regimes de governamentalidade e, ao mesmo tempo, que justificava o exercício desta (Foucault, 2008b) – em outras palavras, passavam a existir territórios pacificados e desocupados do domínio de grupos armados e criminosos.

Porém, passavam também a existir, dentro dos mesmos jogos de poder, formas de resistência popular que encontravam nas produções radiofônicas as possibilidades de insurgir contra certos exercícios de poder. Tratava-se de movimentos de insurreição que buscavam burlar as estratégias de dominação presentes nas legislações de comunicação e radiodifusão, nos processos de normatização que afetavam os comportamentos no Santa Marta, nos controles territoriais. Eram modos de escapar aos poderes institucionalizados, de refazer novas comunicações e intervenções, e que se revelavam tão inventivos e produtivos quanto aqueles (Foucault, 1979).

A Rádio Santa Marta, neste sentido, fazia falar uma série de jogos de poder, traduzidos em mecanismos disciplinares e gestões da vida, instaurados junto ao programa de pacificação conduzido, entre outras entidades, pela Polícia Militar. Contexto em que a rádio produziu um conjunto de sentidos acerca da abordagem policial e dos diferentes efeitos percebidos, entre eles, os modos de resistência comprometidos em acionar práticas que desestabilizassem tais racionalidades e que tensionassem fenômenos legitimados em nome de processos coletivos e regulatórios.

Em linhas gerais, é possível afirmar que o presente capítulo abordará dois importantes aspectos a serem levantados para a presente tese: a produção e a distribuição dos mecanismos de poder a partir dos discursos suscitados pela Rádio Santa Marta e as produções radiofônicas enquanto formas de resistência naquele território. Estes apontamentos serão melhor abordados com base nas contribuições reflexivas de Foucault (1979; 1993; 1997; 2000; 2002; 2003; 2005a; 2005b; 2008a; 2008b) a partir de sua análises acerca das mudanças na arte de governar presentes no contexto europeu, as transformações nas intervenções do Estado junto ao corpo social e o surgimento da noção de população. Mais especificamente, para a presente reflexão, três conceitos serão discutidos: poder disciplinar, biopolítica e população.

3.1

A distribuição e as formas de poder

Acerca do primeiro aspecto apontado, Machado (1981) sinaliza, a partir da obra de Foucault (1979), diferentes formas de poder capazes de se articular, de maneiras distintas, ao poder originário do Estado, sem tomá-lo como um aparelho exclusivo de poder, porém produzindo relações com outras formas mais específicas e circunscritas de poderes locais. Análise essa atenta às tensões entre o macro e o micro, às situações centrais, às diversificadas e periféricas formas de poder dotadas de relativa independência e autonomia, assim como à:

[...] diferença entre as grandes transformações do sistema estatal, as mudanças de regime político ao nível dos mecanismos gerais e dos efeitos de conjunto e a mecânica de poder que se expande por toda a sociedade, assumindo as formas mais regionais e concretas investindo em instituições, tomando corpo em técnicas de dominação. Poder este que intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo – e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder (p. 189).

Dentro desta dinâmica, o Estado, para Guattari & Rolnik (2005), acaba por intermediar todas as coisas e atuar como responsável por exercer a função de produtor do que os autores denominam de subjetividade capitalística. O termo “capitalístico” designa as características e o funcionamento das produções de subjetividade, situadas tanto em países capitalistas quanto em países do antigo bloco socialista e dos chamados, anteriormente, de Terceiro Mundo. Tais modos

de produção não funcionam apenas na ordem dos valores de câmbio, do capital, mas incluem também o controle da subjetivação. Ou seja, não restringem a essência do capitalismo apenas à noção de lucro, de excedente econômico, mas incorporam o poder exercido sobre a subjetividade, ou seja, dizem respeito “a produção em larga escala de modos de pensar, sentir e atuar no mundo em escala mundial” (Reishoffer & Bicalho, 2009, p. 436).

Em linhas gerais, trata-se de uma máquina de produção de subjetividade capitalística que atua em conjunto com as relações de inteligência, de controle, de organização social, fazendo com que as classes e castas que detém o poder nas sociedades industriais assumam o controle despótico sobre os sistemas de produção e vida social, a ponto de gerar uma relação de dependência dos demais para consigo. Embora o Estado atue a partir de um sistema assistencial, ele pode se situar ao lado de outras formas de poder – administrativos, policiais, militares – e subsidiado a partir de um significativo conjunto de subvenções, de informações capazes de produzir formatações, exames, processos de autodisciplina de hierarquia, auto-regulação. Assim, ele pode se apresentar enquanto um Estado-mediador, Estado-providência, mas também se mostrar descentralizado e capaz de produzir as mais diversas ramificações (Guattari & Rolnik, 2005).

De fato, percebe-se um conjunto de mecanismos, sugeridos por Guattari & Rolnik (2005), a partir dos quais a subjetividade capitalística parece encontrar seu sustento. Assim como a possibilidade de determinadas formas de manipulação a partir da produção de quadros de referência imaginários, os mais artificiais possíveis, também é possível sinalizar possibilidades de expressão (ou de não-expressão, de silenciamento) capazes de suscitar mecanismos de disciplinarização, escalas de valor e sistemas de hierarquias inconscientes. Chamados de culpabilização e de segregação, esses mecanismos não apenas sugerem, por exemplo, a responsabilização de determinados segmentos sociais pelo clima de insegurança e de medo, como também atribuem a certos processos subjetivos a responsabilidade pela violência social, pelo tráfico de drogas. Condição que favorece a produção de mecanismos destinados à redução do que é considerado como “nocivo” em termos sociais, a ponto de chegar a níveis mínimos ou nulos. Com isso, a produção e a gestão da vida social passam às mãos do Estado – mais do que isso, organizam a vida social pelos outros. A mediação estatal exerce tamanho controle social a ponto de responder, no lugar dos outros, por aquilo que

quer que pensem, façam – ou que venham a pensar ou a fazer (Reishoffer & Bicalho, 2009).

A ideia de organização da vida social por intermédio de uma máquina de produção de subjetividade capitalística fomentada por mecanismos disciplinares, sistemas de hierarquias e regimes de controle, parece nos remeter, ainda de modo tímido, a algumas das imagens e narrativas registradas no capítulo anterior. A Rádio Santa Marta parecia revelar tais mecanismos e regimes ao tratar dos aspectos pertinentes à abordagem policial. A identificação de comportamentos suspeitos, a realização de rondas pelas vielas e a possibilidade atribuída aos moradores de informar à polícia acerca de ocorrências criminosas integravam o rol de práticas policiais dentro da localidade (Farias, 2010; Mattar, Chequer & Dias, 2010; Batista, 2011; Afonso, 2010; Andrada, 2010; Ost, 2012). Fenômenos estes relacionados ao campo da segurança na medida em que instalavam formas de coerção e de regulação sobre as possibilidades de ocorrência de práticas criminosas, assim como de sua incidência.

Contudo, como pode ser percebido, não se compreende aqui, a partir das atribuições propostas pela UPP, que as ações de responsabilidade policial permaneciam restritas apenas ao âmbito dos atos criminosos. Somado a isso, pode-se assinalar também, de certa forma, que tais responsabilizações incluíam novas funções, outrora delegadas a outras entidades, tais como regular as condições exigidas a fim de se realizar eventos culturais no Santa Marta. Conforme registrado em diário de campo; o controle do volume do som, do número de pessoas convidadas, do tipo de engradado adotado para o consumo das bebidas, do local no qual seria realizado o evento, entre outros eventos, estavam inseridos entre as novas funcionalidades policiais. Um redimensionamento de atribuições que nos fazem lembrar, conforme Guattari & Rolnik (2005), de modos de controle que atuavam sobre as formas de produção da subjetivação. Modos de viver adotados como partícipes e coerentes com os regimes legitimados e amparados, dentre outras formas de poder, pela polícia.

Conforme dito, todos estes complexos modos de atuação do aparato estatal pareciam integrar também outras funcionalidades atribuídas àquele corpo social. Um conjunto de atitudes e gestos que revelavam um comprometimento com os sistemas adotados naquela localidade. O que se esperava do morador é que ele fosse capaz de cumprir todas as exigências e normas pertinentes aos modos de ser

compreendidos como adequados para uma favela tida como pacificada. A responsabilização pelas diversas práticas situadas no morro, assim como as suas diferentes formas de controle e regulação, não encontravam eco apenas por parte do aparato policial, mas também no interior da própria população. O que pode ser exemplificado com os alertas dados pelo comando da UPP, por intermédio da rádio, acerca da incidência da violência intrafamiliar. Este apelo não servia apenas para informar os níveis estatísticos deste tipo de ocorrência, nem somente afirmar os riscos sociais relacionados. Ele apontava para o fato de que tal fenômeno social, embora pudesse ser considerado algo comum e até mesmo rotineiro entre os moradores – opinião expressa pelo próprio comando –, passou a ser reafirmado dentro de uma inscrição jurídica, dentro de uma série de responsabilidades atribuídas ao próprio corpo populacional.

A racionalidade governamental presente no processo de pacificação residia, não apenas na reestruturação de condutas policiais e implementação de estratégias de políticas sociais, mas também incluía um conjunto de comportamentos e atitudes da população em concordância com tais sistemas e regimes. O que fazia da denúncia, da vigilância, neste caso, recursos adequados que, em nome de uma normatização das condutas e de uma entidade pública reguladora, contribuiriam para uma efetiva implementação do referido programa. Reflexão esta melhor subsidiada a partir das noções de mecanismos de segregação e de culpabilização, nos quais pode ser entendida melhor a responsabilização dos moradores do Santa Marta pela continuidade de determinados atos (tráfico de drogas, por exemplo), assim como a produção de estratégias destinadas à diminuição de fenômenos tidos como prejudiciais a ponto de chegar a índices considerados normais ou aceitáveis – provavelmente, em termos de uma favela pacificada.

A Rádio Santa Marta, a partir dos primeiros registros aqui realizados, parecia sinalizar, apoiado nas considerações de Machado (1981), a existência de jogos de poder que tinham como elementos integrantes não apenas instituições isoladas – como a Polícia Militar –, mas também normas, comportamentos, gestos e leis. As produções radiofônicas pareciam pontuar a existência de uma série de poderes caracterizados por uma relativa independência e considerados externos à dominação completa do aparelho estatal. Estas novas formas de poder encontravam-se infiltradas na vida cotidiana e periférica como uma espécie de

coexistência capilar que escapavam ao confisco e à legitimação pelo aparelho de Estado, e eram postas em prática em níveis e pontos diferenciados da rede social (Foucault, 1979).

Machado (1981), ao reiterar a existência de formas de poder que escapavam ao domínio centralizador do Estado, também reforça, por outro lado, a premissa de que não se pode situar localmente o poder, em um ponto identificável da estrutura social. O funcionamento do poder se daria por intermédio de rede de dispositivos, mecanismos que a todos incluiriam de formas diferenciadas a ponto de não ser possível uma exterioridade, um “fora” do alcance do poder que se estivesse isento dele. Melhor do que afirmar a existência de um poder é tratá-lo em sua perspectiva relacional, referindo-se a uma maquinaria social que funciona a partir de diferentes modos de exercício, de suas práticas, seus modos de funcionamento e de suas relações.

É sob este prisma que a Rádio Santa Marta surgia como uma forma de poder que, muito mais do que comunicar, colocava em questão novos e alternativas formas de informação, ao trazer à tona, por exemplo, narrativas do episódio de ocupação militar do Complexo do Alemão e da Vila Cruzeiro. O que se permitia colocar em debate a efetiva implementação de um programa governamental conduzido em nome da redução da criminalidade e da reinserção de territórios menos favorecidos a uma malha sócio-econômica. Além de promover distintos modos de produção de informação e de comunicação, a rádio também parecia produzir novas maneiras de escuta ao tratar não apenas das características da abordagem policial oficialmente aceitas a partir da UPP, mas principalmente as suas controvérsias. As produções radiofônicas não seguiam uma razão estritamente linear ao abordar as possíveis transformações percebidas entre a polícia dita “de combate” e a de proximidade – tais como a parcialidade ao selecionar seus alvos de intervenção, a imposição de métodos para verificar a suspeição de determinados indivíduos ou grupos. Condições que faziam da rádio um dispositivo que suscitava novas possibilidades de expressão, conforme sugerem Guattari & Rolnik (2005), ao tratar das controvérsias acerca das práticas policiais autorizadas no Santa Marta.

A rádio fomentava novos jogos de poder ao atualizar tais possibilidades de expressão, não apenas pela viabilidade de transmitir opiniões e debates em rede aberta, mas também por tencionar certas práticas de silenciamento. O que pode ser

retomado a partir de episódios, tal como os cuidados de certos ouvintes ao preservar a sua identidade enquanto expunham suas opiniões na rádio, por exemplo, acerca da necessidade de adotar determinados procedimentos em caso de abuso de autoridade policial. O silenciamento, aqui registrado, sugeria as impossibilidades de enunciação presentes em modos de gestão da vida neste espaço, na condução de formas singulares de ser e de viver. O interesse maior residia na indagação de como lidar com tais cerceamentos e interrupções, assim como os sentidos atribuídos a eles.

Esta reflexão ganhou força com a interrupção da rádio, episódio que, embora sem uma relação clara e direta de causalidade entre a sua interrupção e possíveis fatores causadores, revelou diferentes tensões no campo. Ao mesmo tempo em que o argumento técnico e burocrático sobre o seu funcionamento ilegal foi assumido por alguns como justificativa, para outros tal posicionamento não era suficiente, sendo necessário endossar tais opiniões com a ideia de que a rádio havia sido alvo de denúncias. Partindo da premissa de que, segundo alguns, as produções radiofônicas revelavam temas e debates polêmicos, nos pareceu, em um primeiro momento, que a existência da rádio representava um risco à regulação de condutas e comportamentos dentro do morro. A abordagem crítica acerca de assuntos pertinentes, por exemplo, ao recolhimento do lixo, à realização de atividades culturais dentro do Santa Marta, à possibilidade de torná-la um veículo de divulgação de comércios locais, além de outros, para alguns, colocava a rádio em um lugar de tensão permanente.

Diferente destes registros, as ações policiais adotadas no Santa Marta eram reafirmadas como distintas dos modelos de abordagem policial tradicionais, até então empregados nas estratégias adotadas pelo poder público, como meio de reprimir a presença do tráfico de drogas nas favelas e conter os índices de violência urbana (Farias, 2010; Rocha, 2012b; Silva, 2011a, 2011b). No lugar de práticas que criminalizavam pobres e negros (Soares, 2006, 2012), que utilizavam de formas violentas em nome da prevenção de crimes e privilegiavam a contenção de comportamentos criminosos em detrimento da preservação de direitos, a tônica do ingresso policial passou a ser circunscrita pela retomada do “controle estatal sobre áreas atualmente ainda sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada” e da desterritorialização de “elementos marginais pela ocupação” (Rocha, 2012c, p. 59). Uma mobilização classificada, por alguns, como

“cirúrgica”, pois se buscava, com a entrada do aparato policial especializado, uma ocupação capaz de sufocar as atividades ilegais do comércio de drogas e reduzir a circulação de criminosos pela localidade, sem que se fizesse necessário o confronto bélico entre policiais e traficantes, e a subsequente morte de civis.

Segundo discursos apresentados pela grande mídia, diferente de mobilizar o efetivo policial em prol de represálias ou ações punitivas diante de atividades ilegais nas mediações das favelas, a estratégia implicava o retorno da presença do Estado nestas localidades a partir de uma inserção definitiva voltada para a completa reintegração dos moradores a um conjunto de condições e serviços que englobavam desde a segurança até o usufruto de serviços básicos. Importante ressaltar que a presença de estratégias minuciosas nestas localidades não permanecia restrita ao âmbito das práticas criminosas. Eram inúmeras as constatações e críticas apontadas pelas diferentes mídias quanto à dimensão tomada pelo projeto de segurança pública com as unidades policiais. As reportagens incluíam assuntos variados, entre os quais, o retorno de projetos sociais às comunidades, a redução dos índices de homicídio nas proximidades, a mudança na rotina de vida de seus moradores e a previsão de novas estratégias com o apoio de órgãos do governo, além da polícia. O que, muitas vezes, pode ser observado a partir de relatos e testemunhos diversos de sucesso (inesperado para alguns) em decorrência das intervenções no interior destas localidades. Cunhados em narrativas que iam desde a imagem do policial truculento que se esmaecia diante do sorriso convidativo dos novos e solidários militares, às demandas oriundas dos moradores para que policiais viessem a interceder em seu nome em assuntos do dia a dia, até os abusos nas abordagens policiais que, ao mesmo tempo em que ganhavam destaque na boca dos críticos, também eram tidos como comportamentos a serem extirpados da corporação a partir de medidas disciplinares¹¹.

¹¹Ver “Uma questão de estatística” (06/08/2009), “Democracia nas favelas” (09 a 14/08/2010) e “A nova favela” (07/10/2010), do Jornal O Globo; “Diários da liberdade” (Jornal O Dia - 06/06/2010); “Na guerra contra o crime” (31/03/2010) e “Da tonelada ao papelote” (23/05/2010), da Revista Veja. Embora tenham sido publicadas antes do advento das UPPs, outras séries de reportagens (“A ditadura nas favelas”, de 19 a 25/10/2007, e “Favela S.A.”, de 24 a 30/08/2008, por exemplo), não apenas abordam temas semelhantes aos discutidos nas notícias acerca do ingresso das unidades policiais, tais como, venda de drogas, os conflitos e impasses envolvendo moradores de comunidades e traficantes, e relações comerciais nestas localidades, como também abordam fatos que apontam para transformações acerca da produção de novas sociabilidades dentro de comunidades cariocas.

A ampliação de atributos designados à polícia também pode ser observada através de pesquisa¹² realizada com policiais atuantes nas Unidades de Polícia Pacificadora. Foram consideradas, entre as principais atribuições policiais, a mediação de conflitos (98,6%) e a redução da violência doméstica (95,8%), seguidas da proibição e autorização de atividades de lazer (85,4%), o acionamento de órgãos públicos com o intuito de resolver problemas (84,1%), a identificação de problemas da comunidade (83,0%), o desenvolvimento de atividades esportivas e educativas (75,7%). Contudo, ao observar as atividades realizadas com frequência, pode ser verificada também a legitimação de outras funções junto aos moradores. Destaque para a abordagem e revista de suspeitos (79,4%), recebimento de queixas (59,9%), registro de ocorrências na delegacia (45,5%) e reuniões com superiores (32%) (Soares et al, 2011). Ainda sobre a mesma pesquisa, entre as ocorrências policiais, outros dados importantes apontavam, segundo as opiniões dos entrevistados, para a frequência com que certos fatos apareciam. Enquanto que a perturbação do sossego, o desacato e a violência doméstica, segundo os próprios policiais, eram os temas mais recorrentes em meio às situações de homicídios, o porte ilegal de armas, a violência sexual e os roubos que encabeçavam a lista de ocorrências com baixa incidência (Soares et al, 2011). Interessante observar a coexistência de práticas policiais e de suas percepções que, aparentemente, sinalizavam tendências diversas.

O programa de pacificação sugeria regularizações traduzidas pela chegada de serviços públicos (ou da sua regularização), nos quais estavam sendo depositadas as expectativas de realização de um trabalho de urbanização nessas localidades e de um projeto que ultrapasse a simples ideia de um controle militar territorial. Desde a instalação de um poste de luz, passando pela regularização fundiária de terrenos e casas, até a viabilização do fornecimento regular de água, as empresas públicas e privadas, neste contexto de garantia da segurança, mostravam-se participativas na oferta de uma série de produtos e ações até então negligenciados nas favelas cariocas (Feres, 2009; Gawryszewski, 2009; Duarte,

¹²A primeira etapa da pesquisa, organizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) e intitulada “Unidades de Polícia Pacificadora: o que pensam os policiais”, consiste na reunião em grupos de discussão envolvendo 29 policiais, entre Comandantes das UPPs, oficiais, sargentos, cabos e soldados. Inspirado nos resultados dos grupos, a partir de um questionário contendo 60 perguntas, aplica-se a uma amostra aleatória de policiais, composta por 349 soldados e 10 cabos, ao fim do ano de 2010. O efetivo policial escolhido integra, ao todo, as 9 (nove) UPPs já instaladas até o início da pesquisa, a saber, Santa Marta, Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, Borel, Cidade de Deus, Providência, Formiga, Batan, Chapéu Mangueira e Babilônia, e Tabajaras.

2009; Henriques, 2010; Lemle, 2010; Castro, 2010; CECAC, 2010; Observatório de Favelas, 2010; Loureiro, 2010; Mattar, Chequer & Dias, 2010; Silva, 2010a, 2010b, 2010c, 2010d; Rocha, 2012).

Notícias e informes jornalísticos que, muitas vezes, apontavam para o sucesso no avanço das forças policiais em morros do Rio de Janeiro, referendado por um governo estadual adepto a uma política de contenção da violência urbana e a profilaxia dos espaços sociais. Ao situar, em determinados pontos da cidade, alguns fenômenos dito “disfuncionais” – homicídios, assaltos, furtos –, a presente política tornava identificável a criminalidade na forma de corpos individualizados, de comportamentos circunscritos e suspeitos. O assujeitamento de práticas criminosas – e de práticas criminalizadas, principalmente – acabava por fundamentar a adoção de medidas higienizadoras que, a partir de ações punitivas e cerceadoras, destinavam-se à regulação autoritária de espaços e práticas com vistas à produção de cidades funcionais e ditas modelos.

Eram regimes de segmentação do tecido urbano e social motivados no momento, entre outros aspectos, pela promoção de grandes eventos esportivos internacionais na cidade – a saber, a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos, em 2014 e 2016, respectivamente (Cunha & Mello, 2011; Rocha, 2012b). A ordenação do espaço urbano, condição tida como imprescindível para tais realizações, passava pelo controle territorial e pela regulamentação de corpos sociais, fatores necessários à segurança pública. Aspectos destinados à garantia da funcionalidade da cidade, sob a ótica dos interesses do capital estrangeiro e da inserção em um mercado internacional visto como promissor. Nessas linhas, a cidade tornava-se não apenas um polo turístico de forte expressão, mas, principalmente, um produto a ser comercializado (Arantes, Vainer & Maricato, 2000). Uma produção imagética da cidade que funcionava como garantia de que os investimentos aqui alocados, além dos interesses desportivos, pudessem servir para a sua inserção em um mercado globalizado.

A implementação de ações policiais minuciosas que buscavam intervir ao nível dos atos criminosos, assim como na regulação de práticas e de espaços, sugeria a existência de modos de coerção que se utilizavam das forças e dos processos de atividades dos corpos. A formação de pequenos grupos em atitude suspeita, o cometimento de atos tomados como indisciplinados, a circulação indevida pelas vielas do morro, entre outros, passavam a integrar métodos capazes

de acionar um controle minucioso das operações do corpo e, conseqüentemente, levar à sujeição constante de suas forças (Foucault, 1979).

O que sugeria formas de esquadramento¹³, como denomina Foucault (2005a), efetuado sobre o espaço, o tempo e os movimentos, por intermédio do que ele denomina de disciplinas. Uma espécie de arte do corpo humano que se instaurava de modo que tais processos se tornassem tanto mais obedientes quanto mais úteis. Uma mecânica do poder capaz de promover o domínio sobre o corpo dos outros de maneira que pudessem agir de acordo com as técnicas, a eficácia e a rapidez que se determinava (Foucault, 2005a). Tratava-se de constantes coerções sobre o território que, em nome da preservação da ordem pública e da garantia da pacificação, legitimavam a legalidade, assim como a moralidade pública, a urbanidade e os padrões de sociabilidade como fatores que passavam a referendar as práticas.

O que pode ser assinalado é a existência de jogos de poder que incluíam não apenas mecanismos disciplinares que intervinham no âmbito de comportamentos criminosos, mas também nas práticas cotidianas presentes no Santa Marta. Modos de sujeição destinados à regulamentação da presença de roubos e de homicídios, mas também ao controle das condições administrativas atinentes à realização de eventos beneficentes organizados pela Associação de Comércio e festas infantis dedicadas ao Dia da Criança, à vigilância sobre a circulação de pessoas no interior da favela, à observação de usuários de drogas. O controle minucioso sobre forças, comportamentos e atitudes parecia estar implicado com uma série de normas que, direta ou indiretamente, eram legitimadas pela polícia atuante no Santa Marta. O que estava em jogo não eram apenas as condutas que poderiam vir a tornar-se prática ilegal, mas principalmente as atitudes referentes aos modos de ser e de viver contemplados pelo programa de pacificação. Condutas que possibilitassem ao aparato estatal estabelecer a

¹³ Segundo Foucault (2005b), o termo esquadramento é definido pela descrição de jogos de relações entre enunciados e grupos de enunciados, acontecimentos não discursivos, tendo em vista que cada enunciado somente pode ser conceituado na relação com outros espaços, e não de modo isolado. O autor se utiliza deste conceito em alguns momentos, tal como, para tratar dos discursos relacionados à sexualidade enquanto instrumentos de poder e de controle na sociedade e o quanto eles acabam por esquadram e depreciar os movimentos de libertação e de revolta da sociedade contrários à repressão e à sensação de miséria sexual (Foucault, 1993). Faz uso também ao interpretar o panoptismo enquanto um dispositivo arquitetônico de esquadramento e vigilância dos corpos dos indivíduos no espaço, no século XIX, o que concorreu para o desenvolvimento das técnicas de dominação e de manipulação das forças corpóreas (Foucault, 2005a).

“manutenção da ordem pública nas comunidades carentes”, a “redução dos riscos das ações policiais nas áreas de atuação da UPP”, a “criação de condições para a diminuição da violência” e, subsequentemente, o “fomento do desenvolvimento local”¹⁴.

Neste sentido, apoiado pelos discursos legitimados com a implementação de práticas policiais, percebeu-se a produção de fenômenos naquele território que passaram a atestar a eficácia do programa, assim como sugeriam a sua continuidade. A redução da criminalidade, a retomada da cidadania, a reinserção da favela na cidade, entre outros efeitos, pareciam sinalizar novas tecnologias de poder que incidiam não apenas junto a corpos individualizados, mas sim a uma multiplicidade dos homens capaz de resultar na formação de uma massa global. Uma anatomia política, em outras palavras, conforme Foucault (2002) denomina, uma biopolítica do ser humano que passava a ser afetada diretamente por processos de conjuntos particulares à vida, tais como, os índices de práticas delituosas, o avanço da regularização elétrica, os processos burocráticos atinentes à regulamentação dos pontos comerciais, fenômenos esses que, ao serem mapeados, tornavam-se foco de esquemas e políticas de intervenção (Cunha & Mello, 2011; Ost, 2012; Turino, 2012).

Os efeitos atinentes ao ingresso do efetivo policial e da implementação de projetos sociais no Morro Santa Marta, neste sentido, sugeriam uma série de intervenções que atuavam a médio e longo prazo sobre a população como um todo. Tratava-se de um programa que, subsidiados por estatísticas e outras estratégias analíticas, produziam fenômenos coletivos que justificavam as intervenções do Estado. As estratégias biopolíticas viabilizavam, a partir da produção de pesquisas de opinião, da construção de gráficos e escalas e do lançamento de percentuais, a regulação dos distintos fenômenos da vida, tais como a criminalidade, a qualidade de vida, a segurança (IBPS, 2010; FGV, 2012). Mecanismos que atuavam junto aos fenômenos não apenas ao nível global, mas também nas suas regularidades, constâncias. Intervenções destinadas ao estabelecimento de estados globais de equilíbrio e de regularidade capazes de, em meio à aleatoriedade dos fenômenos pertinentes aos homens que compunham aquela população, alcançar uma forma de regulação (Foucault, 2002).

¹⁴Ver Decreto No. 41.650, de 21 de janeiro de 2009, da Secretaria de Estado de Segurança (SESEG).

O que pode ser percebido, principalmente, a partir dos registros jornalísticos, é que, além de reforçar a originalidade das novas intervenções do poder público, conduzidas por estratégias policiais, também as justificava através de índices e percentuais que atestavam a credibilidade e eficiência desse programa. Ao serem traduzidos em números e tabelas, os relatos de moradores de diferentes favelas “pacificadas” pareciam ecoar de modo positivo os desdobramentos atribuídos às ocupações realizadas pelo poder militar, principalmente no tocante às transformações acarretadas pela presença das unidades policiais em relação à violência¹⁵ (IBPS, 2010). Depoimentos semelhantes, registrados em jornais de grande circulação, também apontavam uma expressiva correlação entre a intervenção policial, a diminuição da taxa de homicídios e as mudanças, por exemplo, nos modos de vida a partir da sensação de segurança¹⁶. Mais do que focar nas transformações percebidas em histórias de vida de moradores, esses registros, muitas vezes reforçados nos diferentes eventos acadêmicos e institucionais¹⁷, expunham o objetivo da Polícia Militar e da Secretaria de Segurança com as UPPs, assim como apresentavam dados mais específicos que corroboravam o êxito dessa operação, buscando desmistificar, assim, algumas leituras controversas acerca dos efeitos do trabalho realizado.

Uma ressalva importante a ser feita diz respeito aos dados, testemunhos e relatos referentes ao ingresso das unidades policiais em morros. A começar pelo cuidado em não correlacionar, de modo acrítico, as vivências atribuídas à

¹⁵A título de exemplo, foi realizada uma pesquisa com o objetivo de identificar as justificativas atribuídas pelos moradores de favelas “pacificadas” às intervenções policiais. Entre os aspectos ressaltados, destaca-se a melhoria na segurança após a instalação das unidades (86%), a imagem da Polícia Militar melhor qualificada (80%) e o comando da comunidade sob a responsabilidade da PM (75%) (IBPS, 2010).

¹⁶A partir de entrevistas com moradores do Morro do Borel – onde estava localizada uma UPP, no bairro da Tijuca –, com policiais atuantes nessa unidade e vizinhos que residiam nas proximidades, foram registradas algumas impressões acerca da intervenção policial, entre elas a “tranquilidade da comunidade”, a presença de “harmonia” entre os moradores e a interrupção do “desfile de motos” com “pessoas armadas” (Sarapu, 2010, s/p). Dados corroborados, por exemplo, por pesquisa realizada com moradores de Jardim Batan (Realengo), Santa Marta (Botafogo), Chapéu Mangueira e Babilônia (Leme), Cidade de Deus (Jacarepaguá) e Tavares Bastos (Catete), pelo Jornal O Globo, na série *Democracia nas favelas*, na qual foram ressaltadas experiências a partir do afastamento do narcotráfico, da diminuição da venda de drogas e da queda da incidência de troca de tiros – entre grupos armados e polícias (Rocha et al, 2009). Como pode ser verificado nas estatísticas registradas pela Polícia Civil que, no caso da Cidade de Deus, apontaram para uma queda no índice de homicídios, entre os anos de 2007 e 2009 (Araújo, 2009).

¹⁷4o. Fórum Violência, participação popular e direitos humanos - A Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro nos anos 2007-2010 (21/09/2010), Polícia Militar e os Direitos Humanos (12/05/2010), Resistência no Santa Marta - uma outra visão sobre a UPP (26/08/2010), Transformações nas favelas cariocas: a Rocinha como exemplo (26/10/2010), Debate com os autores do livro *Elite da Tropa 2* (28/10/2010), entre outros.

pacificação desses territórios com os depoimentos dos moradores, como se estes refletissem fielmente a realidade vivenciada. Além disso, conforme Melicio, Geraldini & Bicalho (2012) afirmam, tais experiências não podem ser generalizadas e atribuídas única e exclusivamente às UPPs. As práticas e estratégias verificadas nos episódios de ocupação militar e subsequente controle territorial não são atributos inéditos nem tampouco definem, de modo particular e exclusivo, a lógica segmentária e impositiva adotada no processo de “pacificação”. Compreende-se como mais pertinente observar a mídia jornalística como meio de produção de sujeitos, de lugares, de modos de vida, marginalizados ou dominantes, de transformação da favela em “território do risco e de fragilidade, geradores de violência” (Rocha, 2012b, p. 157). A produção de narrativas de crimes, por exemplo, muitas vezes servem como produtoras da delinquência, de grupos de delinquentes perigosos, cujo perigo atinge não apenas os ricos, mas também os pobres (Foucault, 1979).

Importante salientar também que, assim como os mecanismos disciplinares não eram substituídos pelas estratégias biopolíticas, verificou-se a coexistência do “poder de polícia” voltado para o disciplinamento dos direitos individuais com a garantia de interesses coletivos e da promoção do bem-estar social (Tácito, 1988), o que era produzido por práticas dotadas de caráter impositivo e coercitivo. O poder de polícia, em nome do controle da criminalidade e da ordem, servia à finalidade de “limitar o exercício de direitos individuais em benefício do interesse público” (Lazzarini, 1987, p. 06). Destinado a conter qualquer mal ou perigo que pudesse pôr em risco ou causar prejuízo aos direitos de propriedade do cidadão, à liberdade e à vida, os modos como esse poder eram exercidos produziam uma condição de restrição do proveito de bens, atividades e direitos individuais em nome do interesse coletivo ou do Estado (Bicalho, 2005).

As práticas presentes no planejamento de pacificação do Santa Marta incluíam ações policiais, assim como a produção de índices numéricos, discursos normativos e práticas reguladoras. Fatores estes que garantiam a continuidade de uma arte de governar responsável por “racionalizar os problemas propostos à prática governamental pelos fenômenos próprios a um conjunto de seres vivos constituídos em população” (Foucault, 1997, p. 89). Embora os mecanismos disciplinares, para Foucault (1997; 2002), não atuassem de modo a alcançar uma completa eliminação dos desdobramentos negativos dos fenômenos relativos à

vida humana (epidemias, por exemplo), a biopolítica destinava-se a mantê-los em níveis aceitáveis e referendados a partir da própria lógica do corpo social. Perspectiva que reforçava a manutenção de números relacionados à segurança pública (tais como homicídios, furtos, comércio ilegal) como um dos principais efeitos capazes de testificar o êxito do programa. Tratava-se da diversificação de instrumentos e métodos em torno de exercícios de poder que operassem em todo e qualquer lugar (Deleuze & Guattari, 1995a; 1995b), de aparelhos de disciplina que incidissem sobre a vida (Foucault, 2002).

É neste contexto que a Rádio Santa Marta surgia como um dispositivo envolvido em uma série de jogos de poder que incluíam normas, legislações, práticas. Responsável por nos revelar, constantemente, onde era exercido o poder, os modos como se distribuía, seus revezamentos, suas “instâncias, frequentemente ínfimas, de controle, de vigilância, de proibições, de coerções” (Foucault, 1979, p. 71). Os processos que, com base no controle territorial e na manutenção do espaço urbano sitiado, favoreciam coerções ininterruptas entre os corpos e suas atividades, de modo a levar a sujeição e utilidade constantes de suas forças (Foucault, 2005a).

3.2

Resistências por intermédio da rádio

A fim de debater o segundo tópico assinalado para este capítulo – as formas de resistência suscitadas pelas produções radiofônicas, no contexto do Santa Marta – é necessário retomar os modos reguladores assinalados anteriormente. Conforme mencionado, a regulação das estratégias podia ser percebida na adoção de normas condizentes à circulação nos espaços da favela, à realização de eventos públicos, à produção de novas formas de fazer política, entre outros. Práticas acionadas pela polícia que, ao figurarem como elementos fundamentais para a presente arte de governar, revelavam uma distribuição de relações de forças naquele território, assim como a sua manutenção, manipulação, restabelecimento, compensações, situavam a instituição policial enquanto principal estratégia.

Práticas que reforçavam diferentes regularizações que incluíam não apenas atos criminosos, mas também um conjunto de fenômenos referentes à vida, ao

trabalho, a saúde, a moradia. Uma série de tecnologias de poder que, caracterizados por uma integralidade, passava a intervir em diversos processos, atividades – “até em seu mais tênue grão” (p. 10), como afirma Foucault (2008b). O que fazia com que a intervenção permanente policial não atingisse apenas o âmbito dos problemas tradicionalmente considerados de ordem policial, mas também os desdobramentos atribuídos ao controle diferenciado realizado dentro do morro, como a pavimentação e urbanização de vielas, o desenvolvimento de trabalhos nas áreas desportivas e educacionais, entre outros. O foco a ser atingido pela unidade policial, muito mais do que produzir estratégias voltadas para o confronto de ações criminosas, devia ser deslocado, traduzido para o controle de práticas e discursos no interior da favela.

Não obstante o apelo imagético do policial que auxiliava o menino a soltar a pipa ou a senhora a trazer as suas compras para casa, o interesse maior residia na existência de uma lógica governamental responsável por conduzir um aparato policial que, embora apenas justificado em razão da crescente criminalidade atestada em pesquisas e estatísticas, fazia existir diferentes modos de regulação da vida nesses espaços urbanos. A curiosidade produzida junto a esta tese é muito menos aguçada pela expectativa de docilização e humanização das ações policiais do que pela constatação de coerções e regulações artificiais sobre processos pertinentes à coletividade humana – dinâmicas que poderiam ser registradas tanto na prisão em flagrante de um meliante quanto no impedimento em se realizar bailes funk.

Isso parecia inserir a polícia dentro de um expressivo projeto de urbanização sobre todo aquele território partindo-se da premissa de transformá-lo em parte integrante da cidade. As práticas policiais passaram a reunir em si os referenciais imprescindíveis para que houvesse a reunião e a comunicação entre os homens, as relações de troca e de venda. Os diferentes intercâmbios entre as pessoas somente eram possíveis na cidade porque a polícia assumia a “condição de existência da urbanidade” (Foucault, 2008b, p. 453). Era significativa, assim, a correlação entre um aparato estatal, de caráter policialesco, capaz de suscitar modos de segurança, e a produção de um território pacificado, cujos riscos e perigos eram tanto produzidos quanto controlados.

A produção de um corpo social pacificado, a partir da biopolítica, parecia surgir enquanto um objeto técnico-político da gestão governamental. Um corpo

social que, ao mesmo tempo em que era alvo do exercício de diferentes modos de governar, também resultava desses modos regulatórios que o constituíam. A existência e a manutenção da população, como Foucault (2008b) denomina, asseguravam o contínuo exercício de uma biopolítica, cujos parâmetros estavam situados nas formas como se davam os vínculos, como as diferentes interações entre os homens ocorriam no interior da própria população. A população, a partir de sua realidade específica, espessa e densa, passava a ser considerada com base nas suas maneiras de fazer, suas próprias leis de transformação, de deslocamento, série de interações, efeitos circulares, de difusão, vínculos espontâneos baseados na lei da mecânica e de composição dos interesses no interior da mesma, entre outros, fatores estes que faziam dela uma entidade inteligível a ser operável e governada.

O surgimento da população, para Foucault (2008b), marcou o desmantelamento desse Estado de polícia, como ele denomina esta arte de governar. A população deixou de ser tomada pela sua quantidade e de ser traduzida na totalidade de um efetivo dócil designado para o trabalho e para o fabrico de objetos. Agora, essa população, até então constituída por pessoas submissas a um regime regulamentado e impositivo, dava lugar a um efetivo cujo quantitativo não precisava ser absoluto, mas sim suficiente para não permitir com que diferentes fatores atingissem níveis inadequados. A distribuição das pessoas no território, os recursos disponibilizados, as formas viáveis de trabalho, entre outros, passaram a ser atravessados por um consenso necessário, uma regulação espontânea e uma gestão própria. O surgimento de uma realidade que o Estado precisava levar em consideração e assumir o seu papel de gestor a fim de suscitar, facilitar, assegurar, deixar fazer as coisas – e não manipular ou regulamentar de modo arbitrário (Foucault, 2008b).

Contudo, por mais que Foucault (2008b) ressalte a distinção entre a produção de uma população submissa a um sistema regulamentar e outra que, por apresentar leis próprias de interação e transformação, se tornasse governável, ao definir a noção de naturalidade penetrável, parece que tal diferenciação perdia a sua nitidez. Por mais que fosse sugerido serem variáveis os fenômenos aos quais estaria atrelada a população, o autor observa quão regulares eram tais fenômenos. Ao tomar como exemplo as tabelas de mortalidade que revelavam a constância do número de mortes ao longo dos anos, assim como das suas causas, das faixas

etárias, da incidência na cidade em relação ao campo, Foucault (2008b) parece resgatar o aspecto negativo da população para tratar desta naturalidade. E, se por um lado soava estranha a ideia de uma naturalidade que se comportava dentro de esquemas e parâmetros fixados previamente, por outro, eram justamente as estatísticas que mostravam as regularidades específicas da população – as grandes epidemias, a espiral do trabalho, a riqueza.

Acerca das grandes epidemias, por exemplo, o conceito de população parecia sugerir uma construção estatística que servia de suporte para as variáveis. Tendo em vista os indivíduos serem tomados como unidades estatísticas independentes, isso favorecia muito mais a produção de determinados saberes e modos de vida do que as relações sociais. Com isso, a análise estatística, na epidemiologia, imprimia um corte no tempo e produzia uma imagem acerca das situações de risco e dos comportamentos de uma dada população, de modo a legitimar muito mais uma espécie de matematização do real como critério de verdade do que a historicidade dos sujeitos (Brant, 2001).

De outro modo, quanto mais a população se tornava governável, mais parecia que o Estado exercia essa arte de governar de modo a se isentar de qualquer responsabilidade ou participação direta na composição dos fluxos e mecânicas que a regiam. E por mais que tal poder de governar tivesse por excelência a busca por benfeitorias em nome da população, tal distanciamento não garantiria por si só a proeminência com que os anseios e demandas populacionais pudessem ser tomados. Ainda que fosse vista com bons olhos a passagem da forma regulamentadora do Estado absolutista para as regulações a partir da própria ordem das coisas, pareciam ainda estar presentes as formas de regularização. Responsáveis por imprimir na vida sentidos baseados em fatores muito mais exógenos do que próprios (Santos, 2001).

O que fica como desafio, desse modo, é lançar mão de um dispositivo analítico capaz de produzir desvios e práticas desnormalizadoras o suficiente para trazer à tona, muito mais do que as demandas captadas pelo aparelho governamentalizado do Estado, as diferenças e as tensões tão presentes e participativas nas relações humanas. Estratégias que deem vazão às sinuosidades, às (re)invenções dos regimes biopolíticos impostos à vida. Com isso, pode ser trazida como questionamento a ideia de um ordenamento social atribuído a uma

determinada população a partir do ingresso do aparato policial que visa o controle social nas suas formas mais evidentes e sorrateiras.

Para esta arte de governar o que interessa é a regulação da população no plano integral dos comportamentos, no nível das curvas de distribuição de casos registrados e dentro de parâmetros aceitáveis. O que faz com que as singularidades aleatórias, as vidas individuais, os comportamentos tidos como anômalos sejam descartados (Farhi-Neto, 2008). Neste sentido, ao tratar da existência de problemas que afetariam a regulação dos diferentes fenômenos coletivos, Foucault (2008b) sinaliza a emergência de determinadas práticas, dentro da população, responsáveis por produzir novas formas de lidar com aquelas condições limítrofes para além dos modos regulatórios legitimados pelo Estado. Estratégias forjadas para lidar com regimes regulatórios que, em nome da redução de crimes, da insegurança e do medo, imprimiriam determinados funcionamentos e racionalidades dentro do próprio corpo social.

Para Lazzarato (2000), Foucault não deseja apenas descrever as novas formas de biopoder, mas sim identificar o que na vida expressa resistência, o que sugere formas de subjetividades e modos de vida que transbordam para além dos biopoderes. A partir do momento em que o poder toma a vida como objeto de exercício, o filósofo opta por indagá-lo a partir da liberdade e da capacidade de transformação que todo exercício de poder implica, ao invés de se debruçar sobre algumas teorias de obediência e suas formas de legitimidade. Seguindo tais pistas – ou questionando-as – é que Negri (2003) vai indagar se a biopolítica deve permanecer referida ao “conjunto de biopoderes que derivam da atividade do governo” (p. 106) ou passar a legitimar a vida como uma forma de poder na medida em que esta, a todo momento, é alvo de investimento de poderes diversos. Se a biopolítica é um modo de poder que se expressa nos corpos, nos desejos, na linguagem, a vida, por sua vez, pode ser encarada como uma espécie de potência capaz de provocar a reformulação das relações políticas, assim como a passagem de uma perspectiva política para uma ética dos corpos, da vida, dos prazeres. É nestes termos que Negri (2003) identifica esta passagem como possibilidade de emergência de subjetividades, como “abertura ontológica da liberação de processos que caminham um pouco em todas as direções” (ibidem).

Neste sentido, a Rádio Santa Marta pode ser observada enquanto possibilidades de resistência acerca dos modos de subjetividades legitimados a

partir de práticas governamentais. As produções radiofônicas pareciam produzir desvios e reafirmar novas potências em meio a um programa que, em nome da segurança pública, impunha regimes de vida autorizados (Mourão, 2013). O que nos faz pensar nas possibilidades de uma rádio comunitária enquanto veículo de comunicação que, sem fins lucrativos, responsável por transmitir uma programação de caráter social e vinculada a uma realidade local, busca trabalhar a democratização da informação, da produção cultural, da educação. O que parecia ser suscitado, entre outros fatores, a partir da participação ativa e autônoma de pessoas residentes na localidade, representantes de movimentos sociais e de outras formas de organização coletiva na criação da programação e na gestão da emissora (Peruzzo, 1999, 2004; Paiva, 2007).

Embora a noção de população fosse definida a partir dos fenômenos que lhes eram próprios, dos processos regulados no interior da própria população, pautada em suas próprias leis e regularidades, esse corpo-global, coletivo – o corpo da população – acabava por justificar a existência e a implementação de políticas de caracteres diversos – sociais, assistenciais – com a finalidade de normatizar e regular a vida, promover o bem-estar, a segurança (Rago & Veiga-Neto, 2008). Contudo, as produções radiofônicas, a partir dos apontamentos feitos no capítulo anterior, reforçavam, a todo o momento, o quanto estas regulações destoavam das práticas adotadas no cotidiano. Os mecanismos de poder marcados pela coerção pareciam assegurar a existência de uma regularização artificial da vida urbana. Artificialidade revelada na excessiva e rígida regulamentação dos diferentes contratos, acordos e relações presentes no corpo social. Diante das lacunas deixadas pelas estratégias governamentais, baseadas na autoridade policial, as táticas passavam a levar em consideração o curso natural das coisas (Foucault, 2008b).

Também denominadas de rádio livre¹⁸, tais produções radiofônicas pareciam marcadas por uma forma de comunicação libertadora (Guglielmone, 2009). Característica esta que, a partir do apoio de outras entidades (ONGs, associações, meios sindicais e religiosos), sugeriam a ideia de que tais formas de diálogo serviam de espaço para o surgimento de relações horizontais entre emissor e receptor, o que é definido, por Ortriwano (1998), como “comunicação

¹⁸Além de serem chamadas de rádios comunitárias, também recebem o nome de livres, populares, alternativas, entre outros, embora tais denominações não sejam consensuais.

participativa”. Comunicação que, não necessariamente, legitimaria o intercâmbio entre emissores e receptores, governantes e governados, favorecendo uma pretensa troca de saberes e tornando-se um verdadeiro meio de comunicação e educação. Mais do que isso, o princípio norteador reforçaria a ruptura da rígida divisão instalada entre ouvintes e locutores (Costa, 2013).

Condição esta que permitiria, assim como no contexto latino-americano, as rádios comunitárias atuarem contra a vigência da lógica econômica do capitalismo, contra os órgãos de comunicação de massa – adeptos do investimento no lucro e na manipulação e distorção de informações (Abramo, 2003). Práticas comunitárias responsáveis por colocar em questão a legitimação de ações políticas anunciadas pelos governantes e de estratégias de mercado adotadas pelas grandes corporações e pelo capital financeiro. Fomentado por denúncias sobre tal quadro, o caráter de resistência, no contexto brasileiro, desde os anos 60, vem reforçando tais intervenções a partir da ação de sindicatos, comunidades e grupos de esquerda (Arbex Júnior, 2003). Contexto de resistências no qual surgiram as primeiras rádios comunitárias, baseadas em diferentes interesses – políticos, ideológicos, sociais, religiosos, etc. – que serviram de esteio para o estabelecimento de canais alternativos de comunicação responsáveis por contestar o sistema vigente de comunicação de massa (Lopes, 2005).

Assim, com base na espontaneidade das relações humanas, o que passava a ser privilegiado era uma arte de governar que possibilitasse a regulação dos homens, de intercâmbios sociais presentes nos diferentes níveis (trabalho, cultural, saúde) de modo a respeitar e assegurar a naturalidade da existência humana. Trata-se de pensar em um domínio de intervenções no qual pudesse levar em consideração os processos naturais, como gestá-los, fazê-los agir, facilitar, suscitar, deixar fazer – e não mais conduzir intervenções arbitrárias capazes de provocar desvios. Promover regulações mínimas de modo a que as regulações necessárias e naturais viessem a ocorrer (Foucault, 2008b). Neste sentido, o que importa é pensar em uma rádio, no contexto do Santa Marta, capaz de fazer falar, entre outros, as abordagens sobre os problemas locais, as estratégias adotadas para a resolução destes e as produções de eventos circunscritos aos interesses e desejos dos moradores daquela localidade, o que sinalizariam formas mais singulares de vida.

As produções radiofônicas precisariam não apenas pontuar as verdades produzidas pelas formas de poder, mas principalmente romper com os falsos produzidos por eles, suas ordens do discurso absurdas e desumanas (Costa, 2013). O que possibilitaria manter-se não atrelado aos desígnios biopolíticos, nem coadunar com as premissas apontadas por um Estado regulador. Tornando-se primordial suscitar meios de escape das formas de subjetivação capitalística de segurança em direção à abertura de dispositivos coletivos de produção da subjetividade (Lazzarato, 2003) que possibilitassem condições para processos de criação política, que sugerissem novas ontologias do corpo e de suas potências (Lazzarato, 2000). Contrário a uma subjetividade capitalística, responsável pela produção em massa de indivíduos serializados, registrados e modelados, é preciso destacar a emergência de “modos de subjetivação singulares”, “processos de singularização”. Modos estes que resistissem ao processo geral de serialização da subjetividade, assim como a produção de modos originais e singulares – processos de singularização subjetiva. Tomar a produção de subjetividade, fora dos padrões dominantes, como escape da totalização e da centralização presentes na produção de indivíduos (Guattari & Rolnik, 2005, p. 29).

Trata-se de processos que reafirmassem valores em um registro particular, em termos materiais e subjetivos, a ponto de frustrar os mecanismos de interiorização dos valores capitalísticos – ou seja, aqueles que atribuíam ao acúmulo de capital como único princípio de organização – e de reapropriar determinados dispositivos institucionalizados – como as rádios livres, por exemplo. Singularizações que produziram atividades de expressão nas suas diversas maneiras e modos de semiotização. Processos cujas funcionalidades não estivessem comprometidas com uma utilidade capitalística, com processos maquínicos e sistemas de subjetivações dominantes, com o controle da produção de bens e de relações sociais (Guattari & Rolnik, 2005; Reishoffer & Bicalho, 2009).

Caminho este que nos sugere, acerca da Rádio Santa Marta, um dispositivo que nos apresenta um conjunto diverso de efeitos acerca do processo de pacificação no morro. O exercício da prática policial, assim como as atualizações e ampliações da abordagem policial e os modos como as negociações dentro daquele espaço público eram produzidas figuravam como fatores recorrentemente reforçados pela rádio. Tratava-se de jogos de poder tensionados tanto a partir das

práticas legitimadas pelo poder público – pelo aparato policial, normatizações, legislações –, quanto pelos desvios e resistências protagonizados pela Rádio Santa Marta. Conflitos fomentados por uma política de coerções ou anatomia política destinada a produzir corpos submissos, a inverter as potências resultando em sujeições estritas e formas de dominação acentuadas, a controlar das distintas forças presentes (Foucault, 2005a), favorecendo “o aumento da força e da eficácia de quem as domina” (Foucault, 1979, pp. 187-188).

As produções radiofônicas, fomentadas pelo seu caráter reivindicativo, revelavam alguns mecanismos de poder atuantes na localidade ao nível das condutas aceitáveis e comportamentos adequados – em termos legais e de normas sociais – e dos modos de ser e de viver em uma favela pacificada. Passou-se a observar, assim, uma rádio que fazia falar regimes de vida que, embora tivesse na sua condução a presença do aparato policial, afetaria um conjunto de fenômenos que extrapolariam o âmbito dos comportamentos criminosos. Um recurso retórico e poético que, ao invés de manter-se atrelado a enunciados e a informações, produzia enunciações, contrainformações, operações comunicativas e política (Costa, 2013). O que permitia a ela fazer ver regulamentações que afetavam, como afirma Foucault (2008b), os modos de coabitar, de vender, de moradia, fazer intercâmbio na favela.

4 Regulações em um campo afora: produções radiofônicas, práticas policiais e uma política de remoção

Não é (...) fundamentalmente contra o poder que nascem as lutas, mas contra certos efeitos de poder, contra certos estados de dominação, num espaço que foi, paradoxalmente, aberto pelas relações de poder. E inversamente: se não houvesse resistência, não haveria efeitos de poder, mas simplesmente problemas de obediência.
(Judith Revel)

Até o presente momento, no caminho trilhado nestas páginas, buscou-se articular algumas reflexões, à luz das discussões propostas por Foucault a partir da biopolítica, dos regimes de governamentalidade e da produção da população, acerca dos efeitos e fluxos sinalizados pela rádio Santa Marta no contexto de pacificação. Um contexto de dispositivos de segurança pública que, ao longo dos últimos anos, no Morro Santa Marta, têm sido mobilizados no sentido de estancar ações criminosas e ondas de violência. Contrapartidas do governo que, de uma forma ou de outra, elegeram o interior da favela como ponto estratégico e fundamental no desenlace definitivo de redes de violência, às quais eram atribuídos determinados comportamentos, tais como o tráfico de drogas, o homicídio, etc.

Tendo chegado a este ponto, vislumbra-se a necessidade de colocar em jogo tais indagações e refletir, de modo mais direto, acerca das formas de existência suscitadas em torno das produções da Rádio Santa Marta a partir das práticas policiais lá investidas e as táticas adotadas por aqueles em defesa de determinados modos de vida próprios a eles. Certas pistas que deflagram na vida muito mais do que a passagem de um processo regulamentar dos processos de vida para uma transformação das relações humanas em objetos governáveis, regulamentados pelo Estado a partir da própria ordem das coisas. Trata-se de enxergar em meio ao avanço desses aparatos estatais o que era da esfera do inalienável, o que destoava da formatação dos regimes biopolíticos absolutos, o que reorientava as ordens vigentes.

Para tanto, este capítulo será iniciado a partir da discussão das três primeiras etapas da presente investigação, a saber, o ingresso no campo de pesquisa e o subsequente registro do percurso realizado, os primeiros contatos e as visitas iniciais à Rádio Santa Marta e, por fim, a realização de entrevistas

individuais com integrantes da rádio. A seguir, serão dedicadas algumas páginas na compreensão acerca das produções, mais particularmente, pensar as produções radiofônicas enquanto dispositivo que fazia falar as controvérsias atinentes às transformações e manutenções presentes nas práticas policiais adotadas no Morro Santa Marta, e como efeito das ações de cerceamento que, direta e indiretamente, surgiam associadas ao contexto de pacificação.

4.1

Os primeiros contatos

Em um primeiro momento, após a decisão de pesquisar os possíveis efeitos no Morro Santa Marta a partir do contexto de ingresso e permanência da Unidade de Polícia Pacificadora, o próximo passo seria recorrer a fontes de informações que permitissem a aproximação com o tema. Tendo em vista a frequência com que reportagens e notícias estavam sendo veiculadas pela mídia e pelo escasso material bibliográfico encontrado até o momento, foram acessadas e registradas as diferentes notícias publicadas em jornais impressos abordando o tema. Mais especificamente, tomou-se como referência o jornal O Globo, no qual foi verificado, entre os demais, um expressivo e regular enfoque do assunto.

Alguns critérios foram adotados a fim de que a pesquisa e a seleção das notícias não se tornassem aleatórias. Deste modo, optou-se por escolher as notícias que contivessem as expressões UPP e Unidade(s) de Polícia Pacificadora, haja vista o interesse por obter um panorama inicial de como este jornal, em especial, registrava tal temática. Contudo, embora a simples escolha como referência destes termos tornasse amplo o material selecionado, foi possível verificar que outras notícias¹⁹, embora não se enquadrassem nesse critério, informavam a respeito de temas relacionados direta ou indiretamente à intervenção policial nas comunidades. Optou-se, assim, durante o fim de 2009 e o 1º. semestre de 2010, por acessar as notícias por intermédio da versão *online* do jornal. Após esta primeira busca, com a finalidade de organizar o material colhido,

¹⁹ A título de exemplo, obtiveram-se as seguintes notícias: Uma questão de estatística (6 ago. 2009) e A meritocracia, enfim, chega à polícia do Rio – nove mil policiais civis e militares ganham direito a prêmio por cumprirem metas de redução de crimes (21 fev.2010).

as reportagens foram distribuídas em uma tabela sob os seguintes títulos: datas, títulos e subtítulos, e pontos importantes.

Em linhas gerais, as notícias traziam os seguintes conteúdos: inauguração de uma nova UPP, condecoração de policiais atuantes nas unidades, novos cursos para aprimoramento da formação policial, análises críticas acerca das repercussões deste novo modelo de intervenção policial, pronunciamentos oficiais sobre o planejamento para a instalação de novas unidades policiais, conflitos entre policiais e moradores em festas em geral, prisão em flagrante nas comunidades “pacificadas” por ocasião de certos crimes – tais como, porte de drogas ilícitas –, realização de diferentes eventos envolvendo as UPPs – tais como, competições esportivas, bailes de debutantes, entre outros.

Alguns percalços ocorridos durante este trabalho dificultaram a realização da pesquisa diária. O primeiro motivo foi o alto número de reportagens identificadas, chegando, em alguns casos, ao registro de uma reportagem todos os dias, durante um mês, ininterruptamente²⁰. Outro, dizia respeito a dificuldades técnicas de acesso ao site, o que interrompia, por vezes, a regularidade na utilização do serviço *online*. Com isso, reduziu-se o número de notícias observadas, fato este que não comprometeu a pesquisa, tendo em vista que outros veículos da mídia²¹ também retratavam quase que diariamente acontecimentos ligados às UPPs.

Já em um momento posterior, assim como foi registrado um expressivo número de reportagens sobre o assunto, também foi identificado um significativo índice de eventos, realizados no Rio de Janeiro, abordando o tema UPPs. Estes eventos foram promovidos por diferentes instituições (universidades, ONGs, centros culturais) e geralmente destinados a públicos diversos (estudantes, militantes, pesquisadores, lideranças comunitárias)²². A cada ocasião, registravam-se os pontos mais importantes acerca do tema e que poderiam auxiliar

²⁰ A situação ocorreu no mês de março de 2010.

²¹ Estes veículos foram citados anteriormente.

²² Entre os eventos, destaque para Polícia Militar e os Direitos Humanos (12/05/2010), organizado pela Defensoria Pública e a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro; Resistência no Santa Marta - uma outra visão sobre a UPP (26/08/2010), organizado pelo Centro Cultural Alberto Carvalho – Cecac; 4o. Fórum Violência, participação popular e direitos humanos – A Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro nos anos 2007-2010 (21/09/2010), organizado pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), o Movimento Rio de Paz e o Centro Cultural Justiça Federal; Transformações nas favelas cariocas: a Rocinha como exemplo (26/10/2010), organizado pela Fundação Casa Rui Barbosa; e Debate com os autores do livro Elite da Tropa 2 (28/10/2010), organizado pelo Pólo de Pensamento Contemporâneo.

na compreensão do mesmo e, mais à frente, no recorte do objeto de estudo do projeto.

A cada palestra, mesa-redonda e debate assistidos tornavam-se mais evidentes as impressões sobre como as pessoas participavam destes eventos. De modo geral, verificava-se por parte do público uma expressiva dificuldade em elaborar perguntas e propor reflexões aos profissionais e intelectuais que compunham as mesas. Construir questões não apenas relacionadas diretamente às UPPs, mas também sobre segurança pública, assentamentos e moradia em comunidades, jogos esportivos internacionais, a relação do morador desses lugares e o policial militar. À medida que tais debates e mesas-redondas aconteciam, a sensação era de que não se conseguia elaborar indagações diferenciadas daquelas que já estavam presentes nos noticiários de TV, nas reportagens publicadas em jornais impressos. Os questionamentos quase sempre giravam em torno do aceite ou não das unidades policiais, das abordagens policiais que continuavam truculentas e desumanas, da grande intervenção de fachada protagonizada pelo governo nas comunidades do RJ, tendo em vista que os demais problemas registrados nesses lugares (saneamento básico, melhoria das casas) continuavam intocáveis e de que tal projeto era uma repetição de intervenções passadas que não deram certo. Junto a isso, por um lado, as críticas negativas, na maioria dos eventos, tinham o seu lugar preservado. Tornava-se quase nula a existência de posicionamentos a favor da presença contínua dos policiais. Por outro lado, independente de serem as opiniões contrárias ou favoráveis, isto também era um sinal claro do quanto as discussões realizadas nos eventos, aparentemente, eram apresentadas de maneira restrita.

Em seguida, recorreu-se a alguns contatos telefônicos de moradores – viabilizados a partir de contatos feitos com psicólogos que atuaram em um projeto, alguns anos atrás, pelo CIESPI, no Morro Santa Marta – e de pessoas que atuavam na favela²³ a fim de marcar encontros e conversar sobre o atual contexto de policiamento instalado. O objetivo não era localizar grupos em especial, mas sim identificar pessoas que tivessem alguma entrada na favela e algo a tratar sobre o tema proposto. Cabe aqui ressaltar que, inicialmente, o projeto desta tese abarcava a temática da UPP e sua relação com a juventude; contudo, com o passar

²³Entre eles, um pastor evangélico e duas pessoas responsáveis pelo Projeto Bases de Apoio.

das visitas ao morro, os encontros com os moradores e à medida que o tema ganhava força, percebia-se que o interesse da presente pesquisa não dizia respeito apenas ao jovem, mas sim a fenômenos que não se restringiam ao aspecto de faixa etária.

Devido aos números incorretos de telefone e à dificuldade de encontrar as pessoas, foi necessária para esta etapa a solicitação por outros contatos telefônicos, a fim de buscar quem estivesse disponível para um primeiro contato. Mesmo com os esforços despendidos ao longo das semanas seguintes, nenhum êxito foi alcançado. Após algumas semanas, tendo em vista alguns desencontros e desmarcações, decidiu-se procurar as pessoas diretamente na própria localidade. Utilizou-se como ponto de referência aqueles contatos telefônicos e as instituições das quais as pessoas faziam parte para ingressar no campo propriamente dito e começar, assim, uma nova etapa deste projeto.

As visitas realizadas objetivaram a apresentação para o campo da proposta de pesquisa, a marcação e realização de encontros²⁴ e uma primeira noção das dinâmicas sociais presentes na comunidade – tais como, realização de eventos festivos, os diferentes modos de transmissão de notícias aos moradores (cartazes afixados em postes de luz, faixas na entrada do Plano Inclinado²⁵, anúncio feito pela Associação de Moradores). Para os contatos iniciais, foram planejadas algumas perguntas abertas, baseadas nas questões levantadas nas leituras das reportagens de jornal, nos debates e palestras, e nas referências bibliográficas, citadas anteriormente.

Estes contatos ocorreram em diferentes lugares, tais como no bar, na ONG Casa do Dedé, na UPP e na Igreja Batista da favela. Interessante pontuar o quanto a sua marcação tornou-se algo paradoxal. Se por um lado, para alguns deles, era necessário um pouco de paciência para marcar dia e horário, além de explicar o motivo da pesquisa, por outro lado, em outros casos, a simples indicação desses

²⁴Foram marcados encontros com as seguintes pessoas: a comandante da UPP Santa Marta, dois pastores de denominações distintas, um integrante de uma igreja pentecostal situada na favela, dois locutores da Rádio Santa Marta, um dos responsáveis pela ONG Aos pés do Santa e do Ponto de Cultura realizado na Casa do Dedé e um aluno do Ponto de Cultura realizado na mesma ONG. Além dessas entrevistas, foi possível conhecer outras pessoas com as quais travou-se um contato inicial, tais como uma das monitoras do programa de turismo Rio Top Tour e uma estudante estrangeira que realizava estudo de campo na área de urbanismo. Estes contatos foram realizados entre os meses de setembro e novembro de 2009.

²⁵Plano inclinado é um pequeno bonde que, por intermédio de uma linha férrea, permite o trânsito das pessoas entre o plano mais baixo do morro e o seu topo.

mesmos entrevistados era suficiente para que os demais também se disponibilizassem para conversar. Isto pode mostrar a significativa diferença entre ser um completo desconhecido em busca de informações acerca de um tema polêmico e ser apresentado por outros que já possuem conhecimento (e até mesmo prestígio) entre os demais.

4.2

A Rádio Santa Marta

Olhando para o campo, desde as primeiras visitas à favela Santa Marta, diversas imagens traziam à memória o gosto de colocar em prática tal investigação: o jogo de sinuca no bar, o testemunho de crianças lançando papéis molhados por trás dos muros das casas, as conversas de moradores com suas portas abertas, os avisos emitidos por um sistema de áudio acerca de serviços oferecidos. Cenas que, aos poucos, iam se misturando aos novos contatos feitos com moradores em favor de uma escuta mais atenta ao que existiria de tão singular naquele morro a ponto de sinalizar as interferências e efeitos produzidos no contexto de pacificação. Em meio a tais andanças surgiam as primeiras observações sobre a existência de uma rádio comunitária, um veículo radiofônico lançado por alguns moradores da localidade com a finalidade de transmitir notícias atinentes ao dia a dia da favela, variados estilos de música, além de colocar em pauta temas de diferentes ordens.

Interessante pontuar que a primeira vez que escutou-se acerca da existência da Rádio Santa Marta ocorreu no contexto de uma das conversas realizadas, já na primeira visita ao morro, em setembro de 2010, com o dono de uma farmácia situada em frente à quadra do Grêmio Recreativo Escola de Samba Mocidade Unida do Santa Marta. Situação esta em que, após apreciar alguns quadros de arte, confeccionados em um dos seus momentos de folga, entre um cliente e outro, foi possível conhecê-lo melhor. Enquanto ele comentava sobre seus projetos educacionais com crianças e famílias que residiam no Santa Marta²⁶, aproveitou para tecer alguns comentários críticos acerca da rádio. Não obstante os elogios, em sua opinião, embora a rádio funcionasse como um meio de grande

²⁶Mais à frente explicarei melhor como foi construída a metodologia adotada na tese.

utilidade para a divulgação das diferentes atividades na favela, este dispositivo radiofônico também servia de espaço para alguns conflitos e tensões acerca, por exemplo, de quem tinha ou não voz dentro da grade de programação.

Aparentemente, a partir do primeiro registro no diário de campo feito acerca da rádio, a simples existência de uma rádio comunitária ou a capacidade técnica e operativa do transmissor no contexto de uma favela pacificada não eram elementos suficientes, por si só, para gerar uma discussão mais séria e aprofundada sobre o tema em questão. Porém, situar o morro como o seu destinatário em detrimento, ou não, de interesses privados poderia ajudar a repensar a ideia de uma rádio que, ao invés de estar sob a posse de um ou de outros, poderia servir a uma coletividade, a diferentes grupos.

Tratando-se, assim, de uma diversidade de “falantes”, de “ouvintes” que, ao tentarem escapar das formas de controle que insistiam em permanecer e fazer valer lógicas distintas (hegemônicas, (neo)liberais, capitalistas, segregadoras, globais), poderia se tornar um dispositivo interessante na produção de discursos que viriam a reificar os sentidos atribuídos, os seus modos de existências, as singularidades, perpetrados na favela, pelos que residiam lá.

Mas não pensem que as palavras do dono da farmácia ressoaram sobre as reflexões de maneira solitária, pois, ao lado delas, outras imagens e sons ganharam força, transformando-as em indagações pertinentes a esta pesquisa. Fosse por um bate-papo com um dos pastores atuantes no morro, o qual nos indicou para uma conversa com um dos integrantes e locutores de um programa cristão da rádio; pelo encontro com um músico e responsável por uma organização não-governamental e com uma estudante do IUPERJ e locutora do programa Noticiário Latino-Americano, ambos envolvidos em atividades musicais a serem divulgadas pela rádio; pelos eventos, fora da comunidade, em que foi possível conhecer um pouco das ideias de um dos músicos e idealizadores da rádio, pela postagem de informes no site da rádio convocando, por exemplo, jovens para trabalhar em um projeto de mapeamento de favelas no Rio de Janeiro; pelo noticiário televisivo em que a rádio era apresentada como um recurso destinado, entre outras funções, à conscientização dos moradores sobre a coleta de lixo.

Por meio destas cenas, somadas à sua fala, registrada já nos primeiros apontamentos da caminhada investigativa, remeteu-se às funcionalidades desta rádio comunitária, de um dispositivo que, segundo alguns autores (Peruzzo, 1999,

2004, 2006a, 2006b; Paiva, 2007; Godoy-de-Oliveira, 2007), poderia conduzir a uma observância mais cuidadosa acerca de realidades locais legitimadas através de uma comunicação popular que viabilizasse a democratização da informação, a produção de diferentes arranjos dentro de uma linguagem capaz de expressar os modos de existência daquela localidade, a participação mais ativa e autônoma, e o exercício da cidadania.

A Rádio Santa Marta assumida, assim, como um dispositivo de análise, uma perspectiva pela qual seria possível se aproximar e identificar a relação desses, e de muitos outros moradores, com as práticas policiais e os regimes de vida legitimados a partir delas. Relações essas cheias de controvérsias, de modo a tornar o tema acerca da instalação e permanência de uma unidade policial muito mais distante de uma análise dicotômica maniqueísta (Guattari & Rolnik, 2005) – concordar ou não com tal presença – do que da constatação de uma heterogeneidade presente no campo. Percepção esta possível a partir de algumas divergências observadas entre locutores da rádio. Por exemplo, enquanto alguns pareciam apoiar muito mais uma postura crítica acerca da presença policial e das abordagens feitas na comunidade, ou, como outros que apoiavam a iniciativa do governo com a implantação da unidade policial e a abertura de um canal de comunicação com a corporação.

Questões estas, entre outras, que recorrentemente apareciam, fossem em uma conversa antes do início do programa, durante a sua realização, junto a outros eventos realizados na comunidade e que integravam o rol de atividades impedidas de acontecer ou ocorridas sob o controle da própria polícia. Importante salientar isto, pois uma das primeiras reclamações registradas junto à UPP durante a pesquisa foi de que, por vezes, não apenas com a entrada da unidade policial, mas ao longo de sua permanência, alguns eventos da favela – por exemplo, bailes funk, festa de hip-hop –, eram barrados por conta do volume alto do som, do horário em que eram realizados, do conteúdo impróprio das letras. Dado este confirmado por pelo dono de um bar situado nas proximidades da rádio, por outros moradores com os quais se esbarrava durante a pesquisa.

De outro modo, também podiam ser registrados outros discursos responsáveis por produzir uma aparente expectativa quanto à mobilização e ao envolvimento dos moradores em torno de ações que viessem a acarretar benefícios à localidade. Postura que parecia motivar a realização de ações coletivas,

organizadas pelos próprios moradores, em torno de assuntos de interesse, primordialmente, dos mesmos. E aqui era importante salientar que a rádio parecia, em um primeiro momento, integrar o conjunto de atividades culturais que, conforme dito anteriormente, tinha a sua regulamentação e realização respaldados por uma espécie de controle policial. Ao mesmo tempo em que a rádio também parecia funcionar, observadas as devidas normas e princípios de regulação urbana (emissão de ruídos em espaço público era um exemplo), como um espaço a ser legitimado pelo mesmo aparelho estatal.

Em poucas palavras, a rádio reunia em torno de si controvérsias acerca de sua funcionalidade dentro do Santa Marta – um misto de legitimidade, regulação e controle, e o quanto a emergência de tais paradoxos poderia viabilizar, conforme dito anteriormente, a sinalização de diferentes modos de existência percebidos naquela localidade.

4.3

Vamos “escutar” a rádio de outros modos – as entrevistas e o uso do gravador

Após a primeira etapa da metodologia – que consistiu em ingressar no Morro Santa Marta e identificar a Rádio Santa Marta como produção de resistências no contexto de práticas policiais –, partiu-se para retomar os registros feitos no diário de campo, a fim de aprofundar melhor a análise sobre este objeto. Primeiramente, a questão a ser colocada dizia respeito à escolha de um método que, a partir das cenas e falas registradas nas visitas à favela, possibilitasse situar as produções radiofônicas em meio à inserção e permanência do aparato estatal como modo de atuação e garantia da segurança pública.

Para tanto, serão apresentadas as estratégias metodológicas utilizadas para realizar a pesquisa que compôs a presente tese, a saber, as visitas ao espaço físico da Rádio Santa Marta, as entrevistas individuais e o gravador de áudio. Serão discutidas, assim, as visitas como um momento inicial da investigação voltado para conhecer melhor a rotina de funcionamento das produções radiofônicas, aqueles que as integravam, seus interesses. Material este que ganhou maior consistência a partir das entrevistas que serviram como fio condutor (e produzido na condução) que aproximava, afastava e deslocava imagens e falas suscitadas ao

longo da última etapa da pesquisa de campo. Estratégia que contou com o uso do gravador como um dispositivo que permitiu nas entrevistas diferentes mobilidades nas relações entre pesquisador e pesquisado.

Com base nas pistas iniciais coletadas nas primeiras idas ao Santa Marta, decidiu-se planejar, para este momento da pesquisa, uma sequência de visitas à rádio, a fim de observar a rotina da rádio, os modos de negociação das pautas das programações, as pessoas envolvidas diretamente nas programações, os temas e assuntos discutidos nos programas da rádio e os debates transversais presentes em suas ações, além da programação previamente definida. Para tanto, optou-se por frequentar a rádio duas vezes na semana, uma nos dias úteis e outra no fim de semana, sempre alternando entre os turnos (manhã, tarde e noite), a fim de fazer contato com um número maior de programas, de produtores e das pessoas, em geral, que frequentavam o espaço físico da rádio com finalidades as mais diversas. Esta rotina metodológica foi adotada durante os 7 meses em que a rádio esteve com a sua programação pelo dial, pela 103, 3 FM, entre setembro de 2010 e abril de 2011.

Na Rádio Santa Marta, após descer algumas escadas de poucos degraus, era possível acessar uma cozinha – talvez com menos de 1 m² – com poucos objetos disponibilizados para seu uso e um teto rebaixado. Com pouco mais de 4 m², em seguida, vinha uma pequena sala de espera onde se encontrava uma cafeteira, uma pequena estante de livros, um sofá antigo e uma mesa de escritório. Espaço que serviu, em vários momentos, para a realização de pequenas conversas, entre outros motivos, para discutir mudanças de última hora na programação, receber jornalistas que desejavam conhecer melhor o trabalho da rádio e pensar novas atividades. Embora o espaço físico fosse dotado de pequenas dimensões, chamava atenção à diversidade de seus usos, de suas possibilidades.

Mais a frente, existia um estúdio, cujas dimensões eram semelhantes à sala de espera (talvez menor), com uma cadeira, uma pequena mesa de som através da qual os programas eram transmitidos com o apoio de um computador antigo e um microfone. O espaço, embora pequeno, tinha um ar condicionado que mantinha a temperatura agradável no ambiente – levando em consideração que aquele espaço, em certos programas, chegava a abrigar 4 ou 5 convidados para entrevistas. Durante a exibição dos programas, o produtor podia acompanhar o que acontecia

na sala de espera, na cozinha e na escada de acesso, por intermédio de um monitor que captava imagens a partir de um sistema de câmeras instaladas nestes pontos.

Conforme dito anteriormente, para a presente tese, a Rádio Santa Marta não estava circunscrita apenas ao seu funcionamento (pauta, grade de programação) por intermédio da transmissão via dial ou internet, mas, sim, integrava também os diferentes encontros e conflitos percebidos fora deste campo institucionalizado das produções radiofônicas. Além do áudio transmitido a quem sintonizasse a rádio, as festas realizadas em nome da rádio nas lajes de determinadas residências também compunham este campo, assim como o cartaz que divulgava uma festa hip-hop, a distribuição dos “áudios” da rádio por intermédio dos comerciantes e moradores que a sintonizavam em seus aparelhos particulares, as conversas de bar a partir das notícias divulgadas, o pedido da dona de casa para anunciar a perda de algo. O que ajudava a compreender a rádio mais do que um dispositivo comunicacional, cujo funcionamento se restringia a transmissão dos programas estipulados na grade, mas sim enquanto acontecimento registrado na sala de estar do estúdio, nas conversas de bastidores antes do programa entrar no ar, na presença de visitantes, nos cartazes colados nos postes de luz informando futuros eventos, na sua própria interrupção, fechamento ou outro nome que seja dado. Defende-se aqui a Rádio Santa Marta como possibilidade de acesso às singularidades presentes nos acontecimentos. Tomá-la naquilo que ela possuía de único: as suas relações de força que redundavam no poder confiscado, na dominação enfraquecida, na reinvenção dos diálogos e das negociações. Enfim, as formas de resistência que transbordavam além do dial, do transmissor, da abertura do microfone, da grade de programação.

As visitas, assim, incluíam assistir aos programas dentro do estúdio e na antessala da rádio, acompanhar a chegada de ouvintes a fim de solicitar a divulgação de informações, os encontros com produtores da rádio a fim de conhecer melhor este veículo, a identificação de cartazes colados pelas vielas do morro informando acerca de eventos que envolviam direta ou indiretamente a participação da rádio, além do acesso a sites que divulgavam o nome e a programação da rádio²⁷. Caminho este que permitiu, com o tempo, se pensar em

²⁷Ver os seguintes sites eletrônicos: www.facebook.com, www.radiotube.com.br, www.youtube.com e www.radiosantamarta.com.br. Estes sites eletrônicos foram acessados uma vez por semana com a finalidade de verificar os últimos lançamentos pelos

outras estratégias que proporcionassem uma escuta mais aproximada do campo e de suas particularidades. Formas que problematizassem as produções radiofônicas a partir de um cenário atual permeado por práticas policiais, ações de regulamentação responsáveis por legitimar diferentes normas (normatizações) em nome de determinados ordenamentos sociais.

Neste sentido, passou-se a planejar a realização de entrevistas como um caminho que, a partir das visitas à rádio, geralmente precedidas por contatos feitos com programadores na visita anterior, permitindo retomar conversas iniciadas nas semanas passadas. Um modo adotado para circunscrever o conjunto de pessoas que integrariam os entrevistados foi pautado nos encontros ocorridos durante os 7 meses de visita à rádio. A espera em uma pequena sala anterior ao espaço do estúdio no qual a programação da rádio era transmitida servia como oportunidade, por exemplo, para explicar aos presentes o motivo da pesquisa. Entre produtores da rádio, apoiadores do trabalho radiofônico e ouvintes moradores do Santa Marta, constantemente se disponibilizavam para escutar explicações mais alongadas acerca dos objetivos deste trabalho acadêmico.

Com isso, a pequena sala de espera, com o tempo, passou a funcionar como uma oportunidade de ampliar a lista de contatos para futuras entrevistas ou outras propostas metodológicas. As conversas informais marcadas, assim como os encontros casuais, serviram de abertura para novos contatos e para firmar aqueles já feitos desde o início da pesquisa. Contudo, mais importante do que acrescentar novos nomes à relação de entrevistados foi perceber que aquelas visitas passaram a favorecer aproximações mais estreitas com os presentes, de modo a produzir relações de confiança. Comentários, tais como, “eu já te vi por aqui”, “me lembro de te ver naquele evento”, “lembro da conversa que tivemos” e “dias atrás conversei com tal pessoa sobre teu trabalho” sinalizavam registros das diferentes pessoas que frequentavam o espaço da rádio. Encontros que produziam aproximações com o campo, com seus diferentes interlocutores, com as singularidades daquele território.

Com isso, partiu-se para os critérios adotados para a escolha dos entrevistados na segunda etapa da pesquisa. Primeiramente, tendo em vista o objeto da tese ser a Rádio Santa Marta, foi possível compreender como algo

seus responsáveis, entre eles, divulgação de festas, comentários de ouvintes, entrevistas realizadas pela rádio, textos de apoiadores sobre assuntos diversos.

coerente a retomada do contato com as pessoas que tiveram alguma participação na primeira etapa da pesquisa e que estavam à frente de um ou mais programas da rádio. De modo detalhado, os fatores utilizados para realizar tal escolha foram o envolvimento direto na programação da rádio na função de locutor/ organizador de algum programa, a permanente participação na rádio mesmo após a retirada do transmissor e a existência de um contato prévio com o entrevistado – seja através de uma entrevista preliminar ou apenas um bate-papo informal durante as visitas à favela.

Contudo, mais um critério foi adotado para a seleção de entrevistados: a participação, fosse direta ou indireta, no funcionamento da rádio, mas que não necessariamente se enquadrasse na categoria de produtor, locutor ou responsável por algum programa da rádio. Neste sentido, compreendeu-se que o grupo de entrevistados deveria incluir aqueles que, embora não ocupassem algum cargo na administração da rádio ou atuassem na condução de um programa, interviessem, de algum modo, na produção da Rádio Santa Marta. Estava claro que tais encontros deveriam ser estendidos para outros grupos além dos locutores e responsáveis pela produção da programação radiofônica. Ao evocar estes diálogos com diferentes interlocutores, tendo como fio condutor desta tese a rádio comunitária, era notável indagar como tais produções discursivas eram partilhadas fora destes espaços institucionalizados, demarcados dentro de recortes pré-selecionados. E nada mais lógico do que imaginar que, em se tratando de uma rádio local, os efeitos das provocações e conclames oriundos dos programas da Rádio Santa Marta pulsassem de modo irregular, intermitente, desorientado e não uniforme.

A curiosidade pela convocação daqueles que, por motivos variados (interesse musical, apoio a familiar, propósito comercial), acompanhavam o que era transmitido pela rádio, ganhava força dentro da pesquisa. Este participante da rádio, fosse ele morador ou não do Santa Marta (mas, principalmente, o primeiro), que dedicava uma parcela de seu tempo para escutar algumas músicas, para procurar uma oportunidade de emprego, informar a ocorrência de um evento ou de um problema dentro ou fora da localidade, ou participar de um bate-papo ao vivo, passava a integrar o conjunto de interlocutores que, por intermédio de uma comunicação local, faziam valer suas opiniões, seus interesses, suas ideias. Era o mesmo ouvinte que, no contexto dos questionamentos sobre as produções

radiofônicas produzidas no contexto da pacificação, problematizava as indagações aqui relatadas.

Assim, chegou-se ao número de dez (10) pessoas para compor o conjunto de entrevistados. A começar por Bruno, locutor do programa “Papo de Sambista é Samba”: além de ser um dos fundadores do Grêmio Recreativo Escola de Samba Mocidade Unida do Santa Marta, onde tinha forte atuação, ele também era funcionário de uma organização não-governamental destinada, entre outras finalidades, à produção de pesquisas e formulação de políticas públicas no campo da inclusão social. Em segundo lugar, cita-se Antônio, responsável pelo Projeto Visão da Favela e um dos fundadores da Rádio Santa Marta, com alguns programas sob a sua responsabilidade (entre eles, “Conexão Periferia” e “Olhares do Mundo”), além de ser cantor e militante da cultura hip-hop. Seguido de Bruna, responsável pelo programa “Noticiário Latino-Americano”, com formação nas áreas de Comunicação Social e Geografia, e que, com poucos anos de residência no morro, já se mostrava militante nas causas sociais, tais como a defesa da cultura local.

Carlos, por sua vez, que se utilizava de um pseudônimo artístico, atuava na favela junto ao público infantil, há pouco mais de dez anos, na organização de eventos festivos envolvendo crianças e familiares residentes no morro. Entre seus principais projetos, destaca-se o “Brincando como criança”, destinado ao desenvolvimento de crianças e adolescentes, em diferentes áreas da vida, a partir de atividades no campo da arte, dança, reciclagem e biblioteca. Já Alberto possuía uma carreira extensa e conhecida no campo da música, particularmente no samba, além de ser um dos integrantes da direção da rádio e antigo morador do morro. Com pouco mais de 40 anos de idade, Leandro praticamente nasceu no Morro Santa Marta, dono de um pequeno comércio situado na parte alta da favela e atuante em termos das reuniões destinadas ao debate de temas pertinentes à localidade, como, por exemplo, a questão da remoção.

Leonardo residia no pico do morro, além de representar uma das principais lideranças da localidade, atuante na Comissão de Moradores do Pico do Santa Marta e, assim como Leandro, estava entre os moradores cujas casas seriam removidas, conforme determinação do governo estadual. Já Gisele era mãe de dois filhos e residia em um dos apartamentos construídos onde, na década de 80, houve um desabamento que resultou em mortes e diversos desabrigados. Seguida de

Alessandra que, além de ser formada em turismo e atuante na área, também participava de uma equipe que, a partir de um curso de formação na área, auxiliava os turistas na localização e explicação dos pontos turísticos durante as visitas ao morro. Por fim, destaque para Nelson, que possuía um antigo comércio nas proximidades da Praça do Cantão, conhecido ponto do Santa Marta, além de ser morador antigo do morro.

Com base nos registros de campo realizados ao longo da primeira etapa da pesquisa, nas visitas à rádio e, principalmente nas entrevistas, é importante ressaltar um cuidado especial acerca da redação da presente tese. Ao longo da investigação do campo, algumas pessoas, de modo nítido, mostraram certas ressalvas ao tratar de determinados assuntos, tais como a atual condição de funcionamento da Rádio Santa Marta, os efeitos percebidos com o ingresso da Polícia Militar, os possíveis fatores relacionados ao término da rádio, entre outros. Tendo em vista tais cuidados, optou-se por não informar os nomes reais dos entrevistados desta pesquisa, escolhendo, deste modo, chamá-los por nomes fictícios. Importante destacar que os nomes foram substituídos, assim como também optou-se por modificar e omitir certas narrativas a fim de preservar a identidade de quem, porventura, tenha prestado alguma informação que, futuramente, pudesse lhe comprometer.

Após escolha dos nomes, passou-se a fazer contato com as pessoas de maneira a apresentar o objetivo da pesquisa, explicar o motivo da pesquisa e, caso não houvesse óbice (o que não ocorreu em nenhum dos casos), seriam agendadas as entrevistas em local e horário determinado de modo a ser confortável para elas. Vale dizer que o local de sua realização ficou a critério dos entrevistados, porém, de modo que a escolha não comprometesse a realização da mesma.

Acerca da marcação das entrevistas, é importante salientar que elas ocorreram em locais bem distintos entre si, sendo quatro na sala de espera da rádio (Antônio, Bruna, Carlos e Alberto), uma no bar (Bruno), duas na própria casa do entrevistado (Leandro e Gisele), uma no espaço de trabalho (Nelson), uma na estação quatro do bondinho do Santa Marta (Leonardo) e uma no Pólo de Inclusão Social Padre Veloso (Alessandra), situado à praça Corumbá²⁸. As

²⁸Importante salientar que, mais à frente, as entrevistas foram realizadas com base no acordado entre pesquisador e entrevistador, por intermédio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, cuja leitura e assinatura do documento sempre antecedeu o início de cada entrevista.

entrevistas, com duração em torno de 50 minutos, foram marcadas com antecedência mínima de uma semana, através de contato pessoal realizado no próprio local de trabalho ou de moradia do entrevistado. Elas ocorreram entre os meses de agosto e novembro de 2012, em dia, horário e local escolhidos de acordo com a preferência do entrevistado.

Antes de se tratar do uso do gravador, é importante ser dito que a preocupação com tais análises não era assentá-la em um campo simbólico ou de estruturas significantes capazes de lhes atribuir sentidos suficientes e totalitários. O que faz pensar o quão seria insuficiente tratar as palavras enquanto guardiães de um sentido original, nas idéias enquanto detentoras de lógicas próprias e até mesmo nos desejos possuidores de uma direção previamente determinada. Que fique claro que não se buscou aqui evitar a realidade aleatória e aberta da própria inteligibilidade das relações de poder, nem tampouco de seu caráter violento, reduzindo toda a história a formas apaziguadas da linguagem e do diálogo (Foucault, 1979).

Contudo, o que se buscou tratar aqui foi uma estratégia metodológica que nos levasse à distinção dos acontecimentos, das redes e dos níveis a que pertenciam, a fim de constituir os fios que os conectavam e com os quais são engendrados. O sustento da presente tese está assentado nas análises das relações de força nos seus menores detalhes (por exemplo, a consciência, os instintos, o amor, entre outros elementos que pareciam não ter história) – sempre conforme a própria inteligibilidade das lutas, das estratégias e das táticas. O que legitimaria, de certo modo, a reforçar as singularidades dos acontecimentos, mas sem se deixar levar pela necessidade de uma finalidade monótona; a restabelecer os distintos sistemas de submissão e o jogo casual das dominações (ibidem).

Neste sentido, é possível observar claramente o quanto a Rádio Santa Marta, a partir das cenas e falas registradas, nos revelava tais estratégias e singularidades. O que importava era a possibilidade existente em fazer falar algo – as práticas policiais abusivas e as garantias de proteção acessíveis aos moradores – em nome do anonimato, de um rosto sem imagem. O dispositivo enquanto máquina que fazia ver e falar, estabelecia áreas de visibilidade e de invisibilidade, produzia sujeitos, definia discursos e modalidades de enunciação – enfim, que definia regimes de poder (Deleuze, 1995b; Foucault, 2005b). Dimensões do poder policial capazes de tornar invisíveis certas práticas violentas, deixar visíveis

outras, produzir sujeitos criminosos e territórios pacificados, responsáveis por enunciações acerca de novas sociabilidades urbanas, da nova polícia, de morros integrados à cidade.

Contudo, a Rádio Santa Marta parecia funcionar como máquina capaz de favorecer a produção de linhas de subjetivação contrárias aos dispositivos, ao poder estatal (ou poder policial) que legitimassem, porventura, linhas de força intransponíveis, definitivas. Diante de normatizações firmadas pela abordagem policial, pelos novos códigos de conduta e de comportamento que passaram a entrar em vigor, as produções radiofônicas suscitavam a produção de resistências à ação de tais forças de modo a sugerir uma dimensão que escapasse aos saberes e poderes estabelecidos – a produzir linhas de fuga (Deleuze, 1995b). Ao reinventar a comunicação local distinta, ao mostrar a permanência do medo e da censura mesmo em um contexto de pacificação, ao revelar a valorização das práticas impositivas, por exemplo, a rádio acabava por produzir práticas enunciativas singulares, descrever os modos como os diferentes sujeitos (moradores, policiais, traficantes, comerciantes, população) estavam posicionados e como eram engendradas as tensões e conflitos que os atravessavam (Foucault, 2005b).

O foco tornava-se as relações de força que faziam com que o ouvinte da rádio, mesmo em uma “favela pacificada”, mesmo em conversa com a própria comandante pela própria rádio, abdicasse de dizer de que local falava ou em nome de quem se pronunciava em favor de uma pretensa segurança ou redução de riscos. Os jogos de poder pareciam atuar de modo a produzir silenciamentos, rupturas na comunicação a partir de um dispositivo que fazia falar tais tensões, inseguranças, incertezas (Foucault, 1979).

Silenciamentos, estes, que também afetaram a Rádio Santa Marta de modo mais direto, com a interrupção de suas atividades. Sob o argumento da ilegalidade, a retirada do transmissor utilizado para o funcionamento da rádio redundou não apenas na impossibilidade de se continuar, pelo menos daquela forma, as programações radiofônicas, mas principalmente de fazer ecoar os debates, os questionamentos, os incômodos tratados até então. Muito mais do que uma questão técnica e burocrática, a interrupção da rádio nos apontava para práticas de cerceamento em relação a ações singulares que, diferente de uma mídia expressiva e dita “representativa”, faziam aparecer outros afetos, idéias, olhares.

Assim como os silenciamentos, a rádio também produzia discursos, orientados por outros regimes de legitimação, destinados a reinserir e reinterpretar certas “realidades” presentes durante o seu funcionamento. Como o que ocorreu no episódio em que um dos locutores interrompeu o seu programa (ou deu continuidade a ele) a fim de transmitir ao vivo a conversa com um morador do Complexo de Alemão durante a ocupação militar, em novembro de 2010. Durante a transmissão do programa, o morador da referida favela buscava informar, em tempo real, os caminhos percorridos pelos policiais para chegarem a outras localidades, assim como o conflito bélico intermitente e a postura adotada pelos moradores frente a tal empreitada. A todo o momento, ambos pareciam refutar as interpretações atribuídas pelos grandes veículos de comunicação acerca daquele evento em nome de novas leituras. Fossem sobre os acenos de concordância dos moradores ao estenderem os lençóis brancos nas janelas de suas casas, os pronunciamentos que afirmavam o caráter apaziguador do ingresso policial, entre outros acontecimentos, os comentários e observações pareciam reformular tais “sentidos” e produzir novos enunciados.

Somente para lembrar alguns dos exemplos citados anteriormente, a Rádio Santa Marta produzia em seus programas, manifestos e debates a céu aberto uma série de novos sentidos, reinvenções e silenciamentos. Cenário este que trazia para o cerne da presente tese o desafio, entre outros, de retomar, fazer reverberar, ecoar, ressoar tais desvios. Retornar às centelhas que a rádio insistia em nos (re)apresentar e constranger ao produzir uma rádio comunitária “ilegal”, que fazia falar discursos sobre as práticas policiais na favela – seja acerca da truculência, seja da inclusão de novas práticas sob a égide policial –, sobre o não-dito dentro de uma comunidade pacificada.

Deste modo, optou-se por retomar o contato com algumas pessoas com as quais deparou-se ao longo da primeira etapa da pesquisa, além de outras sugeridas por estas, em um contexto de entrevistas individuais com o uso do gravador, escolha esta importante de ser tratada. A ideia básica, ao fazer uso deste recurso metodológico, era provocar o campo a partir das cenas e imagens registradas anteriormente no diário de campo. Não se pode dizer que se tratava de “retornar” com estas cenas e imagens para o campo, primeiro, porque elas não eram originadas de fora, de um lugar externo. Segundo, porque não se entendia que a

pesquisa estava em um lugar privilegiado para tal façanha e, por fim, porque a ela não possuía este “poder”.

Aproximava-se muito mais de instigar os diferentes interlocutores – fossem pessoas, eventos, lugares – a fim de ativar saberes locais, desqualificados, não legitimados, descontínuos. Não que o impedimento do funcionamento da rádio e a falta de um transmissor impedissem isso – muito pelo contrário, eles também faziam reativar tais saberes. Contudo, o que se aguardava era uma espécie de insurreição dos saberes antes de tudo contra os efeitos de poder centralizadores comprometidos e transversalizados com determinadas instituições – fossem as práticas policiais, as normas sociais legitimadas, as entidades “oficiais” (Foucault, 1979).

Com isso, obviamente, era necessário que ficasse claro que o que se desejava aqui não era a simples reprodução fiel das disputas e jogos de poder testemunhados na primeira etapa da pesquisa. Não se podia entender que o gravador, como recurso de captação de áudio, funcionasse como uma transcrição atemporal de depoimentos verbalizados, uma chancela sobre as falas dos entrevistados ou uma distinção acerca da veracidade dos discursos. Foucault (2008c) alerta dizendo que, embora seja possível identificar certa semelhança ao redigir uma mesma escrita (com mesmos caracteres, sobre temas análogos) em textos diferentes – tais como a Constituição, uma revelação religiosa, um testamento –, no momento em que tal enunciado é manifestado na vida cotidiana, a mesma semelhança não pode ser reafirmada.

Além disso, um mesmo enunciado, seja expresso em um livro, em um manifesto ou dito oralmente, diante dos regimes de materialidade que o circunscrevem, acaba por manifestar-se de forma particular. Por exemplo, enunciados científicos, reafirmados por autores distintos, obedecem e estão submetidos a diferentes relações com outros enunciados, estão circunscritos a outras condições de utilização e de reinvestimento, a outros campos de experiência.

O que legitimou tratar a entrevista e o uso do gravador como dispositivos que, situados em um contexto forjado por diferentes condições, faziam aparecer novas experiências. Abdica-se, aqui, da mínima tentativa de “fazer existir de novo” o descontentamento pela apreensão do transmissor, a desconfiança pela garantia dos direitos dos moradores frente às ações policiais ou a “reinterpretação”

acerca destas. O que se objetivava era fazer falar as interrupções, os discursos, os cerceamentos, as controvérsias, as contradições, os silêncios e os silenciamentos. O gravador não auxiliou, em nenhum momento, a “tratar sobre”, “abordar a respeito”, mas, sim, ele provocava, fazia acontecer, incitava a falar. O que incluía, de modo permanente, este recurso eletrônico entre os jogos de poder, entre as negociações, entre novas disputas – fossem pelas circunscrições, edições, legitimações.

Não se adotava o gravador assim como faziam os alunos do próprio Michel Foucault, a fim de registrar as suas aulas, em um de seus cursos ministrados em 1976, ao desligarem o aparelho nos momentos em que o filósofo interrompia o seu próprio pronunciamento, fosse pelo término da aula ou em decorrência do intervalo (Foucault, 2002). Tanto o momento em que fosse sugerido ao entrevistado a escolha de um local para a realização da entrevista que reunisse melhores condições para a preservação da qualidade do áudio, que fosse informado ao mesmo acerca de seus direitos (sigilo, por exemplo) durante o encontro, quanto aquele em que fosse ligado o próprio gravador – todas estas condições diziam respeito diretamente à entrevista. Tratava-se do uso do gravador enquanto dispositivo capaz de produzir efeitos, verdades, discontinuidades. Assim, diferente dos alunos de Michel Foucault que, preocupados em não desperdiçar suas fitas magnéticas, interrompiam as gravações, na presente tese, o gravador, durante as entrevistas, funcionava como uma maneira de ver e de falar novos regimes de discursos.

A própria entrevista poderia suscitar, à semelhança da rádio, tais registros, confrontar e divulgar o que se dizia acerca dos problemas identificados no morro, dos conflitos envolvendo diferentes personagens, das demandas enunciadas naquela localidade. Não se tratava de igualar os efeitos e alcance adquiridos pela rádio e estendê-los até as entrevistas. Mas sim de fazer existir conflitos, impasses e indagações em meio à existência de uma produção radiofônica interrompida em uma localidade cujas orientações de sociabilidade e de ordenamento urbano passavam, quase que prioritariamente, pela égide do policiamento adotado naquela região.

Deste modo, olhar para a rádio Santa Marta como um dispositivo capaz de estabelecer relações ou possíveis nexos que pudessem existir entre elementos heterogêneos – leis, enunciados normativos, proposições institucionais, por

exemplo (Castro, 2004), na medida em que desloca os olhares de indagação “para o âmbito da dominação [...] para o âmbito dos operadores materiais, para o âmbito das formas de sujeição, para o âmbito das conexões e utilizações dos sistemas locais dessa sujeição e para o âmbito, enfim, dos dispositivos de saber” (Foucault, 2002, p. 40). Deste modo, conforme Foucault (1979), ao assumir o dispositivo como essencialmente estratégico, uma manipulação das relações de forças e uma intervenção racional sobre estas, ele

está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles (Foucault, 1979, p. 246).

4.4

As negociações pelo campo afora

Antes de tratar do campo, propriamente dito, um aspecto importante a ser destacado dizia respeito às tensões que envolviam a própria abordagem do tema, sensação possível de ser percebida em alguns encontros no campo. A começar pelas negociações que se fizeram necessárias para que ocorresse a entrevista com um dos entrevistados, em especial. Entre alguns telefonemas e encontros presenciais, foram cerca de três tentativas até que a entrevista acontecesse. Além dele ressaltar, a todo momento, que a duração do encontro deveria ser em torno de 30 minutos, no máximo, a fim de que não atrapalhasse a rotina de seu trabalho no bar, ele também reafirmava que somente iria participar se a pesquisa não fosse sobre UPP. “Oh, se for para falar de UPP, eu não quero, não”. Esta foi a recepção dada nas duas primeiras ocasiões, ocasião que demonstrou que algumas perguntas feitas aos entrevistados poderiam provocar algum temor.

Assim como nos momentos que antecederam a entrevista, ele, por vezes, mostrava-se melindroso em abordar assuntos que o pudessem comprometer. Como o que ocorreu ao tratar da estratégia de permanecer com o policiamento em determinadas localidades da favela:

Isso tem em qualquer comunidade. Ah, não tem venda de tóxico? Tem. Não tem venda de bebida? Tem. Culpa de quem? De quem está aqui. Aí se vê os policiais aí. Tem duas PATAM²⁹, aí. Dois policiais sem necessidade nenhuma, aqui [...], vigiando o que, aqui? Os bandidos estão mais ali para cima. Não gosto nem de falar isso. Então, qual é a necessidade disso?

²⁹ Chamado de PATAMO (Patrulhamento Tático Móvel).

Ele aceitou fazer a entrevista no próprio endereço de seu comércio, com o gravador praticamente à mostra, extrapolando o tempo que ele mesmo negociara. Durante a entrevista, realizada em horário de movimento nas proximidades, ele parecia responder às perguntas, porém sempre mantendo certo cuidado com o que afirmava. Como o que ocorreu quando, em alguns momentos, ao não se sentir tão à vontade com a conversa, chegou até mesmo a diminuir o volume da voz ao proferir tais palavras, provavelmente com receio de que alguém o escutasse.

Em outros casos, tais preocupações levavam muitas vezes os entrevistados a repensarem o modo como não apenas informariam sobre determinado assunto, mas também o meio pelo qual eles a justificariam. Como o que ocorreu com Leandro, ao tratar dos possíveis ganhos de certas entidades existentes dentro da favela com o expressivo número de turistas que subiam o morro para tirar fotos de moradores, da vista, das casas. Ocasões em que, devido aos turistas não solicitarem permissão para realizarem tais fotografias juntamente com os guias turísticos que os acompanhavam, ele se sentia como um “bicho do zoológico”, enquanto aqueles eram os “visitantes”. E o que mais o incomodava era que, enquanto eles ganhavam “milhões com esta foto”, dizia ele, eles nem sequer “bebem uma água na comunidade”. Descontentamento expresso por Leandro, com certo cuidado, ao afirmar que:

Por isso que eu falei para você que às vezes a gente até fala assim: ‘Não, não está ganhando nada’. Mas eu acho que alguém está ganhando. Não posso te afirmar que está, mas... [...] eu tenho certeza, mas só não posso provar para você que está, porque a pessoa sempre diz que não, que não.

O que poderia sugerir que a presença do gravador produzisse certa noção de compromisso com que estava sendo dito. Qualquer informação que viesse a ser registrada parecia ter que vir necessariamente acompanhada de uma imagem ou termos que comprovassem a veracidade daquelas afirmações. Quando Bruna, por exemplo, pontuou que havia percebido no Santa Marta certo decréscimo das atividades culturais, esportivas e educacionais, chegando a declarar que “era muito mais movimentada” antigamente, pois “tinha forró, tinha pagode, tinha hip hop, tinha ato público, tinha futebol no campinho”. Embora ela o percebesse como um “momento que era mais convulsionado”, Bruna se restringia a não atrelar tais mudanças a uma ou outra questão particular, ou talvez responsabilizar este ou aquele fator. O que Bruno, por exemplo, parecia fazer diferente ao se

utilizar do momento da entrevista para delimitar e deixar clara a sua opinião sobre a polícia pacificadora:

Cara, eu vou te falar uma coisa pra você: a questão da pacificadora é maravilha. Eu particularmente, eu falando... eu, falando eu, eu falando eu acho maravilhoso. Eu, eu, falando. Se quiser contestar que conteste, eu falo por mim.

Sinalizar a autoria desta opinião e desvinculá-la, possivelmente, de uma entidade ou de grupos de pessoas parecia ser o fator em questão. E, neste sentido, o gravador tornava-se um dispositivo que inscrevia, dentro de certa temporalidade e espaço, aqueles termos, falas, discursos. Mas ele também registrava silêncios e interrupções produzidos em meio a uma série não linear de perguntas e respostas. Quando perguntou-se a um dos entrevistados, por exemplo, acerca da atual situação da rádio – informação esta que já tinha sido obtida de outros interlocutores, além de testemunhar as suas atuais condições –, ele insistiu em respostas como “não voltou, não”, “não vai voltar até ser legalizada” e “só que a semana toda a gente não usa, só às vezes que fazemos alguma prática, ensaios, mas a rádio oficialmente não voltou não”. Até o momento em que ele solicitou que fosse desligado o gravador e, após o seu pedido ter sido atendido, ele resolveu falar um pouco mais sobre a atual situação da rádio.

Com base em visitas realizadas anteriormente, sabia-se que a rádio era mantida em funcionamento em determinado dia e período de hora, mesmo que os compromissos burocráticos, segundo alguns, ainda não estivessem finalizados. Contudo, o que se destaca aqui, não diz respeito à conformidade entre a Rádio Santa Marta e as exigências estipuladas pelo Ministério das Comunicações. Escutando algumas vezes a gravação, tempos depois, fica nítida a angústia do entrevistado entre responder ao que lhe foi perguntado e não dar informações que comprometessem a rádio. Assumiu-se, deste modo, que não se conseguiria captar, no “calor” do momento, que a sua dificuldade em responder a tal pergunta ou respondê-la de modo tão restrito e formal tinha justificativa na necessidade em se manter em silêncio no tocante às novas estratégias adotadas pelos seus produtores acerca da exibição dos programas radiofônicos. Mas o seu incômodo em confirmar aquele dado passou despercebido, embora ele tivesse se mantido em silêncio até que o seu chamado fosse atendido e desligado o gravador.

Não foi a alternativa tomada por Alessandra, em outro exemplo, ao relacionar o fim da rádio ao fato de que algumas pessoas, em sua opinião,

entendiam que ‘pobre não precisa de informação’. A indagação a deixou tão desconfortável que, embora ela tivesse confirmado que “era o que eles pensavam mesmo sobre essas pessoas”, ela deixou transparecer seu incômodo ao dizer que “ah, sei lá... é até um ponto que eu não queria estar entrando, falando sobre isso. Porque, de repente, as pessoas não iriam gostar. Tá entendendo? Eu sou uma minoria, então”. Até mesmo ao responder se a rádio incomodava ou não, embora afirmasse que não, Alessandra preferiu se manter reservada ao dizer que “no meu ponto de vista eu acho que não, mas... eu acho que alguém andou dando poder aí para fazer isso. Eu não sei, eu não quero estar acusando ninguém, mas... eu vejo assim”. Assim como ocorreu com Bruna, a retirada do gravador se tornou uma alternativa imediata e necessária a fim de preservar as informações acerca das mínimas condições para que a rádio não corresse o risco de ser impugnada mais uma vez e também que a entrevista pudesse seguir seu curso esperado.

Semelhante ação também foi adotada por um jovem músico, atuante em um dos projetos realizados dentro da ONG Casa do Dedé, quando interpelado, durante os encontros da fase preliminar da pesquisa, acerca das mudanças percebidas a partir da entrada do policiamento na comunidade. Desde narrar as transformações que sofreu em sua vida por conta da música – o fato de ter aprendido a tocar sozinho, o ingresso em uma respeitada escola de música, de trabalhar como monitor no projeto e que, no momento, tocava na noite –, até as suas considerações acerca dos desdobramentos provocados pela unidade policial, ele não se mostrou constrangido, nem tampouco incomodado em responder a tais questões. Ao mencionar que “na verdade, para mim, não mudou nada, quer dizer, mudou. Eu nunca gostei mesmo de ver o pessoal na rua, no chão” – fazendo referência aos corpos de traficantes encontrados antigamente nas vielas após troca de tiros –, até o fato de que alguns destes, atualmente, “ficaram quietinho”, pois “estão trabalhando por aqui”, “na farmácia”, não parecia dar estas respostas de modo ressabiado, constrangido.

Contudo, devido ao propício momento e sua disponibilidade, bastasse retirar o gravador da mochila e pôr sobre a mesa na tentativa de iniciar uma entrevista mais “oficial”, com registros mais fidedignos, que ele já se mostrava melindrado a ponto de se negar a continuar a conversa. Foram duas tentativas de incrementar o bate-papo com um instrumento através do qual fosse possível capturar mais informações, dados, relatos. Mas, talvez, aqui estivesse um dos

enganos ao ressignificar o uso deste instrumento a partir destes parâmetros. Da mesma forma com que se esvaia a espontaneidade do jovem músico, que falava de seus projetos com a música, de seus amigos que morreram no tráfico e de sua indignação ao questionar o quanto “o ser humano pode ser assim tão frio” em casos de espancamento que levavam o sujeito a óbito, também perdia força a ideia de que o gravador registraria apenas aquilo que já existisse de antemão – na verdade, ele também produzia. Os silêncios, as interrupções, as intermitências não eram apenas confirmadas em contextos marcados pelo medo e pela relutância ao tratar de certos assuntos, mas eles se configuravam como efeitos das indagações levadas para o campo. Uma postura de abstenção diante de uma pergunta poderia ser encarada como um efeito correlato da requisição de um posicionamento crítico sobre a abordagem policial no Santa Marta.

Mas não se refere aos alertas que Afonso e Bruno fizeram quando eles foram entrevistados, no início da pesquisa, nos quais eles disseram que seriam obtidas mais informações se não fosse utilizado o gravador. A possibilidade de silenciamento, quase que de uma censura gerada pelo gravador, parecia soar como um efeito negativo, algo que se deveria evitar – principalmente se fosse compreendido que a pesquisa somente tinha sentido a partir do registro verbal. Até se poderia aceitar que o gravador produzisse a censura, mas que tal sentido fosse problematizado e posto a observação de novos interlocutores, além do pesquisador.

Dito nestes termos, o que ganha força nessa discussão é o quanto o gravador, assim como a rádio, mais do que testificar os afetos e práticas humanas, e conduzi-los a um nível passível de análise teórica, tornava-se um dispositivo que mobilizava forças, que orientava, que deslocava argumentos, que reiterava e remontava cenas. Ele se fazia a partir de mobilidades fomentadas pelo campo através da realização de entrevistas que ultrapassavam o sentido de um simples encontro entre sujeito e objeto, negociado a partir de termos normativos e acadêmicos, para alcançar o de um acontecimento da vida no qual eram possíveis de ocorrerem as falas, as interrupções, os deslizes, os desencontros, os silêncios, os depoimentos, os gestos.

4.5

A rádio em diferentes perspectivas

As próximas páginas serão dedicadas, conforme dito anteriormente, a aproximar melhor da Rádio Santa Marta, esse dispositivo metodológico, e compreender um pouco sobre as produções e olhares que perfazem este elemento radiofônico. Mais especificamente, serão pontuados dois aspectos importantes acerca das produções radiofônicas: 1) enquanto dispositivo que fazia falar as controvérsias atinentes às transformações e manutenções presentes nas práticas policiais adotadas no Morro Santa Marta; 2) e efeito das ações de cerceamento que, direta e indiretamente, surgiam associadas ao contexto de pacificação.

4.5.1

Transformações e manutenções nas práticas policiais

O primeiro aspecto a ser salientado diz respeito a situar melhor algumas transformações sinalizadas nas práticas policiais adotadas no Santa Marta, no contexto da pacificação. Condição esta que incluía desde a atividade de mediação de conflitos intrafamiliares e entre vizinhos realizada por policiais, até o auxílio na organização de diferentes eventos, pequenas atividades não previstas na rotina policial (conduzir pessoas enfermas até próximo de sua casa, advertir usuários de drogas acerca dos riscos e males, informar aos órgãos responsáveis acerca da necessidade de reparos/ consertos em serviços públicos). Práticas que pareciam representar, para alguns, uma expressiva mudança na lógica da abordagem policial, que deixava de ser caracterizada por ações de ordem repressiva e violenta para assumir um aspecto de proximidade, de comunitário (Silva, Gonçalves & Mello, 2011; Benevides, Rodrigues & Abreu, 2011; Ost, 2012; Rocha, 2012a; Rocha, 2012c).

Entre as atribuições verificadas na rotina de trabalho assumida pelos policiais que atuavam na UPP Santa Marta, destaque para as ações de mediação que, com o apoio de terceiros, tinham a finalidade de solucionar disputas a partir de uma série de fatores – uma escuta, a identificação de interesses comuns. O espaço da favela, por sua vez, também parece que tem sido foco de atuação de intervenções, também chamadas de “mediação comunitária”, que buscam oferecer subsídios técnicos jurídicos e operacionais a fim de mediar diferentes conflitos no

âmbito trabalhista e civil que, por razões diversas, não chegam ao Poder Judiciário³⁰ (Vasconcelos, 2008).

A intenção de incluir entre as novas atribuições às UPPs um caráter que vá além do controle e da prevenção de crimes, condição esta que atribui aos policiais o lugar de mediadores políticos em assuntos relacionados a conflitos interpessoais e atividades culturais. Posição esta que, historicamente, tem sido ocupado pelas Associações de Moradores (Silva 2010a; Freire, 2009), porém, ultimamente, com o enfraquecimento destas, as unidades policiais têm assumido tal papel. Os policiais, agora servindo a partir de funções aparentemente distintas, têm direcionado as suas atuações para a intermediação com outros órgãos do governo, para a oferta de atividades lúdicas e a regulamentação de eventos culturais. Deste modo, as UPPs, enquanto dispositivos de uma política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, acabaram por revelar o objetivo de conquistar territórios, assim como ocupar e militarizar³¹ todos os demais aspectos da vida das classes ditas populares, principalmente a cultura e a política (Silva, 2010b).

Assim como ocorriam em situações de conflito, as transformações nas relações de sociabilidades, vinculadas direta ou indiretamente às UPPs, não atingiam apenas as formas de violência, de prevenção e de controle social, mas também os modos de produção de atividades culturais e de entretenimento. É utilizada a expressão “UPPs”, pois, a partir de alguns autores (Martins, 2010; Rodrigues, 2010), pode ser percebido que outras comunidades, as quais também têm passado por um processo de pacificação, têm servido de palco para estes desdobramentos das ações policiais. Com a UPP Tabajaras/ Cabritos, por exemplo, o cancelamento de eventos festivos, principalmente voltados para os jovens, era um dos efeitos apontado pelos entrevistados. Embora tal situação tenha se alterado devido à mudança do comando da unidade policial, segundo

³⁰Entre alguns exemplos, destaque para o Balcão de Direitos, estratégia pela ONG Viva-Rio adotada em comunidade, tais como Chapéu Mangueira, Babilônia e Rocinha, a partir de 2002, com o intuito de assistir a algumas localidades com “serviços de assessoria jurídica gratuita dentro das comunidades, pacificação de disputas através do uso da mediação e ‘treinamento para a cidadania’ sobre temas em direito” (Moreira, 2007, p. 223); o Projeto Pacificar, a partir da ação da CUFA (Central Única de Favelas), em algumas localidades do Ceará é a responsável por promover cursos de mediação junto a determinados agentes de comunidades com recursos do Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública) (Núcleos de Mediação Comunitária, 2009).

³¹ Ver BATISTA, C. B. S. Da criminalização do funk à militarização do espaço da pobreza. Programa de Pós-graduação em Criminologia, Direito e Processo Penal, Rio de Janeiro, 2010; LOMBA, A. P. A (i)legalidade da busca e apreensão e as operações policiais no Complexo do Alemão e na Vila Cruzeiro – Estado de Direito para quem. Agência de notícias das favelas, 06 abr. 2011.

Martins (2010), não passavam despercebidas as implicações negativas sobre as relações de sociabilidade, situação esta agravada pela escassez de opções de lazer no interior ou nas proximidades da comunidade.

Semelhante escassez se verificava no morro da Providência, principalmente no tocante às opções de lazer noturno. Rodrigues (2010) afirma que o término dos bailes funk, por exemplo, não apenas acirrava esta carência quanto às formas de diversão, principalmente entre os jovens, como também representava um impacto sobre a rotina do comércio, com ressalva para os bares. Contudo, um dado que não poderia ser desprezado era a possibilidade de saída dos jovens para outros bairros e comunidades com vistas a buscar entretenimento. Tal realidade ampliava o acesso ao lazer, promovia condições de circulação das pessoas em outros espaços, assim como parecia produzir uma sensação de confiança, tendo em vista eles se sentirem à vontade para voltarem às suas residências em horários mais tardios, o que poderia ser associado a um dos fatores mais valorizado entre os entrevistados – o atual cessar fogo.

Semelhante postura também tinha sido adotada no Santa Marta a partir da emissão de documentação necessária para a realização de eventos em locais públicos, conhecida como “nada a opor”, assim como a solicitação de apoio logístico a fim de realizar contato e intermediar negociações com empresas comerciais. Bruna confirmou tal ação policial ao narrar um caso em que, tendo ultrapassado determinado horário do lançamento de um livro, evento realizado pela rádio, alguns policiais se dirigiram ao grupo com o intuito de finalizá-lo:

Por exemplo, quando a gente teve um problema, quando a gente fez o lançamento do livro (...) na quadra a gente tinha marcado às 7 h da tarde o lançamento do livro. Por aí, pelas 8 e meia, 9... começou uma pequena roda de funk com o Apafunk que são nossos amigos [...] A gente tinha um amplificador e os microfones, onde os MCs cantam algumas músicas. 9h da noite, acho que era 9h30, no máximo 10h, chegou o pessoal da UPP pedindo que, por favor, acabássemos o evento porque a gente não havia pedido autorização e a gente acabou o evento.

Para Nelson, a definição antecipada do horário de término dos eventos no Santa Marta, como uma das ações de base do controle territorial, era algo aceitável e compreensível. Mesmo sob a prerrogativa de que, caso o acordo não fosse cumprido, a polícia atuaria de modo a terminar o evento, ele afirmava o seguinte: “O que eu acho legal é ter hora para começar e ter hora para acabar. Isso não estava acontecendo. Aí eu concordo com ele”. Controle este que incluía

também a cessão do efetivo policial que, durante a ocorrência de festas, fazia a patrulha do local com a finalidade de garantia da segurança. A condição necessária para que tais empresas subissem o morro e aceitassem trabalhar em eventos internos estava na garantia de que não existiria a possibilidade de que, repentinamente, ocorresse uma troca de tiros, o que colocaria a todos em uma situação de risco.

Diante de episódios como este, Bruna observou que a unidade policial tinha por função a ideia de controle que incluía, segundo os dois últimos, desde “a necessidade de ter esse controle de horário: de início, de término” até aquele que incidia diretamente sobre as ações de “marginais” e que, caso o efetivo policial sofresse um decréscimo no seu quantitativo, isso poderia repercutir no retorno a certo nível de criminalidade. Em linhas gerais, Bruna afirmou que:

“É uma espécie de controle territorial que o estado precisava recuperar. Desse ponto de vista, eu vejo que deu certo porque as Unidades de Polícia Pacificadora efetivamente fazem uma representação, ao menos simbólica, da presença do estado em área determinada.”

Porém, para Antônio, a ampla gama de atribuições assumidas pela polícia no interior do Santa Marta não apenas se apresentava diferenciada em relação ao papel tradicional realizado pela corporação, como também repercutia sobre áreas e assuntos que não eram do seu domínio:

A UPP tem um trabalho específico: tirar as armas da mão dos civis e facilitar a abertura pra empresas, pessoas, especulações. Esse é o papel da UPP. Controlar o social, se tem uma festa ali, vai lá, manda abaixar o som, manda não sei o que, vê quem está fazendo... é um controle. E olha que polícia não tem nenhum aval de debater cultura. É a Secretaria de Cultura. Cadê as secretarias? Polícia tem outro tipo de critério.

A crítica do locutor apontava para a discussão acerca de novas funcionalidades da polícia em que, alheio ao apelo público destinado à redução da violência e da criminalidade na cidade, os efeitos oriundos da atual política de segurança pública no Santa Marta ultrapassavam tais expectativas. Momento em que se deslocou – ou se ampliou – o foco dos atos criminosos para atos não-criminosos, para os comportamentos que viessem a divergir diante de um ordenamento social, de normas sociais, cuja contrapartida poderia vir em forma de advertências, repreensões, ou até mesmo de proibições, como foi o caso da realização do baile funk, como contou Carlos, como sendo “a única coisa que mudou” com a entrada da polícia pacificadora.

Contudo, tal deslocamento não pode ser interpretado como algo linear e exato se for lembrado, por exemplo, da discussão iniciada por Nelson ao indagar a incoerência existente pela presença de “duas PATAM [...] 2 policiais sem necessidade nenhuma, aqui no Cantão³²”, enquanto que, “os bandidos estão mais ali para cima”. Ao mesmo tempo em que a venda de tóxico ocorria “em qualquer tipo de evento”, e em certos locais, “o baile funk rolava e a polícia ali do lado [...] as pessoas se divertiam, acabava e ia todo mundo embora para casa”, ele indagava: por que não reproduzir “o mesmo sistema aqui”?

Para Antônio, a inclusão de novas atuações por parte da polícia não significava que suas intervenções tinham assumido um caráter mais socializado, mas sim que os novos objetos sobre os quais a UPP se debruçou passaram a ser interpretados à luz da criminalização:

O que o funk tem a ver com o crime? O funk é música. Entendeu? Não pode entrelaçar excessos com violência. Não existe isso, Funk é funk. Qualquer música é reflexo da sociedade. Se no funk está falando que o caveirão invade favelas atirando, isso é um espelho da sociedade, isso é o reflexo. Está acontecendo. Isso não pode ser visto como crime. Crime é o que estão fazendo. Crime é o que o MC está relatando a realidade, o crime é a realidade que está acontecendo. Caveirão entrando e matando inocentes sem estar envolvido no crime, que mesmo envolvido tem que ter a sua vida preservada. Então, assim, aqui no início não podia ouvir funk e a gente tivemos que fazer vários atos públicos, políticos pra ter direito a ouvir o que quiser [...] É isso que eu estou te falando. Pior genocídio não é matar mil pessoas não. Isso também. Não pode acontecer isso, mas o genocídio da cultura é um dos piores. O povo sem cultura é um povo fraco.

Percebeu-se que no momento em que era tensionada a relação entre as transformações sobre os objetivos atendidos pela polícia e os efeitos produzidos na rotina da vida dos moradores, um tema que parecia repercutir era o da abordagem policial. Na crítica acima, ao invés de criminalizar a expressão musical por compreendê-la como uma apologia a determinadas práticas criminosas, “porque pode ter venda de tóxico [...] pessoas consumindo”, como alertou Nelson, o que se colocava em debate era quanto o silenciamento de tais expressões poderia dirimir as possibilidades para se pensar aquela realidade. Mais do que isso, desenvolver análises que, a partir dos efeitos e controvérsias produzidos por uma rádio comunitária em meio a um contexto em que o aparato policial respondia por um amplo e denso controle territorial, auxiliava a pensar acerca dos desdobramentos atinentes às diferentes produções a partir da ocupação militar.

³²Referência à Praça do Cantão.

O que se percebia, entre outros entrevistados, era que a mudança acerca das atuações policiais não era sinônimo de consenso. Para Alberto, ao tratar do momento anterior à ocupação, a “presença policial antes era com mais rigor, [...] muito mais rigor. Você era abordado de uma tal forma que, realmente, era de espantar, era de assustar o morador, a pessoa que vinha de fora [...] era com mais violência. Antes tinha invasão de polícia”. Muitas vezes “espancando as pessoas, confundindo, achando que era traficante um adolescente, uma pessoa de bem, um trabalhador”.

Durante a entrevista, embora dissesse que não tinha “nada a falar” e que não era a favor nem do tráfico e nem da polícia, Alberto afirmou que o processo de pacificação trouxe melhorias, opinião justificada desta forma:

Eu posso deixar os meus filhos soltos. Posso dormir bem porque eu não vou ter aquela preocupação de ouvir tiros, de saber que minha comunidade está tranquila, que eu posso subir e descer a hora que eu quero. Não sou incomodado por ninguém, principalmente pelos policiais. O trabalho tem que ser feito. Eles já sabem que é morador, quem não é. Não interrompem nada. Fazem as ondas deles, os plantões. O trabalho está sendo cumprido. Eu, particularmente, não tenho nada a falar.

Porém, ele também salientou que, para a pacificação, tendo em vista que não se avistavam mais civis portando armas de fogo circulando pelo morro, já não se fazia necessária a realização de abordagens policiais com pistolas e fuzis:

Eu acho também que não é necessário andar com calibre grosso do jeito que eu vejo andar, como antigamente andava. Por que um fuzil desse tamanho? Por que se está pacificado? Isso também assusta. Deveria se repensar na exposição dessas armas de grande calibre em favelas consideradas como favela pacificada. Olhar para um outro viés. Não que não se possa utilizar.

Com esta fala o que se apontava era a discrepância entre as recentes condições em termos de segurança nas quais os moradores viviam e a permanente ostentação de poder bélico durante as rondas policiais diárias. A partir do momento em que não se identificava a menção a conflitos com grupos armados no interior da comunidade, para Bruna, tendo em vista lhe chamar a atenção a realização de rondas com policiais portando armas, ela chegou a questionar a real passagem de uma polícia repressiva para a chamada de proximidade. Questionamento que aumentava quando alguns de seus amigos vinham lhe visitar e se assustavam com tais discrepâncias, ao que indagavam o motivo dos policiais circularem pelos becos e vielas portando armas. Diante de tais questionamentos,

Bruna respondia que era algo constante neste contexto, embora tal situação a deixasse incomodada por conta de seu filho:

Então meu filho vai sempre ficar de castigo quando ele brinca de polícia e bandido, mas com que cara vai castigar a ele de brincar com arma se ele sai no beco, sai na escada, sai na praça ele sempre vê arma. Ele nunca viu arma do tráfico, mas agora ele vê arma da polícia, vê arma do mesmo jeito.

Para Antônio, “não existia pacificação de fuzil na mão” e ela era feita “com diálogo, com afeto”, pois a “arma impunha e imposição não é respeito, é medo [...] e infelizmente, qualquer cidadão no Rio de Janeiro tem medo da polícia. Essa polícia que está aí. Há 200 anos. Porque ainda tem o resíduo da época militar, né?”. Para ele, a ênfase da abordagem policial sempre foi a repressão e ele afirmou nunca ter visto “a polícia fazendo outro tipo de ação sem ser reprimir: seja em manifestação de professores, seja... qualquer outra coisa”. Reflexão esta que fez com que Bruna sugerisse que talvez existisse um nome mais apropriado do que Unidade de Polícia Pacificadora: “Unidade de Polícia de Controle, Unidade de Polícia de Controle Permanente”.

Em linhas gerais, a partir das falas apresentadas, das reflexões nos bastidores da Rádio Santa Marta, a atuação da Unidade de Polícia Pacificadora parecia assumir uma espécie de gestão da vida pública junto aos produtores da Rádio Santa Marta. Uma completa regulamentação da vida, na sua forma menos espontânea e a partir de um dispositivo biopolítico que produzia distribuições dos indivíduos pelo espaço urbano e uma normatização de diferentes práticas (culturais, esportivas). Uma arte de governar que se utilizava de regularizações artificiais e de coerções voltadas não apenas sobre os comportamentos delituosos, mas também os indisciplinados e contrários ao projeto governamental. Para que isso fosse possível, fazia-se necessária, conforme dito anteriormente, a existência de mecanismos, chamados de culpabilização e de segregação, que atuassem de modo a favorecer uma subjetividade capitalística a partir de formas de manipulação de quadros de possibilidades de expressão (ou de não expressão, de silenciamento), de referência de imaginários, os mais artificiais possíveis, capazes de suscitar mecanismos de disciplinarização, escalas de valor e sistemas de hierarquias inconscientes.

O que apontava para a responsabilização de determinados segmentos pelo estado de insegurança e de medo, pela violência social, enquanto que para outros

se reduzia bastante, a níveis desprezíveis, a nocividade. O que se percebia era que a produção, a organização e a gestão da vida social no Morro Santa Marta se tornavam responsabilidades do Estado. Ou seja, eles passavam a produzir, organizar e gestar em nome dos moradores, em lugar ou favor de terceiros – pois, o que quer que eles viessem a pensar ou fazer, isto seria feito a partir de um controle social em processo (Guattari & Rolnik, 2005; Reishoffer & Bicalho, 2009).

4.5.2

Reflexões acerca da (int)e(r)rupção da rádio

Conforme narrado anteriormente, o término das atividades da rádio trouxe à pesquisa não apenas outros direcionamentos à caminhada pelo campo, mas principalmente um olhar singular sobre as indagações que traziam acerca das produções radiofônicas no Santa Marta. Neste sentido, a partir dessas páginas será visto melhor sobre esse episódio repentino da rádio e quais as possíveis pistas sinalizadas a partir desse acontecimento. Mais particularmente, será pontuada, a partir dos diferentes discursos produzidos acerca do fim da Rádio Santa Marta, a condução da política de remoção sobre um conjunto de casas situadas no pico do morro e os reflexos da política de segurança pública que incidia e transformava as relações de poder existentes naquela localidade.

Entre as respostas dadas à retirada do transmissor, o que resultou no término da produção de programas da rádio, uma justificativa reafirmada por alguns era de que, conforme anunciado anteriormente, tal medida havia sido adotada em decorrência da irregularidade existente no funcionamento da rádio. Posicionamento que Gisele pareceu compreender e aceitar como a sua real motivação:

Jessé- Mas a minha dúvida é: como ficaram sabendo da existência da rádio?

Gisele- Mas porque as pessoas, quando botavam na rádio, falava assim: Rádio Santa Marta. Aí descobriram que era uma rádio comunitária. Acho que dava interferência com outra rádio.

Jessé- Vou usar um termo que você usou agora. Enquanto ouvinte, você vê que a Rádio Santa Marta é uma rádio clandestina?

Gisele- Bom, até regularizar, penso que, eu acho que ela é sim. Mas eles estão regularizando para ser uma rádio decente, né. Eu conversei com o pessoal e eles me disseram que estavam querendo colocar tudo direitinho.

Durante conversa com a entrevistada, embora percebesse que ela não tinha informações mais precisas sobre as falhas encontradas na rádio e o que significava esta necessidade de regularizar seu funcionamento, tal explicação lhe parecia suficiente para justificar a sua interrupção e a mobilização em torno de sua volta. Explicação dada, no dia seguinte à retirada do transmissor, durante evento realizado na rampa que dava acesso ao Plano Inclinado, a partir da instalação provisória de um pequeno ponto de transmissão da rádio, a céu aberto, com o objetivo de convocar os moradores do Santa Marta a assinarem um abaixo-assinado a ser remetido ao Ministério das Comunicações. Ocasão em que um dos responsáveis pela mobilização confirmou ao microfone que “de acordo com a polícia, uma denúncia a levou à sede da rádio onde constataram falta de documentação necessária para o seu funcionamento”.

Assim como Alessandra e Alberto compartilhavam tais ideias, outras justificativas, neste sentido, também ganhavam força, como foi verificado com o argumento utilizado por Gisele. Ela alegava, por exemplo, que tal prática interferia nas comunicações adotadas nos procedimentos de aviação. Gisele também compreendia que a rádio produzia programas à custa de apoio e de patrocínio de diferentes empresas, aspecto também salientado por Bruno.

Não obstante tudo isso, durante as entrevistas, foi possível presenciar muito mais o estranhamento de alguns sobre o seu fechamento, após pouco mais de sete meses de existência da rádio. Alessandra, por exemplo, afirmou que a decisão adotada pela ANATEL e pela Polícia Federal se deu em decorrência de estar “atrapalhando a sinalização”, porque “estava dando interferência”. Informação que, embora ela parecesse não saber explicar direito a motivação de tal decisão, ela não furtou em dizer que “muita gente [...] gostou da rádio ter saído”. A possibilidade do morador – o “pobre”, como ela mesmo afirmou – ter acesso livre à informação parecia ser encarado como um risco para muitos, o que, em sua opinião, interpretava que tal atitude era um “meio de não deixar o morador tão antenado”. Opinião que também ecoava nos argumentos de Leonardo ao reproduzir a seguinte pergunta: “você, dar voz a pobre?”, à qual ele mesmo responde, dizendo “qual é! Pobre não pode ter voz, não”, palavras ditas de maneira aparentemente irônica e mobilizada.

Alessandra sugeriu uma hipótese diferente das anteriores ao suscitar a ideia de um cerceamento da liberdade de desenvolver meios de comunicação

local, tendo em vista tal recurso colocar em risco os interesses alheios. Isso é tratado com base na sua própria insinuação de que existam pessoas ou grupos “levando algo por trás”, ou seja, usufruindo de algum tipo de benefício em decorrência do fechamento da rádio. Embora tal opinião fosse expressa sem informações mais precisas, ela mantinha sua postura, mesmo sendo interpelada para que explicitasse melhor do que se tratavam estes outros interesses alheios que interferiam no funcionamento da rádio. Embora o incômodo de alguns entrevistados com o término da rádio fosse nítido, chegando ao ponto de afirmar que “o que aconteceu conosco foi de forma irregular”, conforme disse Alberto, era nítida a falta de clareza em termos de relatar os prováveis motivos que levaram ao presente cenário.

Do mesmo modo, acerca da possibilidade de denúncia à polícia sugerida por um dos entrevistados, Nelson atribuía o seu prematuro desfecho à excessiva circulação de pessoas no interior da rádio, “sem necessidade”, como ele disse. Gerando, assim, “muita falação” acerca da rádio, uma divulgação expressiva desta nova comunicação a ponto de chegar ao conhecimento da ANATEL, condição esta que levou, assim, às consequências já conhecidas. Leonardo fez semelhante reflexão ao interpretar, sem quaisquer reticências, que a retirada da Rádio Santa Marta representava “a edição da represália”, “uma forma de te calar”. Suas palavras revelavam não apenas que tal manobra se dava pela ação de pessoas ou grupos que detinham o poder, mas pelo fato de que:

Não faltam pessoas para informar às pessoas do Estado, federal. Essa é a realidade. Você não acha que não tem aqui dentro policial disfarçado de morador? [...] pessoas dentro do Santa Marta que apoiam esse tipo de ação imposta pelo Estado.

Jessé- Ou seja, levaram a informação sobre a rádio para quem...

Leonardo- Para quem se deve incomodar. Claro, com certeza. Porque é inevitável, cara [...] Tem morador que não apoia a rádio, porque a rádio é uma forma de incomodar, de intervir em certas coisas que ele poderia se beneficiar.

As declarações de Leonardo, Nelson, Alessandra e Alberto assinalavam a existência de formas de censura que incidiam sobre as práticas radiofônicas vivenciadas por moradores do Santa Marta. O fim da rádio parecia consumir uma represália sobre tais práticas pelo risco de viabilizar o direito de comunicação àqueles que poderiam, de um modo ou de outro, trazer à tona assuntos que, se tratados abertamente, tornar-se-iam fatores de grande prejuízo para certos interesses. Além disso, a própria possibilidade de transmitir e informar aos

moradores locais – e de outras localidades, também – poderia se voltar contra aqueles cujos benefícios dentro do Santa Marta estavam assentados, por exemplo, sobre o silenciamento, o encobertamento de certos discursos e práticas. Dito de outro modo, ao recapitular determinadas cenas – como a própria possibilidade de produzir certos discursos autônomos, de endereçar certas reivindicações ao morador ou a órgãos do Estado, de provocar tensões ao questionar práticas policiais pela via dos debates ou da divulgação da Cartilha Popular pela Abordagem Policial – parecia que a ideia de certas repreensões, como foi observado nas falas anteriores, ganhava força.

Somadas a esses depoimentos, as palavras de Leandro ao salientar o fato de estar “bombando a rádio” e de seu sucesso ser expressivo a ponto de “incomodar as pessoas”, parecia ganhar força um tom de contraste se aproximadas essas declarações às práticas policiais que buscavam ensejar no interior da favela uma proposta de proximidade, de não-repreensão. Assim como política de segurança pública adotada em prol da redução dos índices de criminalidade com a intervenção diferenciada dentro de morros do Rio de Janeiro (Dornelles 1992, 2008; Araújo, 2009; Rocha et al, 2009; Soares et al, 2011; Gledhill, 2012), a perspectiva defendida com a Unidade de Polícia Pacificadora reforçava o controle territorial através de atuações do aparato policial com vistas não apenas a reprimir o desenvolvimento de comportamentos criminosos, mas também a assegurar o ingresso de medidas assistenciais e preventivas em diferentes âmbitos (saúde, social).

Contudo, situar a presente interrupção da rádio frente a um projeto referendado por práticas que vislumbrassem mais do que o combate ao crime, mas a busca por responder a outras demandas dirigidas ou não ao aparato policial sugeria uma dimensão diferenciada do aspecto repressivo a partir desses modos de policiamento. O correlato das ações repressivas deixava de ser única e exclusivamente o ato criminoso, registrado em termos legais, para incluir também outras formas de comportamentos que, de um modo ou de outro, passassem a integrar o rol de práticas a ser relegado a um plano secundário.

Porém, o convite aqui é que sejam acompanhadas as diferentes intensidades presentes nessas controvérsias, mas não para concluir que a prática comunicacional organizada dentro do Santa Marta tornou-se um alvo das arbitrariedades e de vilipêndio, nem tampouco atribuir meramente a

responsabilidade da censura às ações orquestradas em nome da UPP. Mas sim considerar que, mesmo em meio a uma defesa declarada pela recuperação territorial, pela redução da criminalidade, pelo resgate da cidadania, tais máximas surgiam comprometidas com determinados modos de ordenamento público que visavam o controle de certas produções de subjetividades sustentadas por uma cultura local. Alheio a uma política de proximidade, de práticas policiais marcadas pela “assistencialização”, o repentino término da Rádio Santa Marta revelou que as ações repressivas ainda produziam efeitos dentro daquele território.

Desdobramentos que podiam ser testemunhados não apenas de forma mais óbvia pela interrupção das atividades radiofônicas – tendo elas as motivações que fossem –, mas também de modo mais sutil pela censura que se estendia às declarações destinadas a justificar o fechamento da rádio:

Jessé- Então, na tua opinião, sobre o fim da rádio, teve gente que gostou e teve gente que não gostou.

Alessandra- É, mas a maioria não gostou [...]

Jessé- Você imagina que pelo fato de que, vamos pegar os termos que essa pessoa usou: “pobre não precisa de informação”, de forma até direta. O que você acha dessa declaração?

Alessandra- É o que eles pensam mesmo sobre essas pessoas, porque... tipo assim... ah, sei lá... é até um ponto que eu não queria estar entrando, falando sobre isso. Porque, de repente, as pessoas não iriam gostar. Tá entendendo. Eu sou uma minoria, então.

Com as palavras de Alessandra percebe-se que os jogos de poder eram capazes de colocar em questão a própria expressão de opinião que pudesse, porventura, indicar um ou outro responsável pelo episódio que levava ao fim da rádio. Postura tão reticente quanto a de Alessandra pode ser percebida nas palavras de Gisele, ao dizer: “Acredito que, de repente, a rádio tenha parado, porque... entendeu, não era uma rádio assim... entendeu o que eu estou falando? Não era uma rádio... tudo ali no seu conforme. Tipo uma rádio clandestina. Pode ter sido deste jeito. Eu tenho esta hipótese. Eu penso deste jeito”. Palavras que ratificavam a existência de questionamentos, repressões e cerceamentos sobre o funcionamento da rádio e que apareciam, continuamente, de um modo mais ou menos velado, ao longo das entrevistas.

Conforme dito anteriormente, a presença e a intervenção do gravador na pesquisa potencializavam e produziam diferentes efeitos, inclusive o risco que se tinha de determinadas informações chegarem a um conhecimento tal que acarretassem prejuízos para o próprio funcionamento da rádio ou para as

tentativas de um retorno próximo. Foi o que um dos entrevistados sugeriu, após algumas indagações feitas a ele, acerca da atual condição da rádio, ao dizer repetidas vezes que as produções radiofônicas não tinham retornado, fato que somente ocorreria com a apresentação de todos os documentos corretos para a sua regularização. Porém, após desligar o gravador, percebia-se o quanto ele se sentiu mais a vontade para informar, com mais especificidade, em quais circunstâncias a rádio se encontrava naquele momento. Embora o presente momento da rádio não fosse um assunto velado, durante as visitas ao espaço da rádio em razão das entrevistas, o silenciamento sobre sua fala, para o entrevistado, se fazia necessário.

Fossem em relação ao fato de ter cessado a rádio, às motivações atribuídas a este fenômeno e ao silêncio embaraçoso ao definir a atual condição dos programas, as vozes interceptadas ressoavam entre as declarações dos entrevistados e suas imagens. Fossem até mesmo pelas repetidas vezes em que se escutava, da parte dos locutores, que restava apenas o retorno do aceite pela documentação enviada para Brasília para reiniciar as suas atividades – como se isso, de fato, representasse todo o esforço dos responsáveis pela rádio para que ela retornasse ou fosse muito mais uma resposta pronta a ser dada para não levantar suspeitas –, trazer à tona a questão da censura poderia significar a reatualização da rádio em termos de seus efeitos no interior da favela.

Não apenas sobre a mobilização realizada, os esforços dos moradores em elaborar um abaixo-assinado, as formas de dar prosseguimento a um projeto de comunicação popular, mas também se referem às controvérsias que persistiam e coexistiam em meio a um projeto de segurança pública que primava pela prevenção de comportamentos criminosos, pelo retorno do Estado a espaços pobres, pela reintegração de um “solo esquecido” ao tecido urbano. Trataram-se, aqui, das tensões que insistiam em serem atualizadas nos discursos reivindicatórios em nome da liberdade de expressão e de práticas culturais mais autorais.

Mais do que o contexto da favela, indagar acerca desse término repentino é atualizar a rádio no interior da pesquisa também. É ter a dimensão de um dispositivo móvel que, distante de uma inércia absoluta, produzia efeitos na medida em que era produzido também. A rádio não podia ser identificável simplesmente por um lócus físico, pela sede da ONG Viva Favela, por um

determinado grupo de pessoas, nem mesmo pela continuidade de um programa de entrevista ou de música, mas ela precisava ser vista na ordem de um acontecimento, da rotina, das relações que se imbricavam e se diluíam.

A força da radiofonia comunitária residia na possibilidade da Rádio Santa Marta não apenas promover uma democratização da comunicação, mas principalmente conduzir a uma observância mais cuidadosa acerca da realidade local por intermédio de uma comunicação popular. A rádio, definida pelos seus diferentes fluxos e jogos de poder (Foucault, 1979), funcionava como um dispositivo que produzia diferentes arranjos dentro de uma linguagem capaz de expressar os modos de existência daquela localidade (Peruzzo, 1999, 2004, 2006a, 2006b; Paiva, 2007; Godoy-de-Oliveira, 2007), as formas de interpelação sobre as práticas policiais e seus efeitos, as possíveis resistências.

A rádio enquanto um movimento, acontecimento, participação mais ativa e autônoma entre os moradores da localidade (Peruzzo, 1999, 2004, 2006a, 2006b; Paiva, 2007; Godoy-de-Oliveira, 2007). Não obstante o encerramento das atividades ordinárias previstas na programação da rádio, a mobilização em torno de seu retorno, através de eventos musicais, abaixo-assinado e cartazes afixados pela localidade, acabava por produzir relações de forças aleatórias que, diferente de seguirem uma mecânica ou destino pré-determinado, inauguravam novas táticas e estratégias de luta (Foucault, 2000). Movimentos responsáveis pela produção de práticas e afirmações verdadeiras – não em um sentido dicotômico estabelecido entre verdadeiro e falso, mas partindo da possibilidade de definir novos domínios era que tais afirmações podiam ser reguladas (Foucault, 2003).

Definitivamente, a realização da pesquisa não dependia da resolução sobre o retorno ou o fim decretado da rádio. A sua existência enquanto dispositivo não necessitava de uma legalização formal para o seu funcionamento, de uma adesão coletiva e legitimada ao projeto radiofônico. As informações que continuavam a circular pelas redes sociais sobre o trâmite do processo de liberação da rádio, a realização de festas com a finalidade de angariar fundos para aquisição de um novo transmissor, a continuação de alguns programas pela internet, a produção de debates e de eventos culturais em seu nome, além de outros fatores, eram responsáveis por forjar discursos marcados por tensões e conflitos. Os impasses, as contradições e empecilhos era que continuavam a rádio naquele momento, e era desta forma que ela aparecia na pesquisa: inconclusa, polifônica e tensionada.

Neste sentido, nada mais sensato e natural de retomar a resposta de Leonardo após ter perguntado se a rádio havia terminado: “[...] porque a chama nunca se apaga, cara. Mesmo através da internet a gente continua vivo, por aí. Através de logomarca, banner, divulgação oral, é por aí. Tem que continuar, mesmo que seja na cabeça das pessoas, até voltar, novamente”. Nestes termos, quase como que uma provocação ao campo e uma forma de liberdade literária, deixa-se de enunciar a expressão “interrupção da rádio” e passa-se a denominar de “(int)e(r)rupção da rádio”, em razão de que tal dispositivo, a Rádio Santa Marta, vinha muito mais a suscitar e a incitar reflexões controversas do que a retratar meramente os silenciamentos de determinadas falas. A transposição da ideia de uma “interrupção” para “erupção”, mesmo quase como uma brincadeira gramatical, poderia reforçar o grande desafio metodológico que se colocava: descobrir, em meio ao monótono chiado vindo da frequência 103,3 FM, a “incandescência” de imagens e discursos capazes de assinalar as diferentes produções de subjetividades enquanto efeitos de uma política de segurança adotada no interior do morro.

Percebe-se como necessário para a pesquisa observar este “material incandescente” que nos permitiu, através da (int)e(r)rupção da rádio, indagar acerca das distintas e paradoxais relações produzidas no Morro Santa Marta. Para tanto, refere-se à política de remoção adotada na localidade que, desde o fim de 2011, era implementada pelo governo do Estado como meio de retirar os moradores que residiam nas regiões denominadas de “área de risco” para outras áreas escolhidas pelo governo. Cenário cujo envolvimento trazia a rádio como um de seus focos de mobilização e reivindicação, ao passo que reforçava mais ainda o debate sobre os desdobramentos presenciados na rádio e o que remontava às distintas forças naquele território.

4.5.2.1

A política de remoção no Morro Santa Marta

O término das atividades regulares da rádio, para alguns, podia ser melhor compreendido a partir das ações destinadas à remoção de determinadas casas situadas na parte alta do Morro Santa Marta. Política habitacional que, segundo Leandro, atingiria cerca de 52 casas situadas no pico do morro, além de incluir

outras cem residências situadas nas proximidades da região selecionada – por razões desconhecidas por ele.

Segundo dados do site da Secretaria de Obras, do Estado do Rio de Janeiro, em meados de janeiro de 2012 teve início a segunda fase do processo de “obras de reurbanização”, destinada à construção de 64 unidades habitacionais e à melhoria de mais 225 residências, sem contar com a previsão de novas obras, ainda em processo licitatório, em que mais 128 casas seriam construídas e outras 232 reformadas. Tanto pela previsão do governo, quanto pelo o que Leandro compartilhou, percebia-se a extensa dimensão na qual estava incluída a atual estratégia de remoção, viabilizada pela insistência do governo em enquadrar determinadas regiões como áreas de risco – postura desacreditada por Bruno, por exemplo –, e pela arbitrariedade das ações. Importante salientar que tais ações, além do Santa Marta, nas últimas décadas, têm atingido outras áreas do município carioca sob forte alegação da proteção do território em questão, da manutenção das encostas como patrimônio paisagístico da cidade e de determinadas áreas situadas a uma determinada altura acima do nível do solo como reserva florestal (Compans, 2007; Gomes, 2008). Cenário que, associado à necessidade de um debate aberto, parecia incrementar o desconforto que a presente questão acarretava junto ao entrevistado:

Só tem uma situação chata que está acontecendo agora na comunidade: é a remoção do pessoal do alto da comunidade. Entendeu? Tem que ter uma conversa muito séria sobre isso... é... tirar o pessoal da comunidade, tirar o pessoal do seu local é muito complicado [...] Nasceu e se criou ali, tirar é meio complicado [...] O único ponto crítico pra mim hoje é essa remoção [...] É. Remoção branca [...] Ainda não começou, mas vai começar. O governo não abre mão. É um tema polêmico, muito polêmico. Você mexer na moradia dos outros, deslocar sem você querer pra outro local [...] Estamos pedindo uma discussão, estamos pedindo uma discussão. Fazer uma assembleia, conversar com o governo.

Incômodo que parecia ganhar força através de diferentes faixas instaladas à frente de casas localizadas na parte alta do Santa Marta, que traziam alguns dizeres pertinentes à presente questão: “Não à remoção”, “Paz sem voz”, “SOS”, “Favela modelo de que”, “Alvo de cobiça/ Pico/ Olho grande”. Importante frisar que tais residências estavam situadas nas proximidades da sede da UPP, ao lado da 5ª estação, visão esta presenciada já nas primeiras visitas ao morro.

À primeira vista, verificou-se serem residências, na sua maioria, construídas apenas com madeira ou materiais mais frágeis em relação àquelas

feitas de alvenaria, além de estarem situadas em regiões não apenas íngremes, como também próximas a pedras médias e grandes. Localidades em que, além dos imóveis residenciais, também identificava-se a presença de uma quadra de futebol de grama sintética, alguns bares e uma pequena igreja intitulada Nazareno. A única identificação mais clara de que tal política já havia sido iniciada no chamado “pico do morro” evidenciava-se nas reivindicações e alertas registrados pelas faixas; parecia figurar como um movimento a mais que ali se organizava e, assim, chamava a atenção a cada vez que se passava por aquele caminho.

À semelhança de diferentes mobilizações sociais, nas décadas de 80 e 90, as lutas empreendidas – tais como movimentos isolados de resistências (Geisler, 2004; Moreira et al, 2012), mobilizações nas ruas e abaixo-assinados (Compans, 2007) – visavam, entre outras finalidades, a viabilidade da proposição formal de itens a serem debatidos sobre a reforma urbana e a democratização da gestão da cidade (Cardoso, 2007; Gomes, 2008). Na esteira de conflitos semelhantes, ao mesmo tempo em que, ao se reler algumas das frases mencionadas – tais como “Paz sem voz” e “Favela modelo de que” –, embora se coloque como questão principal a defesa pela manutenção das casas daquela região, toda esta provocação parecia reinserir o debate sobre a remoção dentro de um planejamento urbanístico maior no Santa Marta³³ em que, entre outras ações, a presença policial diferenciada tinha o seu destaque. Noções como a garantia de um processo de pacificação, da redução dos índices de violência dentro da comunidade e da

³³ Perspectiva que ecoava, por exemplo, na Lei No. 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade, ao tratar do tema da moradia com destaque para programas de construção, além de melhorias das condições habitacionais e de saneamento básico. No entanto, o fato de se resguardar tais direitos não excluía a possibilidade de que fossem realocados para outras localidades os moradores situados nas chamadas áreas de risco, assim como em “áreas urbanas de interesse da defesa nacional, da preservação ambiental ou destinadas a obras públicas”, conforme previsto pelo art. 17 (Brasil, 2001). Além disso, destaca-se o Plano Diretor, lei complementar elaborada com a finalidade de promover um desenvolvimento sustentável para o município do Rio de Janeiro, prevista no art. 210, “a urbanização de favelas e de loteamentos irregulares” por intermédio da “implantação ou ampliação da infraestrutura, dos serviços públicos e dos equipamentos urbanos”, ações que teriam como critério de privilégio, entre outros, a existência de área de risco ambiental, a indicação de risco à saúde e a proximidade de áreas consideradas de conservação da natureza ou de proteção. Não se pode negar a existência de uma jurisdição que, aparentemente, passava a apresentar um viés mais voltado para a recuperação de certas instalações, moradias e localidades, e para intervenções destinadas a drenagem pluvial, retirada de resíduos sólidos que contribuiriam para o aumento dos fatores de risco, implantação de iluminação pública, inclusão de projetos de loteamento, instalação de agriculturas comunitárias, tratamento de vias. Contudo, a remoção de moradias como meio de resolução das condições de irregularidade atestadas sobre uma parcela das moradias situadas nessas localidades ainda permanecia justificada por atos jurídicos que compreendiam, por exemplo, que áreas com restrições ambientais à ocupação não eram consideradas viáveis a dotação de condições mínimas de urbanização e de saneamento básico (Brasil, 2011).

instalação de uma organização social e espacial se tornavam, à luz das faixas, um grande contrassenso diante das formas autoritárias e unilaterais com que tal política vinha sendo empreendida.

Tal política, de outro modo, também era sugerida como uma intervenção responsável por produzir transformações vistas como benéficas no Santa Marta. Em se tratando do tema da urbanização das vielas do morro, do sistema de esgoto e da infraestrutura das casas, a abordagem adotada parecia considerar que os esforços empreendidos, dentro das limitações próprias do local, tinham acarretado melhorias consideráveis. Incluindo, por exemplo, a retirada dos moradores que residiam na parte alta do morro e sua redistribuição em apartamentos construídos na lateral do Santa Marta.

Ações tratadas como melhorias em decorrência de episódios ocorridos nas décadas anteriores, em que a força da água, em situações de fortes chuvas, ocasionou o desmoronamento de terra e a queda de algumas casas, situadas onde estava localizado o bondinho do Plano Inclinado. O desmoronamento de terra e a morte de dezenas de pessoas, fatos estes ocorridos na década de 80 e lembrados por Gisele e Carlos, pareciam ter acentuado o argumento de que a remoção se tratava de uma solução pertinente e que impedia que fatos semelhantes, com os quais a favela teve experiências desagradáveis, voltassem a se repetir. O que teve como solução dada pelo governo a construção de prédios, a fim de abrigar os moradores oriundos desta região. No caso, a construção de um conjunto habitacional integrou um leque maior de investimentos ofertados pelo governo. Áreas como saúde, planejamento urbano e ordem civil contemplavam uma diversidade de intervenções sobre problemas concretos da comunidade e que, pelo menos a partir dos depoimentos, eram encaradas como estratégias em resposta às expectativas. Chegando, algumas vezes, a empolgar alguns entrevistados quando lembravam, sobre décadas atrás, da oferta de serviços que chegavam àquela região, como relatou Bruno:

Eu queria falar da modificação da questão do... do serviço público aqui na comunidade. É... nós estamos com a Cedae, né? que está aqui no morro. Antigamente, também faltava água toda hora. Era... nos anos 70, nos anos 80 é “lata d’água na cabeça”, é biquinha, mostrando pra... entendeu? Isso graças a Deus hoje na comunidade não tem problema nenhum com a Cedae, questão da luz que eu já falei um pouco da luz, até a questão do cabeamento, era um montão de emaranhado de fio, hoje está tranquilo pra caramba e a questão do serviço do... do serviço... sociais, do trabalho [...] Temos a FAETEC ali que trabalha pra caramba... FAETEC. Essa situação toda fazendo o trabalho da comunidade,

temos aqui o PSF, que é o Programa de Saúde da Família, que é sensacional. Quando a pessoa vai procurar o Miguel Couto é questão que já vai direcionada pelo médico mesmo. Pessoa da comunidade que é hipertenso, essas coisas todas, já pega aqui o remédio ali no posto ali com tranquilidade. Escola: temos várias escolas aqui na área aqui, né? que faz um trabalho.

E outros cujo ingresso na comunidade tinha pouco mais de três anos, como era o caso de um dos entrevistados:

Por exemplo, nesse tempo eu via como as pessoas subiam com baldes de água potável porque se estava efetuando a regularização do serviço básico: de água potável e de luz elétrica. Foi no ano de 2009 que começou a entrar a Cedae e a companhia privada Light, que é a companhia de luz. Então, por essa entrada começou a se realizar a instalação de canos subterrâneos de água potável. A instalação desses canos subterrâneos produzia ou fazia que existisse muito corte de água potável, que iam de 3 dias, 4 dias, até a semana completa. Então eu estava vendo todo dia da minha janela como as pessoas subiam e desciam com baldes de água potável. Muito tempo também não tinha água potável dentro de minha casa para os meus amigos que ficavam sem água, ou os meus amigos que moravam aqui na segunda estação, na terceira estação iam pra minha casa tomar banho. Para mim era uma realidade que era super louca, de onde eu vim a pobreza tem que ter o seu serviço básico. Então ninguém tem falta de água potável. (...) você tem uma pobreza que é diferente, mas a água potável que é um direito básico de sobrevivência é massiva. Eu cheguei numa favela onde a parte alta não tinha água potável, teve depois. Há pouco tempo que começou a chegar água potável na parte alta do Santa Marta.

Neste contexto, não era apenas a localidade que se tornava beneficiada com a presença de unidade, mas também existia um discurso que reiterava a credibilidade acerca da índole e da formação do policial. Para alguns, tornava-se confiável, porque se passava a tratar as abordagens policiais de modo distinto das práticas tradicionais violentas e arbitrárias nas quais a procura de criminosos, por exemplo, era realizada sob troca de tiros. A inserção de uma unidade policial dentro da favela do Santa Marta parecia ser traduzida em um projeto capaz de garantir a segurança dos moradores, viabilizando, assim, a entrada de diferentes serviços públicos a serem ofertados aos moradores, além de valorizar a localidade em termos do turismo, do mercado, etc.

De outro modo, alguns entrevistados, ao tratarem das estratégias adotadas no interior da favela, diferente de privilegiarem a oferta de serviços públicos e melhorias na localidade percebidas com o ingresso do policiamento, sugeriam a existência de interesses que não diziam respeito às demandas e necessidades verificadas durante a pesquisa. Conforme dito anteriormente, a realização de grandes eventos esportivos, por exemplo, integrava um conjunto de ações

assumidas pelo estado em nome de um ordenamento social. Como afirmaram Carlos e Antônio, respectivamente:

Por que é que o governo veio com isso? O governo veio com isso porque o Brasil vai ter que promover dois grandes eventos, grandes no país, que vai levar o nome do país pra tudo quanto é lugar e o país não é um país qualquer. O nosso país hoje tem a quinta posição no mundo. Então, pô... no mundo inteiro você está na quinta posição, você não é qualquer coisa. Concorda comigo? Então, pô... existe uma evolução nesse país? Existe. O que é que o governo tem que fazer nesse país? Ele tem que dar um jeito de esconder o lixo dele. Ele vai esconder esse lixo dele aonde? Ele vai esconder o lixo dele de algum jeito. E é o que o governo está fazendo. Desgraçadamente, miseravelmente, é isso.

O problema é muito mais além. Não é a polícia. Se o governador... Quem detém a polícia, quem tem o aval? Sobre a polícia é o estado, governo do estado. Não é prefeitura, não é... é o governo do estado. Se o governador falar amanhã: “A polícia vai sair do Santa Marta”. Vai sair. E vai pra outro lugar. Então, tem que entender que isso aqui foi orquestrado por uma cúpula do governo e que tem outros interesses, que nenhum morador do Santa Marta e das outras favelas que tem UPP participaram desses debates.

Acerca da questão da remoção, não apenas a partir de um contexto produzido por fatores culturais, de defesa dos direitos de terra, relacionados à gestão e a resolução de problemas sociais, mas também, conforme mencionado anteriormente, a partir da ótica dos interesses mercadológicos, dos “interesses especulativos de fazer um prédio, um hotel”, como afirmou Carlos.

Tem tanta casa aí feita, casa de rico aí feito... Ué? Se quer fazer, quer mexer, então gasta. Entendeu? O governo não está ganhando dinheiro com isso? Ele não está ganhando dinheiro lá fora? O pessoal não está vendo que ele está trabalhando? Então, investe. Entendeu? Agora vem com uma conversa fiada, não sei de que, que é uma conversa que eu não engulo. Entendeu? Na minha cabeça ele quer fazer prédio, quer fazer hotel lá em cima.

Jessé – Ele quer remover, mas pra fazer... outras coisas

Carlos – Ah! Ele... Pra mim. Eu, particularmente, penso isso [...] Qual empresa que não quer fazer um hotel num lugar daquele?

Jessé – Do lado da UPP.

Carlos – Não, e o Cristo ali do lado [...] E aquela vista maravilhosa de toda aquela região toda lá de cima.

Jessé – E atrás você tem o mirante ali, né?

Carlos – Tem o mirante... pedra, aquilo ali é pedra, rapaz. For começar ali o cara está na pedra ali embaixo. O cara começar a furar ali, daqui a pouco ele está na pedra [...] Com a tecnologia que tem hoje... é conversa pra boi dormir, rapaz.

Carlos apontou as intenções que estariam relacionadas às ações do governo em retirar os moradores das áreas mencionadas ao afirmar sobre a existência de possíveis benefícios recebidos pelo Estado, o que ele alegou ter como contrapartida a abertura para que empresas viessem a explorar o território com a finalidade de lançar empreendimentos pertinentes à indústria hoteleira. Ele

utilizou como base de seu argumento os atrativos naturais que aquela região possuía, entre eles, a qualidade do solo e a proximidade de pontos turísticos e de bairros da zona sul, além de uma vista diferenciada, opinião esta compartilhada por Leonardo:

Realmente, aquela é uma das áreas... se você for lá você comprova que é uma área bonita. Se você retirar aquelas pessoas de lá você tem realmente como colocar algo lá. Vai ter um retorno muito rápido, financeiro. Supostamente, aqui em cima do Mirante, você tem uma trilha, o Corcovado, Paineiras, Santa Teresa, Floresta da Tijuca. Realmente é um lugar estratégico.

A apreciável disposição geográfica do Santa Marta, a proximidade com outros pontos turísticos, um plano inclinado que viabilizava a circulação de turistas e a ausência de um tráfego armado, associado ao controle policial e à intervenção urbanística feita pelo Estado poderia favorecer a aproximação de especuladores, cujas ações poderiam se desdobrar em transformações no mercado imobiliário. Uma espécie de gestão urbana, um empresariamento urbano capaz de produzir efeitos sutis ao encorajar determinados tipos de atividades e esforços com expressiva capacidade localizada de elevar o valor das propriedades, da base tributária, da circulação local de renda e do crescimento do emprego (Harvey, 1996). Contudo, tal movimento parecia incluir também, em relação à urbanização de favelas, a adoção do modelo *upgrading*, que consistia em melhorar a infraestrutura existente aproveitando o esforço já realizado pelos moradores, priorizando-se a dimensão urbanística em detrimento da social, embora o discurso dos programas contemple intervenções sociais (Gomes, 2006a). Em relação à participação dos moradores esta é instrumentalizada, fabricando-se um consenso em torno das intervenções, nas quais parecia ser identificada um tipo de política, denominada por Arantes (2000) de *image making*, desenvolvida em favelas visando, sobretudo, a homogeneização da cidade para torná-la mais atraente para o capital e a concorrência interurbana.

Condições estas que poderiam desencadear, conseqüentemente, um deslocamento forçado de famílias que passariam a não mais ter condições de residir em uma região com valores e impostos acima de suas possibilidades financeiras. Denominada de “remoção branca” ou “remoção camuflada” (Mattar, Cheque & Dias, 2010), para Carlos, tal ideia, encarada como modo alternativo de conceder àqueles moradores melhores condições de moradia, passava a perder força diante de manobras mercadológicas que envolviam o governo e grandes

empresas privadas. Levar à frente a discussão acerca da remoção dos moradores do pico referendado exclusivamente pelo seu bem-estar e qualidade de vida, cuja oferta se daria a partir da concessão de moradias mais dignas, não seria de grande proveito. Referem-se aos anos de mobilizações contra as ameaças de remoção regidas pelo Estado, ora conduzidas com o apoio de entidades religiosas, ora alimentadas exclusivamente pelo desejo dos seus residentes em permanecerem nos locais onde suas histórias pessoais foram construídas³⁴. Afetos esses que pareciam permanecer no coração de alguns, como apontaram as palavras de Carlos e Leandro, respectivamente:

E que a... que é uma parte de história da comunidade. Lá é uma grande história da comunidade lá. Entendeu? Fica uma grande história. Entendeu? E... os moradores, as lutas, o sofrimento... Então eu acho que não é justo o governo chegar agora, não é justo o governo chegar e querer remover o pessoal dessa maneira, botar eles dentro de um apartamento. Entendeu? E não ter costume... A casa deles é tudo espaçosa lá em cima, acostumado com ar puro. Vê Copacabana, Ipanema, Barra, Niterói... eles saem de dentro de casa, veem tudo.

A gente sempre viveu nesta parte alta do morro. Então, a gente está sempre lutando para que a gente não saia. Esta é nossa história, é nossa vida. Não é uma história que foi construída só com tijolo e cimento, foi construída com sentimento, foi construída com sofrimento. Eu costumo falar para as pessoas que quando tinha chuva de bala no Santa Marta ninguém vinha aqui para nos tirar, para nos levar para um apartamento, para nos levar para uma coisa melhor. Hoje, que não tem isso, que a gente pode viver bem, que a gente pode ir e vir, eles querem tirar. Então, a gente está lutando para não acontecer isso. [...] Antes não fizeram nada, né. Agora, quer fazer, mas quer fazer com a gente fora. Não, faz com a gente dentro.

A percepção de que a remoção afetava não somente as construções residenciais e as novas localidades para onde seriam destinadas as famílias, mas também incluía uma espécie de “remoção da história da favela”, “de sua história”, como disse Antônio, parecia sinalizar a existência de singularidades que destoavam com tais lógicas mercadológicas, e que produziam, por sua vez,

³⁴ Na favela Santa Marta, na década de 50, com o apoio da Igreja Católica, após diversas mobilizações encabeçadas por lideranças locais, destinadas a minimizar problemas relacionados à água, iluminação, da saúde, por exemplo, como também de protestar contra as ameaças de remoção vindas do governo (Geisler, 2004). Contudo, nas décadas seguintes, foram realizadas remoções, como o que ocorreu com cerca de 50 famílias deslocadas e redistribuídas em pequenas residências construídas próximas a onde estava situada a 3ª. estação do Plano Inclinado. Ação que incluiu a retirada da caixa d'água principal da favela para outro ponto, não apenas restringindo os limites do Santa Marta, mas impedindo que novas casas viessem a ser construídas. A Fundação Leão XIII, já em 1978, respondia pela coordenação das esporádicas remoções, processo iniciado na década de 60, com vistas a deslocar seus moradores para conjuntos habitacionais. Assim como foi fundada, em 1955, pela Arquidiocese do Rio de Janeiro a Cruzada São Sebastião com o objetivo de urbanizar os morros a partir da melhoria dos serviços básicos – luz, água –, além de intervir contra remoção da Santa Marta, em 1959, além do Borel e do Esqueleto (Valladares, 1978).

controvérsias no interior de regimes biopolíticos que insistiam em impor formas “artificiais” de vida. As provocações do músico e locutor da rádio pareciam colocar do lado avesso uma lógica permeada pela regulamentação excessiva de determinados modos de vida naquela localidade. As premissas de um bem-estar e de um “mais viver” geridos a partir de certas governamentalidades não sugeriam a ideia de uma população disponível a produzir as suas formas próprias de existência, nem tampouco lhe era facilitada ou suscitada a produção espontânea das relações entre os homens, sem que a razão governamental lhe servisse de parâmetros extrínsecos ao homem (Foucault, 2008b).

Contudo, é importante frisar as falas de Alessandra e de Nelson ao tratarem sobre a presença policial e seus efeitos na comunidade. Enquanto que a primeira considerou que as atividades do Rio Top Tour somente poderiam ser realizadas no Santa Marta apoiadas na presença policial contínua, Nelson identificava na intervenção da UPP a condição básica para que fosse possível uma circulação mais expressiva de moradores de outros bairros do Rio de Janeiro e de estrangeiros que, em sua opinião, vinham em procura de outras formas de entretenimento. Ambos os discursos pareciam apontar para a existência de uma correlação entre as formas de controle policial conduzidas no interior do Santa Marta e a inclusão de novos modos de ordenamento urbano. Ao que também parecia traduzir o dispositivo UPP como um conjunto de estratégias destinadas à regulamentação de um *modus operandi* legitimado junto à comunidade. Diante desta perspectiva, Leonardo fez algumas afirmações:

Depois da instalação da UPP é isso o que vem acontecendo com as pessoas. Por conta disso vai impedindo as pessoas de fazerem melhorias habitacionais. Você chega lá em cima tem barraco todo quebrado de madeira. Você lá embaixo tem uma modificação. Não tem? Você não vê a diferença? Por que? Por que construíram esse Plano Inclinado. Facilitou a subida de material. Antigamente a estrada não era asfaltada. A estrada era cheia de erosão, de buraco, de barro. Depois da instalação da UPP eles asfaltaram a estrada. Supostamente, para a comitiva passar e o governo passar, nacionais e internacionais. Por que antes não foi asfaltado? Eu acho que o asfalto já existe há muito, muito tempo. Eu acho que... só agora que o Estado foi asfaltar Não é de agora que o asfalto existe. Será que foi há quatro anos atrás que inventaram o asfalto?

Primeiramente, a questão da remoção que iniciou a partir da UPP. Antes, ninguém vinha querer tirar a minha casa na marra. Ninguém chegava: ‘Melhor você sair, meu irmão. Aí é perigoso. Aí tem troca de tiro. E aí, quando tem as balas podem pegar na sua casa. Sai daí que é perigoso’. Ninguém veio falar isso comigo. Quantas casas já foram alvejadas quando o policial chegava ali no pico, onde hoje é a UPP, ele chegava por cima ali e dava tiro para dentro das casas. E assim sucessivamente, os camaradas. O morador estava ali na linha de tiro e

ninguém vinha falar para você. ‘Aí é área de risco. Toma aqui um colete a prova de balas para você colocar nas suas crianças’. Ninguém vinha falar comigo. Depois que você instala uma coisa, ocupa um determinado território, aí você vem dizer que é impróprio para morar. Isso é uma atitude covarde. Eu acho que é você fazer uso do poder dentro de uma instituição militar para fazer o que bem entende dentro de uma favela.

Não se poderia suscitar como questão que a ocupação territorial, arregimentada a partir de modos de policiamento ditos comunitários (porém, que se assemelhavam, muito mais, a autoritários), asseguraria a viabilização e concretização de projetos liberais de organização social? Se é “área de risco” ou “impróprio para morar”, a resposta parecia estar condicionada muito mais aos vetores regulatórios e disciplinares responsáveis por forjar os mecanismos biopolíticos do que à aplicação técnica de determinados saberes (proveniente da geografia, da engenharia) em prol de segurança dos moradores. Fatores como a existência de solo inapropriado para novas edificações ou a permanência de imóveis construídos, ou a localização de pedras em regiões muito íngremes eram informações de fato pertinentes. Contudo, o fato de serem utilizadas como argumento para a legitimação de um planejamento urbano responsável por situar o Santa Marta dentro de uma noção de cidade enquanto produto a ser comercializado e vendido tornava estas justificativas, no mínimo, comprometedoras.

Uma cidade que, em meio a outras, era transformada em cidade-mercadoria, um produto cujo governo deveria, a todo o momento, promovê-lo a fim de que fosse ofertado a um “comprador” em potencial. Cenário este que requereria, sobretudo, a produção de uma imagem da cidade a ser valorizada e veiculada com o intuito de despertar no comprador/ investidor o interesse. Não o interesse por uma cidade inteira, heterogênea, complexa – perspectiva adotada por alguns autores, como Santos (1979, 2001, 2009) – e cerzida, como diria Rocha (2013) –, mas sim das regiões específicas que deveriam ser reveladas na sua máxima excelência, em detrimento de outras, relegadas a mera denominação de entorno social (Arantes, Vainer e Maricato, 2000).

Partindo-se desta leitura, talvez não fosse tanto indicar a existência de uma política intitulada de *image making* (Arantes, 2000) na qual a favela era facilmente absorvida pela grande massa territorial, a fim de dirimir as discrepâncias urbanas e torná-la mais atraente. O que parecia ser mais coerente era

quando este “contorno social” passava a ser encarado como uma questão estética a ser sanada em prol da manutenção da proeminente “beleza natural” da cidade. O perigo era quando a visibilidade da população de rua implicava um problema e este problema, por sua vez, chamado de miséria, era visto como uma questão de ordem paisagística ou ambiental (Arantes, Vainer e Maricato, 2000), e não mais relacionado ao social, à educação, à saúde.

Sob este questionamento, tornavam-se instáveis os argumentos técnicos produzidos pelo governo acerca dos riscos existentes na manutenção de imóveis em determinadas regiões e da proibição de novas reformas. O que poderia ser exemplificado, de acordo com Antônio, pelo que ocorreu com alguns moradores que optaram pela formação de uma comissão, contrária ao plano de remoção, responsável por recorrer ao trabalho de um engenheiro no sentido de confeccionar um contra laudo que confrontasse, a partir de novas análises, as informações técnicas emitidas em um parecer elaborado pela Geo-Rio, órgão da Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro. Segundo o locutor, as observações feitas pelo engenheiro contratado pela comissão reiteraram que a região, sobre a qual se alegava ser inapropriada para habitação, não se tratava de uma área de risco.

Dados estes reafirmados por Leandro:

A gente já teve reunião aqui com os engenheiros da EMOP. Teve um engenheiro da EMOP que pediu para sair da sala. Ele pediu para sair da sala porque não tinha argumento. Ele foi bem claro: ‘Cara, eu não tenho argumento para conversar com vocês’. Porque tudo o que ele falava, a gente entrava com um documento. Ele falava: ‘Não, porque aquela área é uma área de risco porque o solo tá assim, tá assado’. Aí, a gente entrava: ‘Não, aqui está o engenheiro tal, fez um laudo de solo e representa que o solo, nesta área, está firme. Então, o que você está falando, você está se equivocando, porque vocês não refizeram sondagem de solo, mas o engenheiro que esteve aqui ele fez. Tá aqui.’ Aí, ele: ‘Não, porque a pedra pode ter uma fissura e essa fissura vir a descer’. Aí, a gente entrava com outro documento: ‘O mesmo engenheiro que fez a sondagem do solo, a pesquisa do solo, ele também fez da pedreira. Tá aqui. Se encontram intactas todas as pedras que têm ao redor do Santa Marta, sendo que algumas podem vir a ter uma fissura, só que pode ser... pode ser feito nesta área um trabalho para que ela não venha a descer’. Aí, tudo que ele vinha com argumento, a gente fazia isso. Aí, ele: ‘eu não tenho mais argumentos. Não tenho mais o que falar com vocês. Vocês têm tudo na mão. O caminho agora é com o Ícaro, com o governador ou com o prefeito’. E a gente está esperando.

Em linhas gerais, a remoção parecia figurar como um dispositivo que reforçava a ideia da implantação de uma política que, muito mais do que um caráter habitacional, congregava aspectos mais amplos, tais como turístico,

capitalista e urbanístico. Frente aos diferentes argumentos atinentes às possibilidades de melhorias das moradias já existentes, a tônica da retirada das casas, com ofertas que produziam questionamentos em meio à parcela da população local, parecia manter-se inabalável. Argumentos estes que, a todo o momento, sugeriam que as soluções propostas para os moradores do Santa Marta não respondiam às demandas apresentadas por estes. Não apenas, conforme lembrado por Leandro, pelas condições precárias nas quais estavam sendo construídos os imóveis ofertados pelo governo, mas principalmente pelos critérios adotados para a remoção das casas, pela aparente parcialidade com que foram definidas as obras, pela ausência (ou fragilidade) de um canal de comunicação com os moradores para discussão deste problema.

Os conflitos e entraves sugeridos no caso da remoção do Santa Marta, em certa medida, se assemelhavam às indagações produzidas no tocante à política de pacificação daquela localidade. Voltada para a redução da criminalidade local, seguida do incremento de ações sociais ditas necessárias ao desenvolvimento dos seus moradores, o contexto de pacificação sinalizava a existência de uma lógica impositiva e unilateral em que se tornava fundamental o ingresso do aparato do Estado – na figura da Polícia Militar – como forma de solução. Estratégia cujos efeitos, embora alguns testemunhados de modo quase que imediato – a saída do tráfico aparente e armado, a venda de drogas, a realização de festas em detrimento do respeito à vizinhança no tocante à emissão de ruído –, ainda eram reiteradamente questionados pela falta de mudanças estruturais.

Não apenas no aspecto das transformações da própria localidade (urbanização, saneamento básico, iluminação), mas também no próprio modo como eram conduzidas algumas missões dentro da favela. Conforme os relatos supracitados e algumas imagens, ainda parecia que as práticas policiais verificadas no Santa Marta acompanhavam um regime repressivo. Talvez nem tanto pela via da abordagem policial violenta ou pelos desrespeitos cometidos ao entrar em uma determinada casa a fim de investigar um suposto crime, mas sim pelas regulações percebidas no cotidiano daquela população local. Pela implantação de modos de viver que, por vezes, destoavam de outros regimes de vida presentes no morro.

4.5.2.2

Uma rádio que fala... demais

Diante de todo este cenário acontecendo no Santa Marta, a rádio parecia buscar um espaço de reflexão e debate sobre o assunto, como reforçou Leandro:

Então, o Santa Marta tinha esse veículo de informação e tinha também que a rádio nos confortava de uma tal forma que quando a gente tinha algum problema a gente podia ir lá e passar para o morador, o morador que estava trabalhando. Final de semana está em casa, a gente passava isso. Para as pessoas ficarem ligadas ao que estava acontecendo. Tanto é que se você for lá embaixo perguntar: ‘Você sabe da remoção do pico?’ Ninguém vai te falar. Todo mundo vai ficar perguntando: ‘Que remoção?’. Entendeu, a maioria vai fazer isso para você, porque não sabe.

Embora a discussão sobre remoção parecesse um tema de conhecimento geral entre os moradores, Leandro apontou para o desconhecimento de muitos, principalmente por aqueles que residiam na parte mais baixa do morro, opinião também compartilhada por Leonardo. Neste sentido, a sugestão é que a rádio, primeiramente, servisse como canal de comunicação para a divulgação de um problema que atingia uma parcela significativa. Fosse pelo programa Vozes do Pico, Explosão Gospel ou de outro qualquer:

Era tema de programa da rádio [...] Discutia esse assunto. Iam pessoas, advogados ligados a direito latifundiário para dar esclarecimento. Coisas desse tipo. Tinha todo um suporte para a galera que tinha mais informações, questionar. Direito à moradia. Entre outras coisas [...] Era abordado. Tinham palestras que a gente fazia com o pessoal ao vivo na rádio [...] Um meio de comunicação comunitária. Informativo. E é de acordo com a realidade que a gente vive no dia a dia. Não é a Ana Paula Santos que está falando, é o morador do Santa Marta. Não é a Globo que está transmitindo, é a Rádio Santa Marta. É outra história. Modelo de filosofia de trabalho, minha filosofia é outra.

Além de servir de informativo a ponto de situar o problema junto ao morador, tinha também a finalidade de colocar em questão os aspectos referentes à remoção, convidando, inclusive, especialistas no âmbito do direito, por exemplo, para esclarecer e fundamentar melhor os argumentos utilizados contra tal política. Além disso, ao afirmar que tal comunicação era circunscrita a partir de uma determinada autoria (distinta de outra(s) entidade(s) de comunicação oficial), de uma perspectiva particular e comprometida com outros interesses, esta postura parecia sinalizar uma forma um pouco mais audaciosa de tratar o tema. Talvez, acerca deste modo particular de conduzir a discussão na rádio, fosse possível situar em outras falas possíveis justificativas (ou contextualizações) que auxiliassem a entender melhor. Trata-se isso por dois aspectos, sendo o primeiro

referente aos efeitos que tais ações de remoção provocavam na vida das pessoas, como o que foi vivenciado e narrado pelo próprio Carlos:

Eu vou ser removido de lá, desse espaço.

Jessé- Ah! Você... você mora no pico.

Carlos- Não. Eu moro aqui embaixo, mas a minha oficina é que é lá. Lá é que está toda a parafernália do projeto: palco, iluminação, material das crianças, material que eu faço o trabalho... está tudo lá.

Jessé- E eles já falam que vão tirar o seu espaço de lá...

Carlos- Eu vou sair de lá. Já está determinado. Eu vou sair.

Jessé- E aí você vai pra onde?

Carlos- Eu vou descer mais um pouquinho, por enquanto é o papo. Mas essa é a ideia deles.

Carlos falou de uma incerteza acerca do novo destino a ser dado ao seu material de trabalho que, conforme ele narrou, até aquele momento, tinha como lugar de armazenagem uma casa situada no pico. Mas ele também tratou da forma como a decisão acerca da remoção lhe foi comunicada, uma determinação completamente unilateral que nem sequer teve qualquer participação em termos do planejamento acerca da retirada e distribuição dos moradores entre as casas disponibilizadas. Embora a ausência de envolvimento em debates destinados à remoção das casas situadas em área de risco fosse um ponto de expressivo incômodo na fala de Carlos, como o que ocorreu com outros entrevistados, podia ser percebida certa apatia quanto a encontrar outras formas de mobilizações contrárias a esta política habitacional. Não refere-se a um estado de resignação diante do imperativo com que o governo conduzia tal empreendimento, mas muito mais a uma limitação de recursos legais e legitimados para levar a frente um movimento opositor.

Um segundo aspecto, tão importante quanto, dizia respeito à impossibilidade dos moradores de realizarem obras de manutenção, reparo e de ampliação nas casas situadas no pico por decisão do governo. O impedimento, segundo os entrevistados, tinha como justificativa a contenção do crescimento do número de imóveis já existentes, fato que traria maiores dificuldades para o processo de remoção. Diante deste cenário, alguns programas, conforme compartilhou Leandro, serviam de espaço para que os moradores residentes nas casas incluídas no planejamento dessem seus depoimentos acerca do estado precário em que se encontravam os seus imóveis. Tendo em vista casos como o de um morador, “dono de uma casa de madeira”, que, pelo fato do solo, sobre o qual a casa foi construída, apresentar alguns deslizamentos de terra durante a noite, ele

acabava não dormindo com receio de que algo pior ocorresse, a intenção era de levar para “rádio aberta para todo o mundo ouvir”, como ele próprio frisou. Enfim, expor de modo declarado situações limítrofes que, como também ocorreu com Carlos, deixavam os moradores sem muitos meios de reivindicar alternativas para se resolver tal situação:

Teve gente que comprou material e o material está se perdendo na rebarba, nos caminhos porque o cara falou que não pode fazer.

Jessé- Se fizer.

Leandro- Se fizer eles vêm e derruba. Entendeu? Então, a gente está com as mãos atadas. Não tem governador, não tem prefeito, para vir aqui e sentar.

Percebeu-se que a ação impetuosa não implicava apenas a saída em definitivo dos moradores de seus locais de origem, mas também, caso alguma obra destinada à manutenção fosse iniciada ou concretizada, a própria demolição do imóvel. Intervenção esta que faria uso, como Leonardo comentou, da força, através da ação de alguns aparelhos do Estado:

Porque não me deixam fazer melhorias. Se eu fizer vem a polícia, junto com a guarda municipal, a prefeitura e quebra a casa como já aconteceu. Quebrou a casa lá sem a autorização do morador. E quem pagou o prejuízo? Quem? Foi lá perto de casa. E depois que o cara tem uma atitude arbitrária como essa, se eu revidar, ele vai dizer que eu sou o violento. O argumento dele é dizer que eu estou desacatando. Mas, será que é legal, vê um cara quebrando a tua casa sem você poder fazer nada? Com todo o teu suor, o teu esforço, tudo. Antes ninguém ia fazer isso, o Estado fez.

A possibilidade de demolição das casas parecia situar a presente política habitacional em um patamar no qual, em decorrência da alegação que se fazia das precárias condições geográficas do solo sobre a qual estavam assentados tais imóveis, qualquer tentativa de manter aquele território como continuação habitável do morro, seria em vão, assim como falível diante da necessária intervenção governamental em prol de melhores circunstâncias de vida para os moradores. A resposta enérgica ao impedir qualquer proliferação ou preservação das casas naquela localidade tinha total respaldo sobre a lógica de que tais condições de vida, em hipótese alguma, se assemelhariam às condições dignas apontadas nas legislações referentes ao direito de terra, de moradia.

O autoritarismo e a arbitrariedade, por sua vez, porventura utilizados nestas intervenções, eram transformados em elementos necessários para que fosse assegurado determinado modo de vida. Não importava tanto, sugere a perspectiva biopolítica, se para a realização de eventos culturais a céu aberto seria necessária

uma verificação prévia das condições de segurança e de logística urbana; se a comunicação interna, por mais que não compartilhasse das finalidades comerciais, precisasse se adequar aos quesitos técnicos definidos pelo Estado; se a constante presença policial constrangeria os moradores em nome de uma intervenção capaz de suprimir os criminosos e assegurar uma vida digna na comunidade. O retorno do Estado ao Santa Marta parecia incluir, inevitavelmente, a retomada de territórios, assim como da vida humana pelas mãos do poder público.

A lógica de uma moradia registrada e cedida pelo governo, em meio a irregularidades legais e omissão do Estado durante décadas, se tornava tão pertinente e promissora que a recusa por este benefício poderia ser traduzido como um meio de contrariar o exercício de poder e a regulação que incidem sobre tal população. Significaria a oposição ao ingresso em um regime que demanda interesses – o interesse por uma moradia digna, por exemplo –, uma mecânica de interesses, elemento fundamental para a sua organização (Foucault, 2008b).

De todo modo, tal mecânica pode ser observada, no contexto do Santa Marta, com relação às opiniões divergentes produzidas pelos moradores acerca de suas escolhas por se mudar para o novo imóvel ou optar pelo recebimento de um valor indenizatório baseado no custo da casa original. O que podia ser percebido não apenas pelos debates produzidos pela Rádio Santa Marta, mas que ultrapassava as ondas radiofônicas e alcançava o cotidiano das pessoas, o que nos permitiu que, a partir de um desses registros feitos em diário de campo, reproduz-se uma conversa, testemunhada no Plano Inclinado, na entrevista com Leandro:

Jessé- Eu já escutei no bonde gente comentando assim: ‘Depois você vai ver o apartamento novo que eu vou morar? Eu tô doído para morar logo’. Aí, o outro começa assim: ‘tem gente que é boba, tem gente que não quer ir pra lá’.

Leandro- Vou te explicar porque acontece isso. Tu é remunerado pela PUC, pela universidade, por exemplo. A universidade começa a falhar com você, começa a não te dar a condição para você sobreviver. Você tem o teu apartamento, tem as tuas contas para pagar. Nestas contas entra o aluguel do apartamento. Você atrasa o primeiro mês, atrasa o segundo, atrasa o terceiro, no quarto já tem o oficial de justiça te entregando o papelzinho para você liberar o apartamento. Certo? Aí, eu falo assim, dentro do Santa Marta, tem algumas pessoas que têm condições de construir, tem outras que não tem condição. Então, o que acontece? As pessoas que não tem condição querem o apartamento. Mas a pessoa que tem condições ela não quer o apartamento. Por que? Porque eu vou trocar a minha casa aqui para morar embaixo de outra pessoa ou em cima de outra pessoa. Amanhã, dá um vazamento na minha casa, vai prejudicar a pessoa que mora embaixo. Se eu não tenho condições de fazer a minha casa, eu vou ter condições de pagar o meu prejuízo e o do cara?.

O entrevistado apontou um sistema perverso no qual não estava presente uma discussão mínima acerca de um planejamento, em médio prazo, sobre o destino das famílias que residiam na parte afetada pela política habitacional, assim como também a falta de apoio por parte do governo após o ingresso dos moradores em suas novas residências. Leandro tomou como referência para seu argumento a construção de um prédio, próximo à 3ª. Estação do bonde, destinado a abrigar os moradores que tiveram as suas casas atingidas pelo desmoronamento ocorrido na década de 80, evento que culminou em algumas mortes. A título de exemplo, segundo ele, esta obra reunia tantas modificações no planejamento inicial que, após a entrega das chaves e instalação dos novos moradores, alguns apartamentos começaram a apresentar problemas de ordem estrutural. Descuidos que, para Leandro, tinham grandes chances de serem repetidos nas novas construções feitas no Santa Marta, experiências estas resumidas, assim, por ele:

Um prédio que você vá fazer na rua tem um arquiteto, tem um engenheiro, tem uma engenheira acima do engenheiro – têm vários engenheiros, vamos por assim –, tem o projetista, tem o encarregado, tem o subencarregado, tem o mestre de obra, tem todo mundo. No Santa Marta, o prédio para ser feito é só o encarregado. O engenheiro só vai lá dar o aval. Na rua você consegue fazer um prédio com dois meses, três meses. No Santa Marta, com todos esses acessos ruins, o cara fez em um mês. Em um mês ele fez o prédio todo.

Acerca das novas residências, segundo Carlos, a rádio também se mostrava participante, por exemplo, para alertar os moradores sobre as obras realizadas “na beira do mato”, tendo em vista que tinha “morador que não sabia onde os prédios estavam sendo feitos”, já outros nem sabiam do que se tratava. Aqui, talvez, possa ser assinalada uma primeira ação, por mais que seja simples e óbvia, de uma aparente relevância a postura em se oferecer às pessoas um espaço de reflexão sobre as novas instalações para as quais muitos seriam deslocados brevemente. Conforme Leonardo assinalou, um “‘apartamento’ de 37 m²”, localizado em uma região que, no passado, era uma grande área destinada ao acúmulo de lixo produzido pela própria favela. Embora para tal região, em decorrência de sua utilização, fosse necessária uma avaliação, um tratamento e uma restauração a fim de reutilizá-la para outros fins sem que causasse algum tipo de risco à saúde dos moradores, Leonardo afirmou que este território, de um momento a outro, passou da condição “de risco” para de um solo apropriado para a construção de “4 blocos de apartamento com 4 pavimentos”.

Condições físicas restritas estas que chegavam a incomodar alguns dos entrevistados – entre ele, Leandro, Carlos, Antônio, Leonardo – em razão da discrepância entre o que se estava oferecendo e o que muitos moradores possuíam naquele momento. Comparação esta que, segundo Leandro, era apontada ao tratar do processo de transação proposto pela empresa responsável pelas obras:

A apresentação que eles fizeram para gente foi como é que ia ficar os prédios e quem quisesse ir para lá ia, e quem não quisesse ia ter uma compra assistida. Você escolhia uma casa dentro do morro e eles compravam para você. Só que quando algumas pessoas escolheram a casa e quando foram falar com eles aí eles disseram que não. Que a casa ia ser avaliada, a tua casa ia ser avaliada para ver quanto dava na tua casa para ver se dava para comprar outra. Porque a casa, hoje, dentro do Dona Marta ficou muito cara. Para você ter uma ideia qualquer casinha aí para baixo fica 70, 80 mil. Tu não consegue mais comprar mais casa por 10, 15 mil [...] Hoje eles estão querendo avaliar a nossa casa nisso. A minha casa aqui, se eles forem avaliar, eles vão avaliar só onde eu moro. Em cima eles não avaliam. Em cima sai de graça para eles. O que eu gastei, não... Eu tô brigando, neste terreno aqui, eu estou brigando por este aqui [aponta para um terreno ao lado] porque eles não deixam eu construir.

As controvérsias levantadas por produtores da rádio não se restringiam apenas ao processo de remoção das casas e da construção realizada na altura da 3^a Estação, mas também apontavam para discrepâncias em torno do modo como foram privilegiadas certas regiões em detrimento de outras, no tocante a outras obras realizadas no morro. Desde o primeiro dia de visita ao Santa Marta, um dos aspectos que sempre nos chamava a atenção era a variedade de cores pintadas nos muros e paredes externas dos imóveis (residências e comércios) localizados na parte mais baixa. Nas proximidades do acesso ao morro, eram evidentes as pinturas marcantes que traziam desenhos com dizeres referentes a letras de música e frases soltas. Contraste este reforçado pelo resultado das obras realizadas em determinados pontos do morro – a Praça do Cantão, a passarela que levava ao Plano Inclinado, aos comércios situados na escadaria principal.

Ao comparar tais melhorias com o que ele via no pico do morro e ao tratar das restrições para realização de obras nestas casas, Leonardo comentou:

Claro, ele está de madeira porque não me permitem fazer de tijolo. Se deixar ele vai ficar bonito como esse aqui ficou depois da intervenção, do plano Inclinado e da estrada que é o acesso para a chegada do material. Você vê a diferença da parte de cima para a parte de baixo. As casas de alvenaria, com laje, e lá quase caindo. Isso é covardia, cara. Que é deixar você segregado, a margem de todo o projeto, digamos assim, de progresso – que eles dizem – e as pessoas assistindo. E o discurso midiático, comercial dizendo que isso aqui é modelo. Isso é covardia pura. Isso aí eu não aceito, mesmo.

Ele apontou a distinção existente dentro do próprio Santa Marta ao se referir a pontos que já haviam sido beneficiados com obras e outros que, além de não serem alvos de tais investimentos, eram objetos de ações descomprometidas com a história e os movimentos de luta em prol de melhorias na comunidade. Como o que se pode testemunhar nas ações adotadas pela Pastoral de Favelas e pelo Movimento Negro Unificado, apoiados por um grupo de alunos de Comunicação Social da PUC-Rio, em prol da construção, ao final de década de 70, do Jornal ECO, destinado a divulgar questões relativas, por exemplo, à manutenção das valas, criação de novos acessos ao morro e a mobilização dos mutirões em prol da melhoria das condições estruturais das casas.

Iniciativa que, mais tarde, redundou na criação da Sociedade de Educação e Promoção Social Grupo Eco, uma organização não-governamental, sem fins lucrativos e voltada, desde 1978, a um conjunto de ações de cunho educacional e recreativo através de cursos temáticos e profissionalizantes, reforço escolar e colônias de férias (Geisler, 2004). Sem mencionar o caso da entidade denominada Casa da Cidadania que, desde o final de década de 90, destinava-se, além de fiscalizar “as violações dos direitos constitucionais e protegê-los dos abusos praticados pela polícia” (p. 397), a distribuição de remédios no ambulatório, doação de material de construção para pequenas obras coletivas, até levar ao conhecimento dos responsáveis legais os casos dos desabrigados do incêndio e das vítimas dos deslizamentos, ocorridos na década de 80, e cobrar uma atitude do governo (Barcellos, 2001, 2005).

Embora o que passou a se apresentar no Santa Marta em termos de infraestrutura pudesse ser encarado como um resultado indireto do extenso movimento de lutas por melhorias, a ideia de seccionar o território a partir de pequenos reparos de casas, a pavimentação de pequenas vielas que levavam a pontos turísticos no morro, a pintura de determinados estabelecimentos na extremidade mais baixa, além da instalação de caixas eletrônicos de bancos privados, entre outras iniciativas, chamava a atenção para os interesses que serviam de base para tais implementações. Talvez, o contexto de reformas da favela, associado ao controle policial e ao maior destaque da localidade dentro do mercado turístico tivesse sido revertido, por exemplo, no aumento do valor dos imóveis, o que, para alguns moradores, redundou em ganhos em termos do aluguel. Contudo, Antônio também trazia como questão outro aspecto referente:

Se o cidadão hoje, comum do Santa Marta, porque tem moradores que de repente estão ganhando algumas migalhas com isso, algum dinheiro: alugando mais caro sua casa, isso não é interessante porque nem todo mundo do Santa Marta aluga casa, pelo contrário, uma grande parte nem casa tem própria. Então, é essas pessoas que a gente tem que saber: a vida delas melhoraram? Vou falar que não: não estão podendo pagar aluguel, são nascido e criado no Santa Marta e vão ter que sair do Santa Marta. Entendeu? Então, melhorou pra quem? A partir do momento que não melhora pra uma população, pra mim, não é benéfico.

Leandro questionou acerca das reais condições financeiras de alguns dos moradores do Santa Marta envolvidos no processo de remoção. Caso fossem transferidos para os novos apartamentos e necessitassem realizar reparos estruturais, se eles teriam possibilidades de fazê-lo. Com isso, Antônio advertiu acerca do processo de “remoção branca”, termo utilizado por Bruno, no qual não apenas se tratava da retirada geográfica de moradores de seus locais de origem, mas também era sinalizado um movimento de restrição do poder financeiro de alguns em razão da especulação imobiliária responsável pelo aumento vertiginoso da região. O valor dos imóveis residenciais e das lojas comerciais sofreu aumento gradativo, o que inviabilizava o custeio de valores determinados pela lógica comercial e especulativa. Além disso, também parecia favorecer a seleção daqueles que ainda conseguiam resistir a este avanço imobiliário e aqueles que, por não mais conseguirem se adequar aos novos patamares em que eram avaliados e cobrados os imóveis, conforme Nelson testemunhou, acabavam por fechar as portas de seus estabelecimentos. Não dizia respeito apenas ao surgimento, gradativo, de um novo perfil sócio-econômico de morador, mas de uma série de perdas no tocante às lutas e mobilizações que envolveram muitos moradores e, deste modo, constituíam diversas histórias de vida, o que foi explicado por Leonardo:

Hoje, aparecem muitos oportunistas. O cara chega aqui, ele vê como um território de negócios. E, realmente, daqui a uns 4, 5 anos, até as olimpíadas, não sei se no Santa Marta serão os mesmos moradores que estarão aqui. Não sei se eu realmente terei condições de sobreviver aqui no Santa Marta, mesmo eu querendo sobreviver. Porque, o dinheiro no Brasil, você sabe, que fala mais alto. É meio complicado. Ainda tem este problema. Em território que antes era esquecido, ninguém queria vir para cá, hoje se implantam algumas políticas para dar mais segurança ao território, e começa a ser alvo de cobiça. Ou seja, alvo de exploração. Assim, você vai perdendo a sua cultura, vai perdendo a sua história, o seu espaço físico. Sua memória vai sendo apagada. Então, quando você se autoestabelece e vai embora daqui, que história será contada? Cadê os moradores do Santa Marta? É um processo de elitização da cidade, mercantil [...] E aquelas pessoas que não conseguirem sobreviver aqui serão expulsas brandamente, brandamente e branca. Será uma expulsão branda e branca quando ela é forçada a

vender a casa dela por conta de especulação imobiliária. Pela possibilidade de explorar qualquer coisa, pela segurança, pela possibilidade de subida do turista.

É nestes moldes que a Rádio Santa Marta, através de seus responsáveis, era produzida como meio de retransmitir e fazer surgir um debate atual acerca do processo de remoção dos moradores do pico. Uma forma de reverberar, ecoar reflexões junto à favela a fim de implicar não apenas aquela ou esta família que teria que, em um momento ou outro, deslocar-se de uma casa para outra por conta de uma decisão verticalizada, mas a todos, como situou Antônio:

Então, na verdade, o morro começa no pico do Santa Marta. Como é que vai remover uma história? Se a população não sentir essa dor, as pessoas que moram aqui embaixo, qualquer parte do Santa Marta, pode ser removida: começa com 40 famílias, depois com 60, com 80, 90 e aí por diante. É importante a gente entender, debater, se não a gente vai ficar falando coisas que não conhece.

Um debate em que se reiterava a necessidade de convocar uma assembleia, uma discussão mais aprofundada com o governo, como salientou Bruno. Diferente de eventos informativos em que representantes do Estado, ao convocarem a população local, faziam uso destes momentos apenas para trazerem a todos um conjunto de medidas e resoluções que seriam tomadas em breve – como já vinha ocorrendo, segundo relatos de Leandro. Semelhante ao que Bruna assinalou, como “faziam no poder do estado, da prefeitura e da UPP”, “não existia uma reunião que tenha visto onde o morador tenha acesso a opinar e decidir sobre uma questão determinada”. Assim como também não se trata aqui de espaços de debates que, ao serem conduzidos pela rádio, permaneciam restritos a simplesmente representar uma ou outra vontade local, mas sim que funcionassem como modo de reiterar e (re)produzir as contradições presentes naquele contexto. Controvérsias que sinalizavam formas de escapes e reivindicações junto às verticalidades que, por vezes, insistiam em suprimir produções de subjetividades muitos mais autorais e singulares. Assim como os jornais de bairro e locais produziam formas inovadoras de tratar determinados temas (Santos, 2009), a rádio local (ou comunitária) também poderia lançar mão de estratégias que redundariam em transformações reais para a população da região.

Para Leandro, Antônio, Leonardo e Carlos, o término da rádio – melhor dizendo, a (int)e(r)rupção da rádio – remontava o destaque dado pelos programas radiofônicos ao tema da remoção e às formas como ele vinha sendo tratado. As produções radiofônicas lançavam foco sobre as condições sob as quais estavam

sendo realizadas as obras de construção do novo prédio, próximo a 3ª. Estação, a falta de participação dos moradores nas decisões pertinentes à sua saída das casas “condenadas”, as possíveis negociações acerca das opções entre aceitar a nova moradia ou receber uma quantia indenizatória pelo imóvel anterior. Para Leandro, tais intervenções da rádio redundaram, por sua vez, em práticas de represália acionadas por funcionários da ANATEL e de policiais federais.

Ao reafirmar, para quem quisesse ouvir, que, além de iniciar obras que não eram do seu interesse, “o morador do pico não estava satisfeito com o governador, com o prefeito, porque eles queriam tirar o direito do nosso lar”, “direito constitucional”, ou seja, “urbanizar água e esgoto”, a rádio passava a assumir o risco de ser alvo de intervenções arbitrárias. Advertências que eram justificadas pelo fato da Rádio Santa Marta afirmar que esta política de remoção, na verdade, era conduzida com a finalidade de tornar o morro mais atraente para o turismo.

Neste sentido, alguns entrevistados situavam a rádio como responsável por uma produção que fazia aparecer controvérsias em meio a um conjunto de projetos governamentais em desenvolvimento no morro. De fato, para alguns a (int)e(r)rupção da rádio não tinha justificativa, tendo em vista os seus objetivos atenderem apenas à população local, “arrumar emprego pra comunidade, levar comunicação pra comunidade do bairro de Botafogo e do Santa Marta”, a “promoção de saúde”. Os interesses de obter lucros com anúncios e propagandas de marcas conhecidas, para Bruno, por exemplo, não faziam parte das finalidades da rádio. Porém, para ele e Carlos, de certa forma, a retirada do transmissor se deu em razão do funcionamento da rádio afetar, direta ou indiretamente, os “grandes empresários de rádio”. Para o próprio Leandro, a rádio incomodava de modo mais acintoso os procedimentos adotados, por exemplo, na construção dos prédios destinados a realocar os moradores removidos:

Porque tem fatos dentro do Santa Marta que se você começar a falar, oh... Essa obra que está sendo feita lá embaixo, quando os caras desmontaram, fizeram a fundação toda, quando eles arrancaram o painel começou a desmoronar [...] Painel é a concretagem da coluna. Então, eles fizeram o “cachotamento”, encheram, tudo direitinho. Depois de um certo tempo, não sei se foi depois de 15 dias, depois que começaram a desferrar, começou a cair. O concreto o rapaz fez na medida em que o engenheiro pediu, foi naquela medida. Quer dizer, depois disso tudo, se a rádio tá funcionando ela falaria a respeito disso. Muitas poucas pessoas sabem disso.

Assim como a rádio dedicava um espaço para tratar de diferentes assuntos pertinentes ao Santa Marta (falta d’água, reparo do poste de luz, furto de material

de construção, a convocação de moradores para resolver pequenos problemas), ela também reforçava o debate e o questionamento sobre a presente política habitacional. Como um instrumento responsável por tornar mais transparente as etapas transcorridas para a execução do projeto do governo estadual, a rádio, segundo alguns entrevistados, servia para manter informada a população local, como reforçou Antônio:

Eu acho que o estado não está nem aí pro povo, né? Que a repressão é estatal. Mostra que o estado não tem interesse de uma população emergir em termos de comunicação... Tanta coisa pro estado reprimir, vão reprimir rádio comunitária. Rádio que realmente é comunitária, que não lucra, que não tem hierarquia. Isso só mostra... Isso só mostra que a gente tem a mudar o estado, a política do estado. Enquanto não mudar essa política para beneficiar o povo, sempre será isso: reprime os pobres e deixa os ricos fazerem o que querem [...] Quando a rádio não tem fins, quando não tem compromisso com empresários, com empresas, a rádio vai tocar e falar outro tipo de coisa. E outro tipo de coisa que beneficie o povo. É uma rádio que faz o povo aglutinar. Entendeu? Então, não é interessante, cara. Imagina 6.000 pessoas se alfabetizar, imagina 6.000 pessoas entender como funciona a sociedade, imagina 6.000 pessoas entender qual o papel de um prefeito na cidade, de um governador... Isso é informação.

É interessante pontuar que certos fatores, tais como a emergência de um modelo de urbanidade e de sociabilidade produzidos, por exemplo, a partir da regulação da distribuição dos moradores e de suas moradias, para Rocha (2012), têm aparecido associados ao processo intitulado de pacificação. Projeto este definido pela ideia de promoção do espaço urbano através de uma ocupação militar capaz de garantir e atrair a captação e o empreendimento de novos recursos e investimentos. Uma cidade-modelo em que, embora ofertada em nome de uma política de Estado policial menos autoritário, cujos pilares se afastam do enfoque da violência e da criminalidade, nota-se a presença de um dispositivo de segurança que, além de funcionar com base em um policiamento vigilante e disciplinador, é responsável por suscitar condições de existências. Um modelo que insere as favelas dentro de uma ocupação *manu militari*, como diria Batista (2011), e as vende na forma de territórios controlados minuciosamente (seja a partir dos muros, sobre as armas, sobre as movimentações). Sob um suporte técnico e empreendedor tão ampliado capaz de ser transformado em uma gestão policial da vida em que as festas e os eventos públicos passam a ser deliberados junto ao oficial. Desde um simples chocolate de Páscoa até uma brincadeira com pipa, a ocupação se estende de modo a tornar o Rio de Janeiro em um “laboratório

de projetos de controle social por ocupação que se inspiram na Colômbia, no Iraque, na Palestina” (p. 100).

Ao retomar as falas de Bruno, “calar essa rádio, em desligar essa rádio, em levar, arbitrariamente, o nosso transmissor”, para ele, é a prova de que “até hoje a favela não pode falar”, de que a “comunidade fica calada”. Tudo isso em nome de um “país onde o estado é governado pelos grandes empresários, os grandes monopólios da comunicação, os grandes monopólios empresariais”, não “pelo governo que tem ações populares”. Dispositivo este capaz de abrir o áudio para focos diferentes daquela localidade e reafirmar-se enquanto possibilidade de legitimação das demandas e projetos organizados pelos seus moradores. O que se atestava, fosse pela via da denúncia, da reclamação ou do simples acesso à informação, é que a Rádio Santa Marta viabilizava a produção da “voz das classes populares, a partir de seu modo de falar e das condições de existência de cada localidade” (Peruzzo, 2006a, p. 184).

Talvez, refletindo-se nesses “modos de falar” e nessas “condições de existência”, seria possível dizer que tais vozes já existiam muito antes de se aventar qualquer ideia sobre a rádio, e que a utilidade desta passava, necessariamente, pela amplificação, qualificação e valorização das mesmas (Godoy-de-Oliveira, 2007). Contudo, não se pode negar que a rádio inaugurava novas produções discursivas capazes de colocar “a céu aberto” uma série de reivindicações e informes. A reclamação da falta d’água, a opinião do candidato às eleições da Associação de Moradores, deixavam de ser apenas uma opinião particular para ingressar em uma rede de tensões que mobilizavam forças, criavam movimentos, incrementavam jogos de poder.

5

Considerações finais

“(...) Tínhamos dúvidas
clássicas
Muita aflição
Críticas lógicas
Ácidas não
Pérolas ótimas
Cartas na mão
Eram recados
Pra toda a nação
Éramos súditos
Da rebelião
Símbolos plácidos
Cândidos não
Ídolos mínimos
Múltipla ação (...)”
(Marcelo Jeneci)

Após conduzir a presente reflexão acerca das produções radiofônicas enquanto efeito da implementação de uma política de segurança pública no Santa Marta cabe, agora, tecer algumas considerações finais. Primeiramente, é importante salientar que a Rádio Santa Marta faz ver e falar um conjunto amplo de atribuições acerca das ações policiais adotadas no interior da favela. Além da intervenção junto às práticas criminosas identificadas no morro, a inclusão de outras atividades autorizadas em nome de um policiamento permanente pode ser percebida entre as táticas acionadas pelo aparato policial. A regulamentação de atividades culturais, assim como a mediação de conflitos pessoais e de relações comerciais parece incrementar o rol de funções assumidas.

Assim, embora os objetivos e metas reafirmados em torno dos campos tradicionais de atuação policial – tais como, a criminalidade, a violência urbana, as manifestações violentas – situem tais práticas dentro do âmbito da segurança pública, tal política apresenta em sua tessitura a contribuição de fatores de outras ordens. Acima do combate e controle da criminalidade por meio de estratégias e projetos, o que se percebe na atual política de segurança pública, a partir da análise da rádio, é a presença de processos que reforçam os regimes de regulamentação sobre os modos de viver possíveis na cidade. À primeira vista, os seus objetivos são justificados pela retirada definitiva do traficante dos espaços da comunidade e a subsequente retomada da oferta de serviços públicos. Porém, tais finalidades não deixam de incidir, segundo alguns discursos, sobre os critérios e

parâmetros que fundamentam a classificação de determinadas localidades como áreas de risco, a legitimação de atividades culturais em detrimento de outras, o ordenamento de práticas sociais. Enfim, a garantia de vida com base na presença do Estado a partir da figura do aparato policial.

Semelhante desconforto pode ser verificado a partir das alterações exigidas, com o ingresso da UPP, em relação às regras a serem obedecidas pelos moradores que desejam, por exemplo, realizar algum evento cultural/social na localidade. Entre os entrevistados, aspectos como o controle do período de realização, da previsão de público, da utilização do espaço, do uso de aparelhagem de som, entre outros, também são encarados como normas que restringem as práticas, até então, presentes naquele espaço.

Diferente das transformações nas práticas policiais anunciadas pelo poder público, alguns efeitos percebidos junto à Rádio Santa Marta apontam para a manutenção de intervenções impositivas e unilaterais. Entre as estratégias destinadas a buscar formas alternativas de prosseguir com a rádio, a tensão e o silêncio presentes sinalizam a impossibilidade do exercício de uma comunicação popular, local e descentralizada. Não obstante os esforços para a sua regularização junto aos órgãos responsáveis, a condução das produções radiofônicas reforça, a todo o momento, a possibilidade de cerceamento e de controle.

A rádio, neste sentido, serve de espaço para a formulação de críticas diante da extensão alcançada pela produção de subjetividade capitalística, responsável por forjar modos de sentir, pensar e atuar no mundo de maneira dominante. Produz resistências frente aos modos de controle sobre os sistemas de produção e de vida social capazes de suscitar processos de autorregulação, autodisciplina, de hierarquia. De onde se espera a produção de indivíduos serializados e modelados, cujas subjetividades são decifradas e mantidas capturadas pelos regimes de regulamentação.

Diante desse contexto, a (int)e(r)rupção da rádio – melhor dizendo, a rádio enquanto (int)e(r)rupção – faz aparecer as inconstâncias daquele território que, de certo modo, parecem não coadunar com os modos regulatórios implantados. A discrepância pelo fato de não obter a concessão para o seu funcionamento, mesmo a rádio não servindo a fins comerciais, pelo menos provisoriamente, implica a existência de uma legislação que, aparentemente, não distingue as emissoras radiofônicas quanto ao caráter e objetivos. Repercute também na possibilidade,

conforme alguns entrevistados sugeriram, embora sem comprovações, de forças internas à favela contrárias à continuidade daquele trabalho.

Em linhas gerais, o que interessa nesses termos não é a veracidade dessa informação, mas sim a produção de sentidos suscitados a partir da existência de um veículo de informação. O fato ou motivação que culminaram na denúncia de sua ilegalidade, seguida de seu fechamento, não são os fatores preponderantes nessa reflexão, mas, sim, o destaque a ser feito aqui é o que a rádio faz falar. Compreendeu-se que a rádio funcionava como um dispositivo que reafirmava práticas comunicacionais enquanto força política, como uma práxis a ser atualizada, constantemente, no cotidiano.

Se forem observadas as décadas de 70 e 80, na França, por exemplo, as contradições entre as rádios estatais e as demais, entre um modelo de escuta previsível e outras formas ainda não tão definidas, apontavam para o que essas rádios revelavam e faziam ver. Conflitos nos quais, enquanto os sindicatos operários se mostravam defensores dos preceitos do monopólio, alguns grupos oriundos desses aliavam-se às rádios livres e passavam a se utilizar delas. Do mesmo modo, o apoio dos partidos de oposição e a sua iniciativa deflagrada em se pronunciar por intermédio delas culminaram na perseguição policial e no subsequente processo judicial – situações essas envolvendo desde pequenos políticos até os grandes, inclusive, Mitterrand e Giscard (Deleuze & Guattari, 1995a, b).

As rádios livres, desse modo, podem ser vistas como dispositivos que operam em termos políticos, assim como revelam um conjunto de questionamentos contrários ao monopólio vigente defendido pelos interesses políticos locais e financeiros. À luz das experiências registradas no contexto francês, também observou-se que a Rádio Santa Marta, no tocante à implementação de políticas de remoção no interior da comunidade, por exemplo, funciona como resistência às regulações que incidem sobre as formas de moradia. A divulgação dos próximos passos referentes à retirada das casas selecionadas, assim como o questionamento sobre os possíveis critérios, ditos técnicos, adotados para as ações determinadas pelo governo.

A própria (int)e(r)rupção da rádio faz aparecer interdições acerca das reais possibilidades de produções discursivas que, pelo observado, não coadunam com modos dominantes de comunicação radiofônica oferecidos. A ausência de amparo

técnico que possibilite a continuação da programação pode ser traduzida, além do caráter meramente jurídico e administrativo, sob o prisma do estabelecimento de coerções que deslocam formas distintas de comunicação, chamadas de populares, para lugares marginalizados.

Somado a isso, a rádio também sugere um conjunto de divergências e contradições acerca da existência da unidade policial. O alcance dos objetivos propostos a partir da UPP, o incremento de novas práticas culturais e sociais em decorrência da pacificação, assim como a importância do controle territorial conduzido pelo aparato policial, estão entre os fatores que sinalizam a heterogeneidade discursiva. A máxima de que a presença policial apresenta um expressivo respaldo junto aos moradores do Santa Marta não representa o teor das entrevistas registradas nessa pesquisa. O que reforça o fomento de controvérsias enquanto possibilidade real no Santa Marta, não pelo simples intuito de fazer valer uma gama de diferenças neste território, mas sim por compreender que a valorização da vida implicava o imbricamento de relações e fluxos de produção inacabados e aleatórios, não sendo possível legitimá-los a partir da fusão de objetivos e metas.

Assim, talvez seja necessária a existência de rádios que atuem, conforme afirmam Guattari & Rolnik (2005), como “um bando de loucos”, semelhantes a “D. Quixote atacando o grande monopólio” (p. 122), não para fazer valer essas rádios em detrimento de outras, pois, assim, apenas se estaria transferindo o legado do discurso dominante para outro(s). Mas sim, para destacar a sua relevância em tornar visíveis as dinâmicas existentes naquele espaço urbano.

Após a extensa reflexão e diversas considerações acerca das implicações produzidas pela Rádio Santa Marta no contexto da pacificação, resta voltar, entre muitas perguntas não respondidas, para as pistas sinalizadas neste texto, a fim de subsidiar novas produções acadêmicas. Como proposta inicial cabe conduzir para o âmbito do debate no campo da Psicologia uma reflexão mais aprofundada acerca das novas formas de participação popular em determinados espaços.

Trata-se de importantes fenômenos ao campo da Psicologia que, a partir de diálogos com outros saberes (Geisler, 2004; Bicalho, 2005; Carvalho, 2008; Reishoffer & Bicalho, 2009; Batista, 2003, 2011), sugerem indagações interdisciplinares sobre as produções de subjetividades ali presentes. Ao conduzir algumas reflexões no âmbito psicológico acerca dos regimes de exclusão e de

segmentação, pode ser possível pensar na produção de subjetividades singulares e originais que, a todo o momento, assinalam tensões frente às subjetivações capitalísticas. São modos de singularização que, ao se oporem aos modos de manipulação e de controle à distância, se mostram de expressiva relevância para viabilizar espaços de vida, de criação e liberdade (Guattari & Rolnik, 2005).

Somado a esse percurso reflexivo, destaca-se o debate sobre as produções de subjetividades a partir do campo das políticas públicas, particularmente voltado para a segurança pública. Ao pensar nas contribuições da Psicologia, no campo da segurança, para a reformulação de políticas públicas com caráter cidadão e democrático (Soares, 2000), o desafio é reinventar os tradicionais modelos e práticas coercitivos. Conforme Ciarallo & Nascimento (2009) assinalam, desvincular a segurança do lugar de instância privada e individualizada e “romper com práticas classificatórias e estigmatizadoras que depositam estritamente no indivíduo a origem e a produção de desigualdades e conflitos” (p. 14) são meios promissores para a garantia de direitos e o protagonismo comunitário na produção de laços saudáveis e solidários.

Para tanto, é importante questionar sobre o lugar da Psicologia como um saber responsável por essencializar o sujeito e as práticas humanas em favor do aprimoramento de técnicas de gerenciamento de relações (Rebeque, Jagel & Bicalho, 2008). É necessário romper o pensamento psicológico das amarras do positivismo, marcado pela neutralidade e pelo objetivismo, e reinseri-lo – ou reconhecê-lo – em meio aos jogos de saber-poder. Ou seja, assumir que a perspectiva positivista em Psicologia tem servido de apoio ao ordenamento e à regulação social ao suggestionar instrumentos e aparelhos técnicos destinados à categorização de sujeitos inadequados e desviantes (Bicalho, Kastrup & Reishoffer, 2012).

Talvez, somente a partir dessas interpelações é que se tornará possível tomar a Psicologia como problematização das práticas, adotadas na segurança pública, que legitimam a utilização de determinados dispositivos e do modo como os fazem funcionar (Rebeque, Jagel & Bicalho, 2008). Problematizar as práticas implica em processos de desnaturalização, no acionamento de novos modos de ser e na produção de novos arranjos semióticos. Diz respeito a viabilizar possibilidades em meio a impasses presentes não apenas no âmbito político, mas também ético e estético.

6

Referências bibliográficas

ABRAMO, P. Significado da Manipulação na Grande Imprensa. In: _____. **Padrões da Manipulação na Grande Imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ABREU, M. Festas religiosas no Rio de Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XIX. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 7, Nº 14, 1994, p. 183-203.

ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez, 2002, p. 84-135.

ADORNO, S. e CARDIA, N. Dilemas do controle democrático da violência: execuções sumárias e grupos de extermínio. São Paulo (Brasil), 1980-1989. In: Santos, J. V. T. dos (Org). **Violências em tempo de globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 66-90.

AFONSO, A. V. **Produção de Sentidos no Jornalismo sobre as UPPs** (Unidades de Polícia Pacificadora). Apresentação Oral. Jornadas de Estudos da Linguagem – VI JEL/ UERJ. 02 a 04 dez. 2010. Disponível em:

<http://www.pgletras.uerj.br/linguistica/jel/2010/resumos/VIJELUERJ_SC_II_R02.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2012.

AGAMBEN, G. **The coming community**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.

ALVES, A. G. **Segurança Pública e polícia pacificadora** – a fruição do direito a segurança pública nas favelas do Rio de Janeiro. Monografia de Direito. Faculdade de Direito. Universidade de Brasília. 2011. Orientador: Alexandre Araújo Costa.

AMARANTE, M. I. A experiência das redes de rádios comunitárias na America Latina. **Net**. VI Congreso de La Cibersociedad 2009 – Crisis analógica, futuro digital. Disponível em: <<http://www.cibersociedad.net>>. Acesso em: 11 nov. 2010.

ANDRADA, A. Reflexões sobre as UPPs e a fragmentação do tecido sociopolítico-espacial na cidade do Rio de Janeiro. **Net**. Revista Geopaisagem. Rio de Janeiro. Ano 9. Nº 18. Jul/Dez. 2010. Disponível em:

<<http://www.territorioautonomo.files.wordpress.com>>. Acesso em: 04 de jun. 2012.

ANIYAR DE CASTRO, L. **Criminologia da libertação**. Rio de Janeiro: Editora Revan/ Instituto Carioca de Criminologia, 2005.

ANTÔNIO, R. F. A contribuição do Vale Médio do Rio Paraíba na formação do mercado internacional de café do século XIX: um panorama histórico. In: **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, vol. 5, Nº 9, jul.-dez. 2010.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Eles entram atirando** – Policiamento de comunidades socialmente excluídas no Brasil. Secretariado Internacional, Londres/ Reino Unido, 2005.

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARAÚJO, Vera. O rastro de segurança da UPP. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 06 dez. 2009, Rio, p. 16.

ARBEX JUNIOR, J. O legado ético de Perseu Abramo e de Aloysio Biondi. In: ABRAMO, P. **Padrões da Manipulação na Grande Imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

AZEVEDO, C. M. M. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites Século XIX. São Paulo: Annablume, 2004.

AZEVEDO, A. L. V.; RICCIO, V.; RUEDIGER, M. A. A utilização das estatísticas criminais no planejamento da ação policial: cultura e contexto organizacional como elementos centrais à sua compreensão. **Net. Ciência da Informação**, Vol. 40, No 1, Brasília, jan/ abr, 2011.

BAKHTIN, M. **A estética da criação verbal**, 4ª. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2003, 476p.

BARATTA, A. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. Rio de Janeiro: Editora Revan/ Instituto Carioca de Criminologia, 2011, 6ª ed.

BARATA, C. E.; BUENO, A. H. C. **Dicionário das Famílias Brasileiras**. Vol. 02, part. 01, São Paulo: Editora Árvores da Terra, 2001.

BARCELLOS, C. **Rota 66**. 35ª ed. São Paulo: Globo, 2001.

_____. **Abusado** – O dono do Morro Dona Marta. Rio de Janeiro: Record, 2005. 13ª. ed.

BATISTA, V. M. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. O Alemão é mais complexo. **Net**. In: Agência de Notícias das Favelas, 13 set. 2011. Disponível em: <<http://www.anf.org.br>>. Acesso em: 14 set. 2011.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BAYLEY, D. H. Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa. 2ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

BECCARIA, C. **Dos delitos e das penas**. 5ª. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

BENEVIDES, L. G; RODRIGUES, M.; ABREU, R. R. Segurança pública e Direitos Humanos no estado do Rio de Janeiro. **Net**. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Direito e Práxis, vol. 03, n. 02, 2011.

BENTHAM, J. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

BERTI, O. M. C. A desterritorialização da comunicação comunitária pela Internet e suas novas interfaces no radialismo comunitário do Piauí. Apresentação Oral. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Natal, RN, 2 a 6 set. 2008.

BICALHO, P. P. G. **Subjetividade e abordagem policial**: por uma concepção de direitos humanos onde caibam mais humanos. 2005. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2005. Orientador: Cecília Coimbra.

BICALHO, P. P. G.; REISHOFFER, J. G. C. Insegurança e produção de subjetividade no Brasil contemporâneo. **Net**. Fractal: Revista de Psicologia, v. 21, n. 2, pp. 425-444, mai./ago., 2009.

BICALHO, P. P. G.; KASTRUP, V; REISHOFFER, J. C. Psicologia e segurança pública: invenção de outras máquinas de guerra. **Net**. Psicologia & Sociedade. Vol. 24, N. 1, 2012, pp. 56-56. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 20 out. 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1999, 2ª edição.

BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRANT, L. C. O indivíduo, o sujeito e a epidemiologia. **Net**. Ciência & Saúde Coletiva. vol.6, n.1, 2001, pp. 221-231. Disponível em:

<<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232001000100018>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

BRASIL. Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. **Operações de manutenção de paz**. Manual de Campanha. 2^a. ed., 1998.

_____. Lei No. 10.201. Subchefia para assuntos jurídicos. Casa Civil. 14 de fevereiro de 2001a.

_____. Lei No. 10.257. Subchefia para assuntos jurídicos. Casa Civil. 10 de julho de 2001b.

_____. **Lei Complementar No. 111**. Secretaria Municipal de Urbanismo. Município do Rio de Janeiro. Estado do Rio de Janeiro. 01 de fevereiro de 2011.

BRETAS, M. L. **Ordem na cidade** – o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997b.

_____. Observação sobre a falência dos modelos policiais. In: **Tempo Social**. Revista Sociologia da USP, São Paulo, 9(1): 79-94, maio de 1997c.

_____. A polícia carioca no império. In: **Revista Estudos Históricos**. Vol. 12, N^o 22. 1998.

BURGOS, M. B. **Dos parques proletários ao Favela-Bairro**: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A.; ALVITO, M. Um século de favela. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, 5^a. ed.

CABRAL, S. **Entrevista de Sérgio Cabral**. 19 out. 2010. Disponível em: <<http://www.militarlegal.blogspot.com>>. Acesso em: 31 out. 2010.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros**: crime segregação e cidadania em São Paulo. 34/Edusp, 2000.

CALLON, M. The State and Technological Innovation: A Case Study of the Electrical Vehicle in France. In: **Research Policy**, n^o 9, 1980. pp. 358-356.

CÂMARA, B. P. Segurança Pública carioca: conflitos urbanos revelam violências desiguais. Apresentação oral. **Congresso da LASA – Associação de Estudos Latino-Americanos**. Rio de Janeiro. Jun de 2009.

CAMARGO, P. O. **As cidades, a cidade**: política, arquitetura e cultura na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais. Programa de Pós-graduação em Política, História e Bens Culturais. Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. Fundação Getúlio Vargas, 2011. Orientador: Américo Oscar Guichard Freire.

CAMIÑAS, L.; URRUTIA, G. D. **Estudio de las condiciones sócio-estructurales para la coproducción exitosa de la seguridad em territorios marginales**: el caso de la Favela Cavalão. Informe final. Práctica Profesional. Carrera de sociología. Universidad Jesuita Alberto Hurtado/ Un-Habitat - Rolac, 2007. Orientador: Franz Vanderschueren.

CANCELLI, E. Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente. In: PANDOLFI, D. (org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CANO, I. Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime. In: **Sur**. Revista Internacional de Direitos Humanos. Vol. 3. No 5. Dez. 2006. p. 136-155.

CARDOSO, A. L. O programa Favela-Bairro – uma avaliação. **Anais do Seminário de Avaliação de Projetos IPT**. Universidade Federal do Rio de Janeiro Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano e Regional, 2007, pp. 37-50.

CARDOSO, M. **Eu finjo que não te vi, você finge que não me vê**: espaços como campo de negociação nas favelas do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho. Rio de Janeiro: UERJ. Monografia de graduação, 2002.

_____. **Uma etnografia sobre a relação entre polícia comunitária, tráfico e população favelada**. Dissertação de Mestrado, PPGAS-UNB, 2005.

_____. **Como morre um projeto de policiamento comunitário, o caso do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho**. Tese de doutorado, Antropologia Social, UnB, 2010.

CARNEIRO, M. L. T. O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In: PANDOLFI, D. (org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CARVALHO, E. de. **A policia carioca e a criminalidade contemporânea**. BDJur, Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/9549>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

CARVALHO, S. **Antimanual de criminologia**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

CASAS marcadas. Direção: Adriana Barradas, Ethel de Oliveira e Carlos R. S. Moreira. Fotografia Maurício Hora. Rio de Janeiro: MP2 Produções, 1999. 1 DVD (10 min.), NTSC, color.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura, São Paulo: Paz e Terra, 1999, v.2.

CASTRO, E. **El vocabulario de Michel Foucault**: un recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

CASTRO, L. A. de. **Criminologia da reação social**. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

CASTRO, M. G. **O imigrante na cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado. COPPE/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1979.

CASTRO, V. de. UPP para inglês ver. **Net**. Rio de Janeiro. abril de 2010. Observatório de favelas. Disponível em: <<http://www.observatoriodefavelas.org.br>>. Acesso em: 08 abr. 2010.

CATHALA, F. **Polícia**: mito e realidade. São Paulo, Mestre Jou, 1975.

CAULFIELD, S. **Em defesa da honra**: moralidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: UNICAMP, 2000.

CAULFIELD, S. O nascimento do Mangue: raça, nação e o controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942. In: **Tempo**, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, No. 9, pp. 43-63, 2000. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg9-4.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2013.

CAVALLIERI, P. F. **Favelas cariocas**: mudanças na infra-estrutura. In: Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.

CECAC.Unidade de Polícia Pacificadora (UPP): segregação urbana, criminalização da resistência popular e violência policial. **Net**. Centro Cultural Alberto Carvalho. 20 set. 2010. Disponível em: <www.cecac.org.br>. Acesso em: 22 set. 2010.

CERQUEIRA, C. M. N. A polícia comunitária: uma nova visão de política de segurança pública. In: CERQUEIRA, C. M. N. **O futuro de uma ilusão**: o sonho de uma nova polícia. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia: Freitas Bastos Editora, 2001.

CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. Criminalidade, ambiente socioeconômico e polícia: desafios para os governos. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, 38(3):371-99, Maio/Jun., 2004.

CERTEAU, M. **A invenção o cotidiano** – 1. artes de fazer. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994.

CHAVES, M. W. Revistas de escolas católicas do Rio de Janeiro nos anos 1920-1950: religião e educação. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. V. 91, n. 228, pp. 424-444, maio/ago., 2010.

CIARALLO, C; NASCIMENTO, A. Segurança pública e psicologia: pelo fortalecimento de laços sociais conscientes e solidários na garantia de direitos. In: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Cadernos Temáticos da Conseg** – Segurança pública e construção de subjetividades. 1ª. Conferência Nacional de Segurança Pública. Brasília. Ano 1, N. 7, 2009.

COELHO NETO, A. **Rádio Comunitária não é crime**. São Paulo: Ícone, 2002.

COMPANS, R. A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental. **Net**. Estudos urbanos e regionais. V. 9. N^o. 1. 2007.

CORREIA, F. G. Breve história da questão habitacional na cidade do Rio de Janeiro. **Net**. Revista Achegas. N. 31. Set./Out., 2006.

COSTA, A. T. M. **Entre a lei e a ordem**: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

COSTA, M. S. R. **Rádio, arte e política**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

CPDOC-FGV/Iser. **Lei, justiça e cidadania**: direitos, vitimização e cultura política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV/Iser, 1997.

CRESPO, A. **Curso de Criminologia**: as relações políticas e jurídicas sobre o crime. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CUNHA, N. V.; MELO, M. A. S. Novos conflitos na cidade: a UPP e o processo de urbanização na favela. In: **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, vol. 4, No. 3, jul/ago, 2011, pp. 371-401.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: Capitalismo e esquizofrenia – vol. 2. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995a.

_____. **Mil platôs**: Capitalismo e esquizofrenia – vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995b.

DINIZ, C. N. Estado da arte em polícia investigativa criminal. **Rap**. Rio de Janeiro, 32,(4), 111-61, jul/ago, 1998.

DORNELLES, J. R. W. **O que é crime?** Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1992.

_____. **Conflito e segurança** – entre pombos e falcões. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2008.

DREYFUS, P. Do Estado de medo ao Estado de Direito: problemas e soluções do crime organizado e controle territorial armado no Rio de Janeiro. In: **Policypaper**, No. 25, Friedrich Ebert Stiftung, Programa de Cooperación en Seguridad Regional, Febrero, 2009.

DUARTE, M. S. B. Palavra do comandante. **Net**. Rio de Janeiro. 10 set. 2009. UPP Repórter. Disponível em: <<http://www.upprj.com>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

DURÃO, S. **Patrulha e proximidade**: uma etnografia da Polícia em Lisboa. 2007. Dissertação de Doutorado em Antropologia. Especialidade: Antropologia das Sociedades Complexas. Departamento de Antropologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE). Lisboa. 2006.

ELBERT, C. E. **Novo Manual Básico de Criminologia**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

EXAME. Eike anuncia doação de R\$20 mi para UPPs no Rio. Rio de Janeiro. 20 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.exame.com>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

FARHI NETO, L. Biopolítica como tecnologia de poder. **Net**. Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, v. 5, no. 1, 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br>>. Acesso em: 02 jan. 2013

FARIAS, E. de O. **Uma análise da Unidade de Polícia Pacificadora da favela do Batan**: protocolo de intervenção policial para implantação do policiamento comunitário em comunidades conflagradas – RJ. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública. Centro de Altos Estudos de Segurança “Cel PM Nelson Freire Terra”. Polícia Militar do Estado de São Paulo. 2010. Orientador: Maj. PMESP Gilson Paulo Saltoratto e Maj. PMESP Glauco Carvalho.

FERES, T. Após a implantação da UPP, Santa Marta celebra o Natal sem traficantes. **Jornal do Brasil**, 24 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.jb.com.br>>. Acesso em: 05 dez. 2012.

FERNANDES, M. **Agenda Habitat para Municípios**. Rio de Janeiro: IBAM, 2003.

FERRAJOLI, L. **Direito e Razão**: Teoria do Garantismo Penal. São Paulo: RT, 2002.

FERREIRA, M. de M.; BRITTO, A. (orgs.) **Segurança e cidadania**: memórias do PRONASCI – depoimentos ao Cpdoc/ FGV. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

FORTES, R. **Segurança pública, direitos humanos e violência**. Rio de Janeiro: Luminaria Academia, 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **História da sexualidade**. v. 1-3, Rio de Janeiro: 6 Graal, 1993, 11^a ed.

_____. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

_____. **Ditos e escritos – Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. v. 2, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Ditos e escritos – estratégia poder-saber**. v. 4, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2005a.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005b, 1.ed.

_____. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **A arqueologia do saber**. 7^a. edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008c.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Indicadores socioeconômicos nas UPPs do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

GASPAR, J. Rádio Comunitária Depende de Padrinho.**Net**. Observatório da Imprensa. 23 maio 2005. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br>>. Acessado em 11 nov. 2006.

GAWRYSZEWSKI, B. Discursos sobre a política de segurança pública no Rio de Janeiro: estratégias de conformação ético-política para a direção da sociedade. In: Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL. **Revista de Ciências da Educação**. Programa de Mestrado em Educação. Americana, Ano XI, nº 21, set., 2009.

GEISLER, A. R. R. **O que também se pode esperar de nossas favelas?** “Olho no mundo, olho no outro, olho em você”. 2004. Dissertação de

Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Orientador: Junia de Vilhena.

GLEDHILL, J. Segurança humana: uma meta viável. **Net**. Caderno CRH. vol.25, n.66, 2012, pp. 519-533. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792012000300009>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

GODOY-DE-OLIVEIRA, N. de A. **Nas ondas do rádio**: radiofusão comunitária e produção de subjetividades. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia, Departamento de Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. Orientadora: Cecília Maria Bouças Coimbra.

GOMES, M. F. C Tendências do planejamento e da gestão das cidades na era da globalização: breves considerações sobre as experiências de Barcelona e do Rio de Janeiro. In: **Ser Social**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social. Universidade de Brasília. Departamento de Serviço Social, vol. 1, No. 1. Brasília, 1998.

GOMES, M. F. C. M. Novas formas de regulação urbana e habitacional: questão de política ou de polícia? Apresentação de trabalho. **Diez años de cambionsen el mundo, en la geografia y em lãs ciências sociales 1999-2008**. Universidade de Barcelona, Barcelona, maio, 2008.

GRAHAM, S. O Motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro 1880. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, V. 10, No. 20, pp. 211-232, mar-ago 1991.

GRECO, R. **Atividade policial**: aspectos penais, processuais penais, administrativos e constitucionais. Niterói, RJ: Impetus, 2010.

GUANAIS, F. C.; FISCHER, T. Entre planos, projetos e estratégias: o caso Rio Sempre Rio. In: **O & S**. V. 6. N. 14. Jan/Abr, 1999.

GUATTARI, F. **Revolução molecular**: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Editora brasiliense, 1987, 3ª. ed.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Editora Vozes, 2005, 7ª. ed.

GUGLIELMONE, I. El oyente comprometido: teorías y preceptos fundadores de las radios participativas en América Latina. **Net**. Revista de Economía Política de las Tecnologías de las Información y Comunicación, vol. XI, n. 3, set-dez, 2009. Disponível em: <<http://www.eptic.com.br>>. Acesso em: 11 nov. 2010.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 11 ed.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: **Espaço e Debates** – Revista de Estudos Regionais e Urbanos, ano VI, nº. 39, 1996.

HENRIQUES, R. **Por um Rio integrado em 2016**. Entrevista concedida a Marina Lemle. 04 out. 2010. Disponível em: <<http://www.comunidadessegura.org>>. Acesso em: 24 out. 2010.

HOBBS, T. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

HOLLOWAY, T. H. **Polícia no Rio de Janeiro** – repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA SOCIAL. **Pesquisa sobre a percepção acerca das Unidades de Polícia Pacificadora**. Rio de Janeiro. 2010a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Brasília, 2010b.

JÁCOMO, L. V. J. Do Haiti ao Complexo do Alemão: análise sobre a atuação das Forças Armadas nas Operações de retomada dos morros cariocas. **Net**. Observatório de Segurança. Biblioteca de Artigos. 2011. Disponível em: <<http://www.observatoriodeseguranca.org>>. Acesso em: 28 jun. 2012.

KANT DE LIMA, R. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos**. Rio de Janeiro: Forense, 1995. 2ª ed.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LAZZARATO, M. Para uma definição do conceito de “bio-política”. **Net**. In: CMI Brasil – Centro de Mídia Independente, 2000a, pp. 1-10. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2003/09/262958.shtml>>. Acesso em: 07 jul. 2013.

_____. Del biopoder a labiopolítica. **Net**. In: Multitudes, n. 1, mar. 2000b, pp. 1-6. Disponível em: <http://multitudes.samizdat.net/article.php?id_article=298>. Acesso em: 07 jul. 2013.

_____. **As Revoluções do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LAZZARINI, Á. Polícia de manutenção da ordem pública e justiça. In: **Direito administrativo da ordem pública**. Rio de Janeiro, Forense, 1987. pp. 01-94.

LEAL, A. B.; PEREIRA, I. S.; FILHO, O. M. **Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.

LEEDS, E. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local. In: ZALUAR, A.; ALVITO, M. **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 5ª. ed., 2006.

LEITE, M. P. Imagens, escolhas e dilemas de uma cidade em pé de guerra. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, n. 66, p. 5-15, 1995.

LEMLE, M. A. Por um Rio integrado em 2016. Entrevista: Ricardo Henriques. 2010. **Net**. Disponível em: <<http://www.comunidadessegura.org>>. Acesso em: 24 out. 2010.

_____. República sobe o morro. **Net**. 27 ago. 2010. UPP Repórter. Disponível em: <<http://www.comunidadessegura.org>>. Acesso em: 24 out. 2010.

LIMA, V. A. de; LOPES, C. A. Coronelismo Eletrônico de Novo Tipo (1999 – 2004). **Net**. Disponível em: <<http://www.observatorio.ultimosegundo.ig.com>> Acesso em: 19 out. 2007.

LINHARES, R. Os futuros possíveis das favelas e das cidades brasileiras. Apresentação oral. **Congresso do Observatório das favelas**. 2003.

LISBOA, M.; TEIXEIRA DIAS, A. L. Organizações e meio envolvente: o caso do 'policciamento de proximidade'. Apresentação Oral. **VI Congresso Português de Sociologia: mundos sociais, saberes e práticas**. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Lisboa, Lisboa. 2008.

LOBO, L. O romance de história das mentalidades e as terras proibidas. In: **Revista da Academia Brasileira de Filologia**. Ano IX, N° IX Nova fase, Rio de Janeiro, 2011.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

LOPES, C. A. **Política de Radiodifusão Comunitária: Exclusão como estratégia de contra-reforma**. 2005. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, 2005.

LOUREIRO, C. Ministro anuncia repasse imediato de verbas em segurança e mais UPPs. **Net**. G1. Rio de Janeiro, 27 out. 2009. Disponível em: <<http://www.g1.globo.com>>. Acesso em: 12 nov. 2010.

MACHADO, R. **Ciência e saber**: a trajetória da arqueologia de Foucault. Biblioteca de Filosofia e História das Ciências. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981, 2ª. ed.

MACKENZIE, D. **Inventing Accuracy**: A Historical Sociology of Nuclear Missile Guidance. Cambridge and London: MIT Press, 1990.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

MARTÍN-BARBERO, J. Novas visibilidades políticas da cidade e visibilidades narrativas da cidade. In: **Matrizes**. N. 1, out., 2007, pp. 27-39.

MATTAR, F.; CHEQUER, J.; DIAS, M. UPP: tecendo discursos. In: Ibase. **Revista Democracia Viva**, n. 45, Rio de Janeiro, 2010.

MEDEIROS, M. A. Aspectos institucionais da Unificação das polícias no Brasil. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 2, 2004, pp. 271 a 296.

MELICIO, T. B. L.; GERALDINI, J. R.; BICALHO, P. P. G. de. Biopoder e UPPs: alteridade na experiência do policiamento permanente em comunidades cariocas. **Net. Fractal – Revista de Psicologia**. Vol. 24, n. 3, Set./Dez., 2012, pp. 599-622.

MELO, J. M. de. **Comunicação e libertação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

MENDES, R. Política de proximidade com a comunidade. Entrevista com Major Marcos Bastos. **REBESP**, Goiânia, v. 5, n. 1, jan-jul. 2013, p. 69-70.

MESQUITA NETO, P. **Policiamento comunitário**: a experiência em São Paulo. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência, Universidade de São Paulo, 1998.

MIRAGLIA, P. A promessa não cumprida das políticas públicas. In: **Observatório da Cidadania**. Diálogos sobre violência e segurança pública: razões e urgências. Edição Especial. Rio de Janeiro: Ibase, 2009.

MIRANDA, M.; MAGALHÃES, P. Reflexões a partir da agenda social. In: Rio: A democracia vista de baixo. Rio de Janeiro: Agenda Social/ Ibase, 2001, p. 45-60.

MISSE, M. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. In: **Civitas**, Porto Alegre, v. 8, n. 3, set.-dez. 2008, p. 371-385.

MISSE, D. G.; Carvalho, R. M. Policiamento comunitário no Rio de Janeiro. **XVI Anais do Congresso Nacional do CONPEDI**. Congresso Nacional do CONPEDI – Pensar Globalmente: Agir Localmente. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.

MORAES, C. E. G. **Direito administrativo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MORAIS, D. C. O discurso republicano e a prática policial na cidade do Rio de Janeiro na virada do século XX. **III Simpósio Impérios e Lugares no Brasil** – Itinerários da Pesquisa Histórica: Métodos, fontes e campos temáticos. Anais do III Simpósio Impérios e Lugares no Brasil. Universidade Federal de Ouro Preto. Maio de 2010. Disponível em: <<http://www.ilb.ufop.br/IIIsimposio/anaisilb.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

MOREIRA, R. S. Mediação de conflitos: limites e possibilidades no contexto de uma favela carioca. In: **Direito, Estado e Sociedade**, n.30, jan-jun, 2007, pp. 212 a 229.

MOURÃO, A. A. **Resistências à bipolaridade na educação: arte ativista na exceção brasileira**. Fortaleza. 2013. 92p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira. Universidade Federal do Ceará, 2013. Orientador: Dr^o. Prof^o. Homero Luís Alves de Lima.

MUNIZ, J. A crise de identidade das Polícias Militares Brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. In: Center for Hemispheric Defense Studies. **Security and Defense Studies Review**, Vol. 1, 2001.

MUNIZ, J. et al. Resistências e dificuldades de um programa de policiamento comunitário. In: **Tempo social**. São Paulo. Departamento de Sociologia. Universidade de São Paulo, v.9, n.1, 1997, p. 197-213.

MUSUMECI, L. Segurança pública no Rio de Janeiro. In: **Revista TCMRJ – Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro**. No 34. Dez. 2006. pp. 32-36.

NEDER, G. Cidade, exclusão e identidade social. In: **Tempo**, Rio de Janeiro, Vol. 2, n^o 3, 1997, pp. 106-134.

NEGRI, A. **5 lições sobre o império**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEME, C. Violência e segurança: um olhar sobre a França e o Brasil. In: **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, N^o 25, nov. 2005, p. 123-137.

NOTÍCIAS de uma guerra particular. Direção: Kátia Lund e João Moreira Salles. Fotografia Walter Carvalho. Rio de Janeiro: Videofilmes, 1999. 1 DVD (56 min.), NTSC, color.

NÚCLEOS DE MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA. **Projeto Pacificar estimula mediação nas faculdades de Direito**. Coordenação dos Núcleos de Mediação Comunitária, Procuradoria Geral de Justiça, Ministério Público do Estado do Ceará, 2009.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. Cautela com as UPPs. **Net.** Observatório de Favelas. Editorial. Abr. 2010. Disponível em: <<http://www.observatoriodefavelas.org.br>>. Acesso em: 08 abr. 2010.

OLIVEIRA, J. S. Repensando a questão das favelas. In: **Revista Brasileira de Estudos da população**. V. 2, N. 1, jan-jun, Campinas, 1985, pp. 9-30.

ORTRIWANO, G. S. Rádio: interatividade entre rosas e espinhos. In: **Revista Novos Olhares**. Ano 1. No 2. São Paulo: ECA-USP, 1998, pp.13-30.

OST, S. M. **O mercado sobe a favela: um estudo sobre o Santa Marta pós-UPP**. Rio de Janeiro. 2012. 88p. Dissertação de mestrado. Curso de Mestrado em Administração. Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 2012. Orientador: Prof^a. Dr^a. Sônia Fleury.

OTTONI, A. V. “Banditismo à solta”: jornais cariocas, policiamento na cidade do Rio de Janeiro, polícia, criminosos e políticos (1900-1920). In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH, São Paulo, jul. 2011.

PABLOS DE MOLINA, A. G. **Criminologia**: uma introdução a seus fundamentos teóricos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.

PALÁCIOS, M. O medo do vazio: comunicação, socialidade e novas tribos. In: RUBIM, A. A. (org.). **Idade média**. Salvador: UFBA, 2001.

PANDOLFI, D. C.; GRYSZPAN, M. **A favela fala** – depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

PASSETTI, E. **Anarquismos e sociedade de controle**. São Paulo, Cortez, 2003.

PEDROSO, R. C. **Estado autoritário e ideologia policial**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

PELBART, P. P. **Vida capital** – ensaios de biopolítica. São Paulo: Editora Iluminuras, 2003.

PEPPE, A. M. **Associativismo e política na favela de Santa Marta (RJ)**. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1991. Dissertação de Mestrado.

PEREIRA, C. E. M. **“Canções de guerra”** – Um signo bélico na Formação do policial militar do Estado do Rio de Janeiro. Monografia apresentada por exigência do Curso de Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública. Universidade Federal Fluminense. Núcleo Fluminense de Ensino e Pesquisa, 2002. Orientador: Luiz Fernando Santos de Azevedo.

PERUZZO, C. M. K. Participação nas rádios comunitárias no Brasil. In: MELO, J. M. de; CASTELO BRANCO (orgs.) In: **Pensamento Comunicacional Brasileiro**. São Bernardo do Campo: UNESP, 1999, p. 405-423.

_____. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. Rádios comunitárias: entre controvérsias, legalidade e repressão. In: MELO, J. M.; GOBBI, M. C.; SATHLER, L. **Mídia cidadã: utopia brasileira**. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006a.

_____. Rádio comunitária na Internet: empoderamento social das tecnologias. **Net**. Revista Famecos, Porto Alegre, nº 30, ago., quadrimestral, 2006b.

PERUZZO, C. M. K. **Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária no Brasil**. Anuário Internacional de comunicação Lusófona. v. 4, n. 1. 2006c, pp. 141-169.

PINHEIRO, P. S. **Continuidade autoritária e construção da democracia**. Projeto Integrado de Pesquisa Fapesp-CNPq-Fundação Ford, 1999 (Relatório Final). Disponível em: <<http://www.nev.prp.usp.br/>>. Acesso em: 29 mar. 2013.

PORTELLA, A. P. Violência conta mulheres: desafios para políticas públicas. In: **Observatório da Cidadania**. Diálogos sobre violência e segurança pública: razões e urgências. Edição Especial. Rio de Janeiro: Ibase, 2009.

RAGO, M. VEIGA-NETO, A. **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, 2ª ed.

RAMIREZ, I. D. Medellín: as Crianças Invisíveis do Conflito Social e Armado. In: DOWDNEY, L. **Nem guerra nem paz – comparações internacionais de crianças e jovens em violência armada organizada**, Rio de Janeiro: COAV/ Viva Rio/ ISER/ IANSA, 2007.

RAMOS, S. Respostas brasileiras à violência e novas mediações: o caso do Grupo Cultural AfroReggae e a experiência do projeto juventude e polícia. In: **Ciência & Saúde Coletiva**. Nº 11 (supl.), p. 1303-1311, 2006.

RAMOS, S.; LENGROBER, J. Criminalidade e respostas brasileiras à violência. In: **Observatório da Cidadania**, 2004, p. 45-52.

RAMOS, S.; MUSUMECI, L. **Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

RAMOS, S; PAIVA, A. Relatório de pesquisa. **Mídia e violência**: como os jornais retratam a violência e a segurança pública no Brasil. CESeC, 2005

REBEQUE, C. C.; JAGEL, D. C.; BICALHO, P. P. G. Psicologia e Políticas de Segurança: o analisador 'Caveirão'. **Net. Psico**, Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, v. 39, n. 4, out./dez. 2008, pp. 418-424.

REISHOFFER, J. C.; BICALHO, P. P. G. Insegurança e produção de subjetividade no Brasil contemporâneo. **Net. Fractal: Revista de Psicologia**, vol. 21, no.2, Rio de Janeiro, mai./ ago, 2009.

RIBAS, J. R.; ROCHA, M. S.; GUSSEN, C. T. G. Hierarquização dos Programas de Eficiência Energética nas Comunidades Pacificadas da Cidade do Rio de Janeiro. Apresentação oral. **II Congresso Brasileiro de Sistemas Fuzzy**. Natal, Rio Grande do Sul, 06 a 09 nov. 2012.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto nº 41.650, de 21 de janeiro de 2009. Dispõe sobre a criação da Unidade de Polícia Pacificadora – UPP e dá outras providências. In: **Boletim da PM**. No. 012, de 22 de janeiro de 2009, fl. 80.

_____. Decreto nº 41.653, de 22 de janeiro de 2009. Dispõe sobre a concessão de gratificação aos policiais lotados nas Unidades de Polícia Pacificadora e dá outras providências. **Boletim da PM**. No. 013, de 23 de janeiro de 2009, fl. 28.

_____. Decreto nº 42.787, de 06 de janeiro de 2011. Dispõe sobre a implantação, estrutura, atuação e funcionamento das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. In: **Boletim da PM**. No. 005, de 07 de janeiro de 2011, fl. 24.

_____. Resolução SESEG, de 03 de março de 2011. Consolida, sem aumento de efetivo e de despesas, na estrutura da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, a criação das Unidades de Polícia pacificadora a que faz menção, no município do Rio de Janeiro e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**. Ano XXXVII, nº 044, parte I, 10 de março de 2011, fl. 10-15.

_____. Para pensar a produção de arte e cultura nas áreas “pacificadas” do Rio de Janeiro. **Net. LABORE – Laboratório de Estudos Contemporâneos**. Polêm!ca – Revista Eletrônica. v. 11, n. 1, janeiro/março, 2012a.

ROCHA, A. **Cidade cerzida** – a costura da cidadania no morro Santa Marta, 3ª. edição, Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Pallas, 2012b.

ROCHA, C. et al. Democracia nas favelas. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 09 a 14 ago. 2009, Rio.

ROCHA, I. S. **Unidades de Polícia Pacificadora**: controvérsias que tecem a vida urbana. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS). Instituto de Psicologia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2012c. Orientadora: Prof^a. Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro.

ROCHA, L. M. **Uma favela “diferente das outras”?**: Rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão, Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 2009. Orientador: Luiz Antônio Machado da Silva.

ROLNIK, R. Cidades: o Brasil e o Habitat II. **Net**. In: Teoria e Debate, No. 32, jul/ago/set, 1996. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

SÁ, E. Uma análise sobre a ocupação no Santa Marta. **Net**. Fazendo Média, 22 abr. 2009. Disponível em: <<http://www.fazendomedia.com>>. Acesso em: 05 dez. 2012.

SANTOS, M. **O espaço dividido**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001, 6^a. ed.

_____. **Território e sociedade** – entrevista com Milton Santos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, 2^a. ed.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Editora Cortez, 2010, 13^a. ed.

SAPORI, L. F. **Segurança pública no Brasil**: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SARAPU, Paula. Diários da liberdade. **Jornal O Dia**, Rio de Janeiro, 06 de jun. 2010, Especial, s/p.

SCHNEIDER, H. **Abordagens atuais em Segurança Pública**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

SILVA, A. L. da. Histórias do Brasil para as “crianças” e “homens simples do povo”: os múltiplos usos e significados dos livros didáticos de História do Brasil- Rio de Janeiro, 1870-1920. In: **Comunicação Oral na XIII Semana de Educação** – Educação, formação e sociedade: desafios contemporâneos, Rio de Janeiro, UERJ, nov., 2008.

SILVA, B. G. C. da. **O Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco (GEPAR) como Agente Externo de controle da comunidade:** o surgimento de um modelo do policiamento comunitário em aglomerado urbano. Monografia do Curso apresentado ao Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública/ CRISP da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, e à Secretaria Nacional de Segurança Pública/ SENASP, 2008.

SILVA, E. M. A. Imprensa e processos de produção da verdade: representações midiáticas das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro/ Brasil. **Net.** Resumo. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais – Diversidades e (Des)Igualdades, Salvador, Universidade Federal da Bahia (UFBA), 07 a 10 ago. 2011a. Disponível em: <<http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br>>. Acesso em: 08 jun. 2012.

SILVA, F. M. Unidades de Polícia Pacificadora – UPP: um processo de democratização dos espaços favelados no Rio de Janeiro? **Net.** Seminário Urbanismo na Bahia [11] - Direito à Cidade, Cidade do Direito, UsbBA. ST3 - Urbanismo e Regulação. 17 e 18 nov. 2011b. Apresentação Oral. Disponível em: <<http://www.urbanismonabahia11.blogspot.com.br>>. Acesso em: 08 jun. 2012.

SILVA, H. H. C.; GONÇALVES, H.; MELLO, H. D. O. **Pacificação e articulação política.** Apresentação oral. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais – Diversidade e (Des)igualdades. Universidade Federal da Bahia. Ondina, Salvador. ago. 2011.

SILVA, L. A. M. Afinal, qual é a das UPPs. Em: **Observatório das metrópoles.** Março, 2010a, Disponível em: <<http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br>>. Acesso em 08 de abr. 2010.

_____. “As várias faces das UPPs”. Em: *Ciência Hoje*, vol. 46, no. 276, Sociologia, 2010b, pp. 34-39.

_____. Refundar a polícia ou a sociedade. In: **Observatório da Cidadania.** Diálogos sobre violência e segurança pública: razões e urgências. Edição Especial. Rio de Janeiro: Ibase, 2009.

_____. **Net.** Afinal, qual é a das UPPs. In: **OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES,** março/2010c. Disponível em: <<http://www.observatoiodasmetrolopes.ufrj.br>>. Acesso em: 08 abr. 2010.

SILVA, M. N. **A favela como expressão de conflitos no espaço urbano do Rio de Janeiro:** o exemplo da Zona Sul carioca. 2010d. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Centro de Ciências sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2010.

SILVA FILHO, V. A. **A Polícia Militar e o policiamento comunitário** – de Nazareth Cerqueira à UPP. Curso Superior de Polícia Integrado, Niterói, 2009.

SILVEIRA, R. A. da. **Michel Foucault: poder e análise das organizações**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SISTEMA DE ASSENTAMENTO DE BAIXA RENDA. **Relatoria de Comunidade Urbanizada**. Diretoria de Informações da Cidade (DIC), Instituto Pereira Passos (IPP), Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.portalgeo.rio.rj.gov.br>>. Acesso em: 08 jun. 2012.

SKOLNICK, J. H.; BAYLEY, D. H. **Policiamento Comunitário**. São Paulo: Editora da USP, 2006.

SOARES, B. M. **Unidades de Polícia Pacificadora: o que pensam os policiais** – Ano II. Rio de Janeiro: CESeC, 2012.

SOARES, L. E. **Violência e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISER/ Relume-Dumara, 1996.

_____. **Meu casaco de general** – quinhentos dias no front da Segurança Pública do Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, L. E. & et al. Criminalidade urbana e violência: o Rio de Janeiro no contexto internacional. In: SOARES, L. E. & et al. **Violência e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ISER, 2006.

SOARES, B. M. et al. **Unidades de Polícia Pacificadora: o que pensam os policiais**. CESeC – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, 2011.

SOARES, L. E. O Mágico de Oz e outras histórias sobre a violência no Rio. In: SOARES, L. E. & et al. **Violência e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ISER, 2006.

SOARES JÚNIOR, J. M. D. **Exército na segurança pública: uma guerra contra o povo brasileiro!** Curitiba: Juruá, 2010.

STOCHERO, T. **DOPaz: como a tropa do elite do Exército brasileiro pacificou a favela mais violenta do Haiti**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

TÁCITO, C. Poder de polícia e polícia no poder. In: **Direito administrativo da ordem pública**. Rio de Janeiro, Forense, 1988. pp. 95-108.

TARDE, G. **A Opinião e a Multidão**. Lisboa: Publicações Europa América, 1991.

TEIXEIRA, M. **Morro Santa Marta**. 2007. Disponível em: <http://www.amabotafogo.org.br/historia/santa_marta.asp>. Acesso em: 08 jul. 2012.

TURINO, F. C. **Mercado imobiliário e políticas públicas de segurança, um estudo de caso**: entorno da favela Santa Marta e implantação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). 2012. Dissertação de Mestrado. Programa de Engenharia Urbana (PEU). Escola Politécnica. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). 2012.

VALDEZ, D. Livros de leitura: a infância nas linhas e nas imagens (1890/1950). In: **Comunicação Oral no 14º. Congresso da História do Livro e da Leitura no Brasil** – Cultura Letrada no Brasil: objetos e práticas, Campinas, UNICAMP, jul., 2003.

VALLA, V. V. Educação, participação, urbanização: uma contribuição à análise histórica das propostas institucionais para as favelas do Rio de Janeiro, 1941-1980. In: **Seminário Habitação Popular no Rio de Janeiro**: Primeira República. Fundação Casa Rui Barbosa, 1984.

VALLADARES, L. **Passa-se uma casa**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1978.

VARELLA, D; BERTAZZO, I; JACQUES, P. B. **Maré** – vida na favela. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

VASCONCELOS, C. D. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas**. São Paulo: Método, 2008.

VENTURA, Z. **Cidade partida**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004.

VERDE, M. C. T. L.; LIMA, O. M. Saneamento básico em comunidades de baixa renda no Estado do Rio de Janeiro – aspectos institucionais e gerenciais. In: **XXVII Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária e Ambiental**. Asociación Interamericana de Ingeniería Sanitaria y Ambiental. ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. Porto Alegre, 2000.

VIANNA, A. R. **O mal que se advinha**: polícia e minoridade no Rio de Janeiro (1910-1920). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

YOUNG, J. **A sociedade excludente** – exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Rio de Janeiro: Revan/ Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

ZALUAR, A. **Violência no Brasil ameaça o equilíbrio entre os sexos.** Jornal O Globo, 28 de abril de 1994.

ZALUAR, A.; ALVITO, M. **Um século de favela.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 5ª. ed., 2006.

ZALUAR, A.; CONCEIÇÃO, I. S. Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro. Net. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 21, n. 2, jul./dez. 2007, p. 89-101. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em: 17 nov. 2013.